



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 361/12

Declara de Utilidade Pública o Instituto de Pesquisa em Vida Selvagem e Meio Ambiente – IPEVS, com sede e foro no Município de Cornélio Procópio.

**Art. 1º** Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto de Pesquisa em Vida Selvagem e Meio Ambiente - IPEVS, com sede e foro no Município de Cornélio Procópio.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de novembro de 2012.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi, Presidente da Comissão de Redação.

ALEXANDRE CURI  
PRESIDENTE

Assinatura manuscrita de outro membro da Comissão de Redação, com uma seta apontando para a assinatura de Alexandre Curi.

Assinatura manuscrita do Relator, com uma seta apontando para a assinatura de Alexandre Curi.

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Resolução nº 031/10

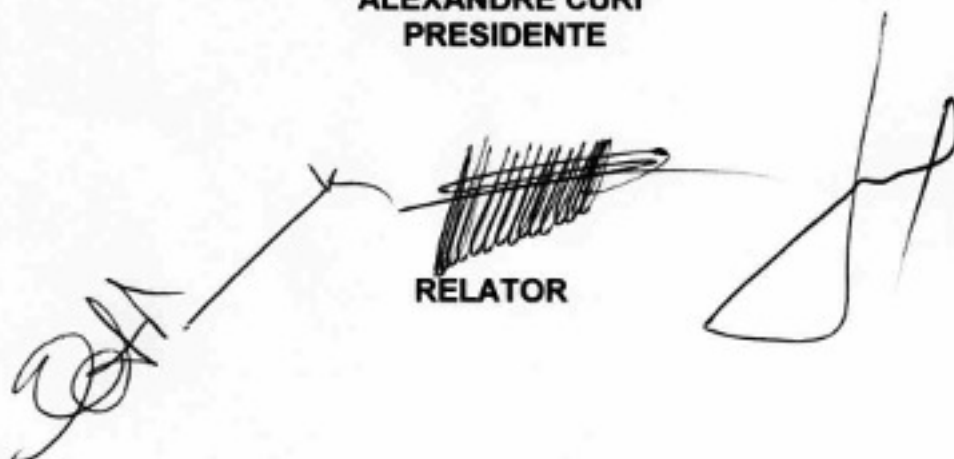
Aprova a prestação de contas do  
Fundo Especial de Controle Externo  
do Tribunal de Contas do Estado do  
Paraná, exercício financeiro 2009.

**Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Fundo Especial de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, exercício financeiro de 2009.**

**Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.**

**Sala das Sessões, 19 de novembro de 2012.**

  
ALEXANDRE CURTI  
PRESIDENTE

  
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Resolução nº 032/10

**Aprova a prestação de contas do  
Tribunal de Contas do Estado do  
Paraná, exercício 2009.**



**Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Tribunal de  
Contas do Estado do Paraná, exercício financeiro de 2009.**

**Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua  
publicação.**

**Sala das Sessões, 19 de novembro de 2012.**

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Resolução nº 030/11

Aprova a prestação de contas do  
Governo do Estado, exercício  
financeiro 2010.

**Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Governo do Estado do Paraná, exercício financeiro de 2010.**

**Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.**

Sala das Sessões, 19 de novembro de 2012.

  
ALEXANDRE CURI  
PRESIDENTE

  
RELATOR



PROJETO DE LEI 506/12

**Súmula:** Altera a Lei nº 6.517, de 2 de janeiro de 1974 e a Lei nº 1.052, de 20 de novembro de 1952, conforme especifica.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

**decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º.** O inciso XI do art. 7º da Lei 6.517, de 2 de janeiro de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

"XI – opinar sobre concessão, permissão e autorização de serviços de interesse metropolitano, bem como conceder e fiscalizar, observada a legislação pertinente, os serviços públicos inerentes ao transporte intermunicipal de passageiros, de natureza eminentemente urbana, da Região Metropolitana de Curitiba;"

**Art. 2º.** O art. 7º da Lei 6.517, de 2 de janeiro de 1974, passa a vigorar acrescido deste parágrafo único:

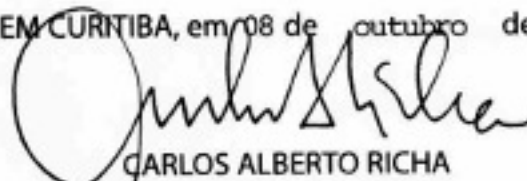
"Parágrafo único. Ato do Chefe do Poder Executivo Estadual fixará os critérios a serem utilizados no edital de concessão referida no inciso XI deste artigo."

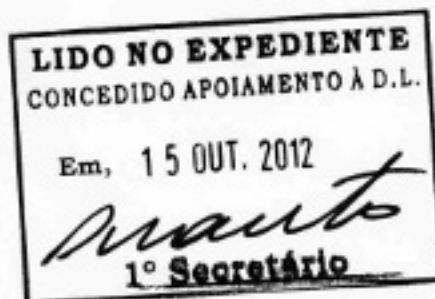
**Art. 3º.** A alínea "m" do art. 2º da Lei 1.052, de 20 de novembro de 1952, passa a vigorar com a seguinte redação:

"m) conceder e fiscalizar, de acordo com a legislação respectiva, serviços de transporte coletivo de passageiros nas estradas estaduais, respeitada a competência da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC e observada a respectiva regulamentação;"

**Art. 4º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em sentido contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 08 de outubro de 2012.

  
CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado



MENSAGEM

Nº 063 /2012 Curitiba, em 08 de outubro de 2012

I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.  
Em, 11/10/2012  
Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva estabelecer, dentre as atribuições da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, a outorga da concessão do serviço público de transporte intermunicipal relativo a Região Metropolitana de Curitiba, retirando, por consequência, esta específica competência do Departamento de Estradas de Rodagem – DER.

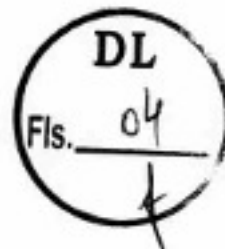
A Constituição de 1988, em seu art. 175, assim estabelece:

*"Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos".*

Com fundamento na Carta Magna foi editada a Lei nº 11.445, de 5 janeiro de 2007, que introduziu alterações na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo que todas as concessões em caráter precário seriam válidas até 31 de dezembro de 2010.

O transporte público é um serviço público e, portanto, para que o mesmo seja concedido às empresas do ramo há necessidade de que seja realizada Concorrência Pública para concessão dos mesmos, nos termos da Lei Federal nº 8.987.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 11.656.860-8



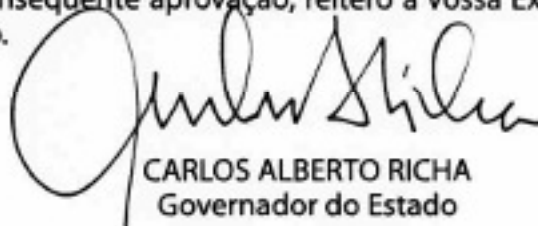
Hoje, em nosso Estado, o Departamento de Estradas e Rodagens - DER é a autarquia que detém a competência para realizar as concessões do transporte coletivo de passageiros nas estradas estaduais, inclusive na Região Metropolitana de Curitiba, conforme previsão contida na Lei Estadual nº 1.052, de 20 de novembro de 1952.

Ocorre que a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, entidade autárquica, instituída através da Lei Estadual nº 6.517, de 2 de janeiro de 1974, foi criada para realizar serviços de interesse comum aos Municípios que integram a Região Metropolitana de Curitiba, estando dentre as competências a de "opinar sobre concessão, permissão e autorização de serviços de interesse metropolitano."

Por conta dessa competência da COMEC, urge a necessidade de se ajustar os diplomas legais estaduais acima mencionados, conforme o ora proposto Anteprojeto de Lei, acomodando a situação jurídica à situação fática existente, permitindo que a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, juntamente com o Departamento de Estradas e Rodagens - DER, possam realizar, observadas cada qual as suas competências, os procedimentos necessários para a deflagração de procedimento licitatório tendente a concessão do transporte coletivo de passageiros.

A COMEC ficaria, através do Anteprojeto de Lei, encarregada da Região Metropolitana de Curitiba, função pública de interesse comum dos Municípios que compõem referida Região e ao DER caberiam as demais situações.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 506/2012**

**Projeto de Lei nº. 506/12**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 063/12**

**Súmula:** Altera a Lei nº 6.517, de 2 de janeiro de 1974 e a Lei nº 1.052, de 20 de novembro de 1952, conforme especifica.

**EMENTA:** ALTERA A LEI Nº 6.517/74 QUE INSTITUI A COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC. MODIFICA O INCISO XI DO ART. 7º E ACRESCENTA O PARÁGRAFO ÚNICO. ALTERA A LEI Nº 1.052/52 QUE DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM. MODIFICA A ALÍNEA "m" DO ART. 2º. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 13 e 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 175. LEI FEDERAL Nº 8.987/95. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por objetivo estabelecer, dentre as atribuições da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, a outorga da concessão do serviço público de transporte intermunicipal relativo à Região Metropolitana de Curitiba, retirando, por consequência, esta específica competência do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade,

**Concedido vista.**

Em 23 / 10 / 2012

Tadun Genesini

CCJ



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**



legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu art. 65, estabelece que:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Deste modo, está evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido projeto de lei.

Já, com relação à competência, é importante destacar que a Constituição Federal da República Federativa do Brasil assim dispõe sobre o regime de concessão ou permissão da prestação de serviços públicos, conforme segue:





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

- I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;
- II - os direitos dos usuários;
- III - política tarifária;
- IV - a obrigação de manter serviço adequado.

Inclusive, sobre o referido tema, existe a Lei Federal nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos e assim determina em seu art. 1º:

Art. 1º As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos reger-se-ão pelos termos do art. 175 da Constituição Federal, por esta Lei, pelas normas legais pertinentes e pelas cláusulas dos indispensáveis contratos.

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a revisão e as adaptações necessárias de sua legislação às prescrições desta Lei, buscando atender as peculiaridades das diversas modalidades dos seus serviços.

Desse modo, nota-se que o Estado, Poder Executivo, detém prerrogativas para promover a revisão e as adaptações necessárias no que tange as concessões de serviços públicos.

Assim sendo, vislumbra-se que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para proceder as alterações nas duas Leis Estaduais, quais sejam: Lei nº 6.517/74 que institui a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC e a Lei nº 1.052/52 que dispõe sobre a Reorganização do Departamento de Estradas e Rodagem - DER.

Com relação à Lei Complementar Federal nº. 101/00 e à Lei Complementar Federal n.º 95/98, o projeto de lei não apresenta nenhum óbice.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2012.


  
DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

  
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR

  
  
  
  
**APROVADO**

unânime 30/10/12  






**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 506/2012 –  
Mensagem 063/12**

**Projeto de Lei nº 506/2012 – Mensagem 063/12**  
**Autor: Poder Executivo**

**Súmula: Altera a lei nº 6.517/1974 e a  
lei nº 1.052/1952**

**I – PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 506/12, de autoria do Poder Executivo altera a lei nº 6.517/1974 e a lei nº 1.052/1952, que trata sobre a concessão, permissão e autorização de serviços de interesse da região metropolitana de Curitiba.

**II – RELATÓRIO**

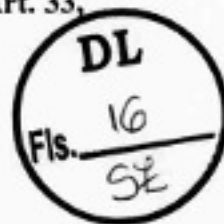
Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 506/2012**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, uma vez que o projeto visa estabelecer a outorga da concessão de serviço público de transporte intermunicipal, no que diz respeito à Região metropolitana de Curitiba, à Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, retirando esta específica competência do DER.

Essa alteração ocorre devido ao fato da COMEC, entidade autárquica, criada pela Lei Estadual 6.517/1974 realizar serviços de interesse comum aos Municípios que integram a Região Metropolitana de Curitiba, estando dentre as competências a de “opinar sobre concessão, permissão e autorização de serviços de interesse metropolitano”. Esta competência da COMEC faz com que exista a necessidade de se ajustar os diplomas legais estaduais, buscando acomodar a situação jurídica à situação fática, possibilitando a COMEC, em conjunto com o DER realizar, respeitando as suas competências legais, os procedimentos necessários para o processo licitatórios, tendentes a concessão do transporte coletivo de passageiros.

Com a presente proposta a “COMEC ficará responsável da Região Metropolitana de Curitiba, função pública de interesse comum dos Municípios que compõem referida Região e ao DER caberiam as demais situações.”

Cumpra a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.



### III - CONCLUSÕES

O presente projeto de lei visa alterar a lei nº 6.517/1974 e a lei nº 1.052/1952, corrigindo questões jurídicas com relação à legislação estadual, conforme demonstrado no relatório.

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal proposta. O **Projeto de Lei 506/2012** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará direcionando essa responsabilidade à COMEC que já trabalha diretamente com serviços ligados à região metropolitana. Esse processo estará desafogando o próprio DER, que já tem um trabalho extenso e expressivo realizado com os demais municípios do Paraná. O **Projeto de Lei nº 506/2012**, está adequado e sem quaisquer impedimentos para seguir sua tramitação.


### IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta não encontra óbice para sua tramitação.

Desta forma opto pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 506/12**, em sua forma apresentada.

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

**Sala das Comissões em 30 de Outubro de 2012.**

  
**Francisco Bührer**  
Presidente da Comissão

  
**Adelino Ribeiro**  
Relator



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais*

DL  
Fls. 18  
57

## **PARECER AO PROJETO DE LEI 506/12**


De acordo com o que determina o art. 33-L do Regimento Interno desta Casa, esta Comissão de Fiscalização e Assuntos Municipais vem se manifestar acerca do Projeto de Lei 506/12, oriundo da Mensagem 063/12, que altera a Lei 6.517/74 e a Lei 1.052/52, atribuindo à COMEC a outorga de concessão do serviço público de transporte intermunicipal da Região Metropolitana de Curitiba, retirando-a do DER.


Hodiernamente, cabe ao DER a competência para realizar as concessões do transporte coletivo de passageiros nas estradas estaduais, inclusive na Região Metropolitana de Curitiba.


O Projeto em análise via ajustar as leis que regem o DER e a COMEC, deixando a COMEC com a responsabilidade acerca do transporte intermunicipal da Região Metropolitana de Curitiba e o DER com as demais situações no Estado.

Diante do exposto, considerando a legalidade da proposição e sua importância, manifestamo-nos FAVORAVELMENTE ao Projeto de Lei 506/12.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2012.

  
Deputado Nelson Garcia  
**Presidente**

  
Deputado Estadual  
**Relator**  
SCAVAKA

  
BIER

  
MARLA



## **PARECER AO PROJETO DE LEI 506/12**

Conforme o estabelecido no art. 33-Q do Regimento Interno desta Casa, esta Comissão de Assuntos Metropolitanos se manifesta a respeito do Projeto de Lei 506/12, oriundo da Mensagem 063/12, o qual objetiva alterar a Lei 6.517/74 e a Lei 1.052/52, atribuindo à COMEC a outorga de concessão do serviço público de transporte intermunicipal da Região Metropolitana de Curitiba, retirando-a do DER.

A COMEC é uma entidade autárquica criada para realizar serviços de interesse comum dos Municípios que integram a Região Metropolitana de Curitiba. No entanto, a competência para realizar as concessões do transporte coletivo de passageiros nas estradas estaduais, inclusive na Região Metropolitana de Curitiba, é toda do DER.

Por isso, faz-se necessário o ajuste das leis que regem o DER e a COMEC, para que estes órgãos, observadas as suas competências, possam administrar com maior qualidade as concessões de transporte.

Com a aprovação da proposição em análise, a COMEC ficará com a responsabilidade acerca do transporte intermunicipal da Região Metropolitana de Curitiba e o DER com as demais situações no Estado.

Diante do exposto, considerando a legalidade da proposição e sua importância, manifestamo-nos FAVORAVELMENTE ao Projeto de Lei 506/12.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2012.

  
Deputado Toninho Wandscheer  
Presidente e relator

  
GILBERTO NEGRO

  
C. H. D. A.

  
R. P. S. A.

  
ANÍBAL KHURY





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
LIDERANÇA DO GOVERNO

Emenda de Plenário nº 01
DAP 13 NOV 2012
Visto [assinatura]

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 506/12

DL
Fls. 26
52

A presente emenda visa modificar a redação dos artigos 1º, 3º e 4º do Projeto de Lei 506/12, oriundo da Mensagem Governamental 063/12, o qual passa a contar com a seguinte redação:

**Art. 1º.** O inciso XI do art. 7º da Lei 6.517, de 2 de janeiro de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

"XI – conceder, permitir e autorizar os serviços de interesse metropolitano, bem como conceder e fiscalizar, observada a legislação pertinente, os serviços públicos inerentes ao transporte intermunicipal de passageiros, de natureza eminentemente urbana, da Região Metropolitana de Curitiba;"

**Art. 2º.** O art. 7º da Lei 6.517, de 2 de janeiro de 1974, passa a vigorar acrescido deste parágrafo único:

"Parágrafo único. Ato do Chefe do Poder Executivo Estadual fixará os critérios a serem utilizados no edital de concessão referida no inciso XI deste artigo."

**Art. 3º.** A alínea "m" do art. 2º da Lei 1.052, de 20 de novembro de 1952, passa a vigorar com a seguinte redação:

"m) conceder e fiscalizar, de acordo com a legislação respectiva, serviços de transporte coletivo de passageiros nas estradas estaduais no Estado do Paraná, respeitada a competência da Coordenação da região Metropolitana de Curitiba - COMEC e observada a respectiva regulamentação;"

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

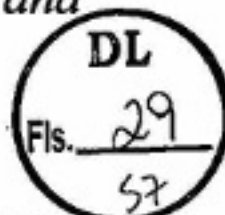
Sala das Sessões, 13 de novembro de 2012.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**  
Líder do Governo

14:58 13/11/2012 007217 NP ASSSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº**  
**506/2012**

**Projeto de Lei nº 506/12**

**Autor da emenda: Deputado Ademar Traiano.**

**Súmula:** Altera a Lei n.º. 6.517, de 2 de janeiro de 1974 e a Lei n.º. 1.052, de 20 de novembro de 1952, conforme específica.

**EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 506/12. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.**

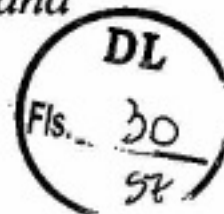
**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo objetiva alterar a Lei n.º. 6.517, de 2 de janeiro de 1974 e a Lei 1.052, de 20 de novembro de 1952, que trata sobre a COMEC.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda modificativa, de autoria Deputado Ademar Traiano. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

**I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



§1 - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando como modificativa quando altera parte ou todo do Projeto.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.**

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

**CONCLUSÃO**

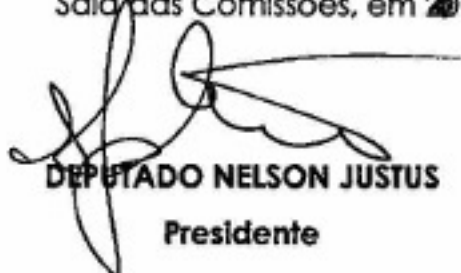


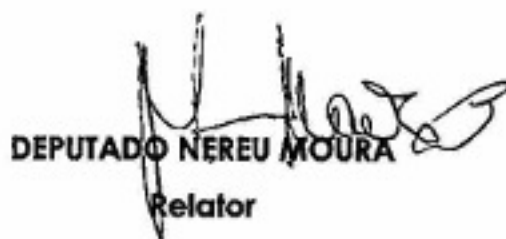
**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

DL  
Fls. 32  
52


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa de Plenário proposta pelo Deputado Ademar Traiano, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Salas das Comissões, em <sup>19</sup>20 de Novembro de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**DEPUTADO NEREU MOURA**  
Relator

  
Ademar Traiano

  
Ksni

  
Am. Am

**APROVADO**  
unanimemente 19.11.12

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19112**

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 12 NOV. 2012


  
**1º Secretário**


**SÚMULA:** Aprova o Relatório Final da Comissão Especial de Investigação da Usina Hidrelétrica de Mauá.

**Art. 1º** Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Especial de Investigação da Usina Hidrelétrica de Mauá, constituída pelo Ato do Presidente nº 20/2011, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 88 de 03 de agosto de 2011, suas conclusões e encaminhamentos.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 2012.

  
**Deputado RASCA RODRIGUES**  
Presidente da CEI

  
**Deputado NELSON GARCIA**  
Relator da CEI

# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2012



## COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE MAUÁ

Presidente: Deputado Rasca Rodrigues (PV)

Relator: Deputado Nelson Garcia (PSDB)

Membros: Deputado Augustinho Zucchi (PDT), Deputado Elio Rusch (DEM),  
Deputado Nereu Moura (PMDB), Deputado Péricles de Mello (PT), Deputado Reni Pereira.

### 7. DAS CONCLUSÕES

A Comissão Especial de Investigação da Usina Hidrelétrica de Mauá, constituída pelo Ato da Presidência nº 020/11, cumprida as Fases de Instrução e Analítica, recepcionados os documentos e informações necessárias para cumprimento da missão imposta pelo Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, na forma relatada no item 5., deste Relatório (5. Das Reuniões e Diligências Realizadas pela CEI), fundamentada no Banco de Dados gerado, constante do Item 6., passa à sua Fase Conclusiva, tendo este Relator, Deputado Nelson Garcia, a missão de colocar seus entendimentos sobre o assunto, para análise e deliberação dos demais membros da CEI.


Antes, porém, *mister se faz*, a lembrança dos limites e objetivos da investigação determinada à realizar, identificada no Ato de sua criação como sendo a análise do cumprimento das condicionantes impostas pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP, para fornecimento e manutenção das respectivas Licenças Prévia e de Instalação, análise esta preparatória, tida como condição *sine qua non* para a concessão da Licença de Operação da Usina.

Para certificação do cumprimento ou não dos requisitos impostos pelo IAP, quando da concessão da Licença Prévia LP nº 9589, tivemos que conhecer o Projeto Básico Ambiental (PBA) da Usina. Este Plano faz parte do processo de Licenciamento Ambiental do empreendimento no rio Tibagi, sendo redigido em conformidade com os parâmetros impostos pela Resolução 001/86 do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.

O Projeto (PBA) detalha minuciosamente os programas, as medidas preventivas, mitigadoras e reparadoras

o/ma

apresentadas pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e pelo Relatório Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) da obra, todos existentes para atender aos requisitos impostos pelo IAP – Instituto Ambiental do Paraná quando da concessão da Licença Prévia LP n° 9589, condicionantes estas de cumprimento obrigatório para se possibilitar a concessão da Licença de Instalação, 2ª fase do processo de Licenciamento da Usina. (Clique no ícone abaixo para acesso à integralidade do PBA e da LP)

 PBA-Projeto Básico Ambiental.pdf

 Licenca\_previa\_UHE\_Maua.pdf

### **ANÁLISE DO ATENDIMENTO DOS REQUISITOS IMPOSTOS PARA LICENÇA PRÉVIA**

#### **REQUISITO N° 01**

Aprofundamento dos estudos Etno-ecológicos, relacionando-os com os impactos a jusantes.

#### **REQUISITO N° 02**

Aprofundamento e detalhamento da avaliação de impactos ambientais a jusante.

#### **REQUISITO N° 03**

Especificação dos efeitos do empreendimento sobre a ictiofauna, macroinvertebrados, herpetofauna, avifauna, mastofauna, devendo aprofundar os estudos que deverão ser elaborados por profissionais especialistas.

#### **REQUISITO N° 04**

Promover o dimensionamento dos impactos reais dos efeitos dos efluentes domésticos em termos absolutos e concomitantes aos efluentes da Klabin, sobre a qualidade da água do Rio Tibagi.

#### **REQUISITO N° 05**

Proceder análise do desenvolvimento de processos de eutrofização do reservatório.

*Handwritten signature*



**REQUISITO N° 06**

Análise da presença de princípios ativos de pesticidas e herbicidas utilizados, haja visto peculiaridades em termos de reações químicas e transformações biológicas, que podem sofrer as águas do Rio Tibagi e o futuro reservatório.

**REQUISITO N° 07**

Reprojetar a barragem para vazão de inundação máxima considerando o coeficiente de deflúvio, área da bacia de contribuição topográfica, declividade, depressões, acumuladores, vegetação, capacidade de infiltração no solo e condições de escoamento das águas.

**REQUISITO N° 08**

Apresentação de estudo de ponderações sobre a descarga anual de montante a jusante em função de barramentos à montante do empreendimento.

**REQUISITO N° 09**

Avaliar a erudibilidade dos rios suscetíveis às modificações por inserção do empreendimento.

**REQUISITO 10**

Avaliar a questão da área espacial de inundação relacionada com a perda da cobertura espacial florística, possibilitando áreas de conservação para a manutenção de processos ecossistêmicos naturais, levando-se em consideração a dinâmica do meio local e microrregional, cuja configuração deve escoar-se em estudos de campo, científicos, instrumentalizados de mapas temáticos.

**REQUISITO 11**

Elaborar inventário florestal, realizado por profissional da área, mapeando as tipologias identificadas.

**REQUISITO 12**

Apresentar e descrever as unidades de conservação públicas e privadas existentes na AID e ALL, mapeando as ocorrências.

**REQUISITO 13**

Informar se a vazão sanitária na alça do Rio Tibagi, à jusante da barragem, permitirá condições de vida biota.

07/11

**REQUISITO 14**

Explicitar através de cenários, a erosão de margens, redução de incidências solar devido a formação de neblinas, danos a agricultura próxima ao reservatório e transmissão de enfermidades fúngicas.

**REQUISITO 15**

Descrever se haverá inversão dos fluxos nos níveis freáticos e restrições ao abastecimento de água.

**REQUISITO 16**

Propor solução quanto ao tempo de residência da água, principalmente ao Rio Barra Grande e aprofundar os estudos de limnologia.

**REQUISITO 17**

Enfatizar e analisar a especulação imobiliária urbana e rural e a retração do mercado de trabalho.

**REQUISITO 18**

Verificar e apresentar soluções plausíveis para o deplecionamento.

**REQUISITO 19**

Analisar e apontar soluções quanto a conformação de conflitos de uso de recursos hídricos, tendo em vista os usos para energia, usos com a ampliação da Klabin, usos de captação para consumo entre outros.

**REQUISITO 20**

Avaliar os arrastes de fundo, bem como os riscos aos sistemas de jusante.

**REQUISITO 21**

Apontar medidas mitigadoras, compensações com as perdas de matérias primas, areia, solos agrícolas, saibro, diamantes, entre outros.

**REQUISITO 22**

*Van*



Avaliar com maior profundidade os lastros de vizinhanças e sócio-econômico das famílias da área marinha, e estruturas comunitárias.

**REQUISITO 23**

Analisar a suspensão das linhas de crédito rural, desagregação de empregos, marginalização, exclusão social, aumento do alcoolismo, prostituição da população local, expropriação e expulsão de famílias rurais e de pescadores.

**REQUISITO 24**

Analisar os impactos sobre a apicultura.

**REQUISITO 25**

Avaliar os recursos turísticos atuais e potenciais.

**REQUISITO 26**

Avaliar surtos de endemias e vinculações hídricas.

**REQUISITO 27**

Avaliar a inundação de sistemas de transportes.

**REQUISITO 28**

Avaliar a inundação e relocação de cemitérios.

**REQUISITO 29**

Avaliar o aumento de demanda no período de relocação de famílias e infraestrutura.

**REQUISITO 30**

Avaliar desarticulação do sistema de ensino.

**REQUISITO 31**

Avaliar a separação de território pela formação do lago.

**REQUISITO 32**

ON

Analisar a zoonose por animais desalojados.

**REQUISITO 33**

Avaliar os custos de reorganizações sócios-econômicos, principalmente infraestrutura e serviços.

**REQUISITO 34**

Apontar áreas disponíveis para reassentamentos rurais e urbanos.

**REQUISITO 35**

Analisar os transtornos dos serviços públicos, problemas de comunicação, informação e segurança pública.

**REQUISITO 36**

Analisar a desestruturação psico-social.

**REQUISITO 37**

Analisar a perda da flora medicinal popular, as fontes, locais e a desestruturação da economia de subsistência.

**REQUISITO 38**

Reavaliar os monumentos e aspectos culturais e históricos, arqueológicos em conformidade com a legislação vigente.

**REQUISITO 39**

Coletar as sementes e mudas de espécies para manutenção das espécies com intuito de reflorestar áreas degradadas com nativas desta região. Antes do desmate, apresentar ao IAP, Plano de coleta.

**REQUISITO 40**

Solicitar ao IBAMA, autorização para o resgate de fauna antes do início da obra, e continuidade até o término da mesma e apresentar ao IAP o respectivo Plano de resgate.

**REQUISITO 41**

2/Na

desmate. Requerer a autorização do IAP, para

**REQUISITO 42**

Treinar os futuros agentes de coletas de flora e de fauna e os operários da construção quanto a observância ambiental, risco com animais peçonhentos, caça e pesca.

**REQUISITO 43**

Manter percentagem de contratação de mão de obra local.

**REQUISITO 44**

Educar e capacitar mão de obra local para os serviços na fase de construção.

**REQUISITO 45**

Cadastrar em conjunto com as Secretarias de Ação Social os futuros interessados em trabalhar nas obras.

**REQUISITO 46**

Instituir equipe interdisciplinar para cadastrar e acompanhar as famílias diretamente atingidas que serão reassentadas.

**REQUISITO 47**

Apresentar Plano de Cadastramento e de Indenização das famílias afetadas.

**REQUISITO 48**

Indenizar as propriedades rurais considerando cem metros no entorno do futuro reservatório, conforme legislação vigente.

**REQUISITO 49**

Instituir fórum participativo, envolvendo Prefeituras, população atingidas, órgãos governamentais e demais interessados, para acompanharem a implementação dos programas sócio-ambientais.

**REQUISITO 50**

Van

Firmar termo de compromisso para o cumprimento das medidas compensatórias do valor de 1% (um por cento) sobre o investimento total do empreendimento.

**REQUISITO 51**

Cumprir com todos os termos e acordos firmados entre as Prefeituras.

**REQUISITO 52**

Realizar estudo pormenorizado sobre os polinizadores da flora com interesse médico e alimentar.

**REQUISITO 53**

Solicitar autorização do IBAMA, para resgatar insetos melíferos.

**REQUISITO 54**

Implementar áreas adequadas, aprovadas pelo IBAMA, para quarentena e solturas em locais apropriados, mantendo registros junto ao IBAMA, IAP e Museu de História Natural.

**REQUISITO 55**

Efetuar os resgates de sítios arqueológicos conforme disciplinam legislação federal, estadual de acordo com o IPHAN-PRÓ-MEMÓRIA.

**REQUISITO 56**

Implementar áreas adequadas para manutenção de viveiros com autorização e vistorias conjunta IBAMA/IAP.

**REQUISITO 57**

Mapear os pontos e locais de eventos, monumentos históricos, em conjunto com as Universidades.

**REQUISITO 58**

Recuperar as áreas degradadas com espécies nativas da região e com monitoramento mínimo de cinco anos.

*Na*

**REQUISITO 59**

Planejar e implementar, em conjunto com as famílias, os reassentamentos com toda a infraestrutura, acompanhamento e monitoramento em conjunto com as Prefeituras e IAP.

**REQUISITO 60**

Manter registros fotográficos e gravações da região ex-antes-durante, ex-pós a construção.

**REQUISITO 61**

Coletar e registrar, por meio de depoimentos/história de vida, as histórias das comunidades, famílias antigas e principalmente da área rural, comunidades da marinha, incluindo a utilização de recursos da flora e fauna como medicina popular e alimentar.

**REQUISITO 62**

Manter os registros e coletar as espécies mais usadas pelas famílias.

**REQUISITO 63**

Implementar nos dois Municípios, em conjunto com as Universidades, Museus de História e História Natural.

**REQUISITO 64**

Ampliar os acervo das bibliotecas municipais com as memórias e documentos da região resgatados.

**REQUISITO 65**

Articular em conjunto com os Municípios e demais órgãos o Plano de Desenvolvimento Sustentável.

**REQUISITO 66**

Articular em conjunto com a SANEPAR o sistema de tratamento de esgoto para os dois Municípios.

**REQUISITO 67**

Auxiliar o desenvolvimento de pesquisas científicas na região, em conjunto com as 03 Universidades, na área sociocultural, biótica e hidrogeológica.

**REQUISITO 68**

ON



Implementar Plano de Desativação das Obras e incrementar Plano de Ação à população atingida

#### **REQUISITO 69**

Elaborar e apresentar Plano Básico Ambiental – PBA, com detalhamento de todas as medidas, Planos e Programas ambientais propostos na EIA/RIMA e exigidos no Licenciamento Prévio.

#### **REQUISITO 70**

Rebaixar o nível da água (NA) máximo normal de 642,5 metros, para 635,00 metros, desde que se assegure no mínimo a redução do reservatório em 15,5%, do tempo de residência em 24,4% e da área de inundação do Rio Barra Grande em 22,7%.

Analizados os documentos relativos às condicionantes impostas pela LP 9589, tanto de origem da Comissão Multidisciplinar do IAP que fiscalizou as condicionantes, como de autoria do Consórcio Construtor, contatou-se a integral atenção à todos requisitos impostos pela Licença Prévia, estando, portanto perfeitamente justificado o fornecimento da Licença de Instalação da Usina. Neste sentido, colocamos à disposição os textos justificadores que fundamentaram o posicionamento da CEI, de referendado ao atendimento das condicionantes. (Clique nos ícones abaixo para acessar o texto integral do atendimento dos requisitos da LP 9589)



LP 9589 Fls. 01-44.pdf



LP 9589 Fls. 45-84.pdf



LP 9589 Fls. 85-152.pdf



LP 9589 Fls. 153-244.pdf



LP 9589 Fls. 245-308.pdf



LP 9589 Fls. 309-400.pdf

Esta CEI, embora não figure dentre o fato determinado à apurar, também observou o atendimento dos requisitos impostos quando da liberação da Licença de Instalação da Usina, conforme documento abaixo, constante do arquivo "Cumprimento dos requisitos da Licença de Instalação", vinculado ao DOC.0030-11, do item 06, deste Relatório. (Clique nos ícones abaixo para ter acesso integral aos documentos)



Fls.01-135.pdf



Fls.136-162.pdf

*Handwritten signature*

Mesmo tendo sido atendidos os requisitos impostos pelas Licenças Prévias e de Instalação da Usina, esta Comissão Especial de Investigação da Usina Hidrelétrica de Mauá, não pode deixar de apontar, sob pena omissão, os problemas abaixo detectados, que entendemos devem ser sanados antes da Licença de Operação da Usina.

**DA NECESSIDADE DE REVISÃO DE INDENIZAÇÕES PARA ALGUNS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS E REVISÃO DO CENSO DE MINERADORES**

No transcurso das investigações desta CEI, recepcionados os elementos instrutivos capturados por meio da audiência pública realizada (Vide Vídeos constantes do item 05, deste Relatório), detectamos a existência de pendências que geraram conflitos judiciais. Neste sentido esta CEI entende pela necessidade de acompanhamento da questão, pois possíveis dissentimentos podem ter ocorrido no que concerne à avaliação de algumas propriedades cujos direitos de indenização são atingidos diretamente.

Detectamos também a necessidade urgente de seja refeito o censo para alguns mineradores, pois se constatou falha neste processo, visto que alguns mineradores, temerosos por represálias, deixaram de responder ao censo de forma sincera, omitindo a condição de mineradores que são, situação que os excluiu integralmente das indenizações. Convém salientar que alguns desses mineradores, em virtude de seus baixos níveis de escolaridade e instrução, não entenderam os objetivos do censo, ficando incapazes de discernir sobre a realidade, fato que também os deixou de fora do rol de possíveis indenizados. Neste caso, cumpre ao Estado intervir em defesa destes, e solicitar que a revisão da lista de indenizações concernentes aos mineradores, determinando a reavaliação de um grupo específico de pessoas, cujo rol apresenta a Associação dos Atingidos, a fim de que possamos ver garantidos tais direitos, impossibilitando preventivamente a existência de omissão e injustiça a este pequeno grupo.

**DA NECESSIDADE DE READEQUAÇÃO DA ESTRADA DE ACESSO ORTIGUEIRA/LAGEADO DO BONITO.**

Outra constatação é a necessidade de viabilização por parte do Consórcio Construtor, Prefeitura de Ortigueira e Klabin, de implementação da estrada de acesso Ortigueira/Lageado Bonito, incluso calçamento, em respeito à demanda encaminhada pela APROMOLB – Associação de Produtores e Moradores de Lageado do Bonito, estrada esta, que no entendimento desta CEI, trará além de conforto, desenvolvimento para toda a região, dando as empresas componentes do Consórcio Construtor, grande exemplo de responsabilidade social.

Van



**DA NECESSIDADE DE CONCLUSÃO DAS COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS  
ANTES DA CONCESSÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO DA USINA**

O artigo 17, da Lei Federal nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006 (Lei da Mata Atlântica), estabelece que a supressão de mata nativa para empreendimentos como o da Usina Hidroelétrica de Mauá, fica condicionada à compensação ambiental, com a destinação à preservação, de área equivalente à extensão da área desmatada.

Foram utilizados cerca de 4,2 mil hectares para a formação do lago da usina, sendo que ainda não foi adquirida pelo consórcio construtor, área equivalente para compensação ambiental, como a região do Pico dos Agudos que, a princípio, poderia ressarcir os danos causados pela formação do lago.

**4,2 MIL HECTARES PRECISAM SER PRESERVADOS**

A autorização para derrubar mata nativa para a formação do lago da usina de Mauá estava condicionada à aquisição de uma área equivalente.



A área mais preservada na bacia do Rio Tibagi e que foi indicada para a aquisição é a do Pico dos Agudos.



Fonte: Redação, Infografias: Gazeta do Povo.

Embora não figure dentre os objetivos desta CEI, averiguar as condicionantes impostas para a concessão da Licença de Operação da Usina se faz importante salientar que, segundo informações do IAP, amplamente divulgadas pela imprensa, existem ainda cerca de 12 condicionantes ainda para serem cumpridas para a efetivação da Licença de Operação, vide link da internet abaixo:

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/meio-ambiente/conteudo.phtml?tl=1&id=1257689&tit=Sem-compensar-impactos-Maua-nao-pode-operar>

[assinatura]

**DO GRAVE PROBLEMA CONSTATADO NOS AGREGADOS**  
**DO CONCRETO UTILIZADO NA OBRA**

Embora não se trate de problema diretamente ligado às Licenças ambientais, e sim de engenharia construtiva, cumpre a esta CEI, na condição de integrada por representantes do povo do Paraná, expor o problema da ocorrência de sulfatos no material pulverulento nos agregados dos concretos da Usina Hidrelétrica de Mauá. Assunto complexo, cujos entendimentos podem gerar divergências dentre analistas engenheiros.

A resistência do concreto utilizado na Usina não apresentou o rendimento esperado. Análises preliminares de microscopia eletrônica mostrou a presença de uma elevada concentração de etringita nos corpos de prova moldados.

Quando da investigação científica das causas da presença desta etringita, percebeu-se que o cimento e a água quando do processo de amassamento reagiram com comportamento aparentemente normal. Mas foi somente aparente, pois, pós-amassamento, observou-se a ocorrência de um fenômeno químico.

Na análise química dos agregados utilizados (pedra/areia) e do material pulverulento, constatou-se a presença excessiva de  $SO^3$ , com presença de sulfato e sulfeto.

Era sabido que a pedreira que forneceu o agregado, continha **pirita**, e, portanto a presença do sulfeto é justificada, porém o que causou surpresa foi a presença significativa de sulfato.

Os sulfatos causam alteração a nível microestrutural no concreto, possibilitando desta forma a exposição da Usina de Mauá a um ataque químico interno quando do contato deste com umidade, que por sua vez provocam reações posteriores que podem comprometer a coesão do concreto.

Para esta Comissão Especial de Investigação fazer este apontamento, com tal índice de gravidade, o faz com elevado teor de responsabilidade, pois o Consórcio Construtor contratou vários engenheiros para avaliar a situação, sendo que todos eles se esforçaram para defender a tese de que se trata de um risco geológico imprevisto, pois segundo estes técnicos, efetivamente a incidência de sulfatos e sulfetos nos concretos da Usina de Mauá, revelou-se um situação completamente imprevisível e inevitável, indicando a necessidade estanqueidade da barragem por meio de projeto que minimize a penetração de água na massa do concreto, tanto na

*CV*

face do montante, como pelas fundações da usina. Indicaram também, a necessidade de cuidado e contínuo monitoramento para a casa de força da usina, em virtude das expansões do material e pelo potencial de corrosão das armaduras que podem comprometer a resistência e a durabilidade do empreendimento e por fim, colocando em risco o desempenho de todo o sistema hidroelétrico.

Para certificar tais assertivas, fundamental o contato com os pareceres dos engenheiros contratados pelo Consórcio responsável pela construção da Usina, que analisaram profundamente a situação. Tais pareceres constam do Banco de Dados da CEI, acessíveis por meio do DOC.0026-11, integrante do item 06, deste Relatório. (Clique nos ícones abaixo para acesso integral aos documentos)

#### VOLUME I

  
V01Fls01-93.pdf

  
V01-Fls94-95.pdf

#### VOLUME II

  
V02Fls01-134.pdf

#### VOLUME III

  
V03Fls01-133.pdf

  
V03Fls133a246.pdf

#### VOLUME IV

  
V04Fls01-19.pdf

  
V04Fls21-105.pdf

  
V04Fls106-122.pdf

  
Vo4Fls123-192.pdf

  
Vol4 Fls193-237.pdf

  
Vol4 Fls238-248.pdf

O Consórcio Construtor, fundamentado na alegação de imprevisibilidade de detecção da presença de sulfato e sulfeto nos agregados do concreto, eximiu-se de responsabilidade pelo fato, repassando ao contratante da obra, o dever de custear promovendo a impermeabilização da Usina, com revestimento sintético, manta emborrachada, cobertura de geomembrana, materiais importados de altíssimo valor, que alteraram consideravelmente o custo da obra, tudo com vistas a se impedir o contato da

*Van*



água com o concreto de uma Usina Hidroelétrica, não como medida preventiva, pois não constou do Plano Básico e Executivo, mas como medida emergencial para salvar o complexo.

Impedir o contato da água com o concreto da Usina cria incertezas, dúvidas e questionamentos, que no nosso entendimento devem ser respondidos por equipe técnica isenta, sendo que o Estado do Paraná, não pode dar como resolvido o problema, baseando-se tão somente nos entendimentos dos engenheiros custeados pelo Consórcio Construtor, que embora sejam profissionais capacitados, podem sofrer pressões internas, não identificando precisamente a origem do problema, a falha ou uma possível omissão/desatenção quanto a confiabilidade de componentes do concreto utilizado.

Surgem, dentre inúmeras, outras questões, questionamentos que precisam ser elucidados, tais como:

- Porque não foi detectada a presença de sulfato e sulfeto durante as sondagens realizadas quando da elaboração/execução do Projeto Básico ou mesmo durante a exploração da pedreira ou quando da fração da areia artificial utilizada no concreto?
- Conhecida a existência de lençol freático e veios d'água na pedreira; conhecida a existência de "pirita e pirrotita", por que não foram feitos testes na água vertente da pedreira para detecção de sulfato e sulfeto?
- A alegação de que o sulfato e sulfeto só são detectados após a evaporação da água, quando deixam rastros de precipitação de sulfato na forma de pó branco, pressupõem indícios de possíveis omissões na análise química antecipada dos compostos agregados do concreto?
- Qual a garantia existente que a impermeabilização com revestimento sintético realizada, impedirá a progressão da reação química interna do concreto, que gera material irregular?

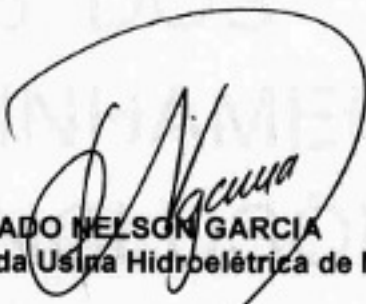
Pois bem, bilhões de reais foram investidos do dinheiro do povo do Paraná, para a construção de Usina Hidroelétrica, visando o desenvolvimento do Estado com o mínimo de impacto ambiental, sendo que questões, ditas como imprevisíveis, precisam ser melhor certificadas pelo poder público, não só por segurança do empreendimento, mas principalmente como garantia de durabilidade da obra, verificando-se efetivamente a resolução do problema.

*mu*

A literatura indica situações similares ocorridas em outras usinas no mundo, principalmente no âmbito dos Estados Unidos da América, onde estas questões demandam por décadas perdurando até os dias de hoje ensejando resolução, gerando decisões judiciais e indenizações.

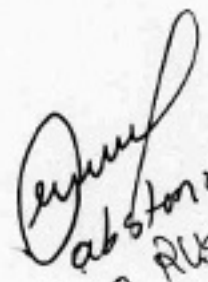
A construção da Usina Hidroelétrica de Mauá encontra-se em fase de conclusão e entrada em operação, e nesse sentido esta CEI indica a necessidade de aprofundamento de investigação sobre a resolução tomada de impermeabilização da Usina de Mauá, e também, de forma isenta, se houve ou não omissão na detecção de sulfato ou sulfeto nos agregados do concreto utilizado na obra, auferindo-se possíveis danos causados.


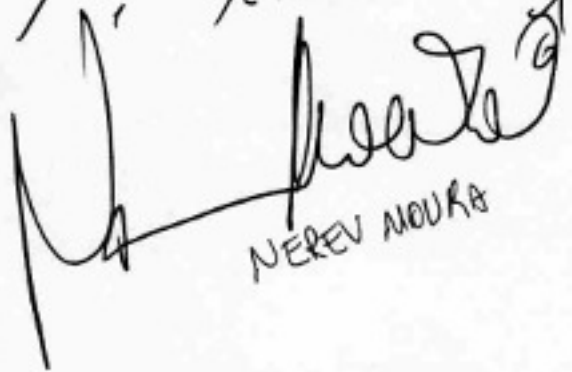
É o que este Relator tem como proposta de conclusão deste Relatório.

  
DEPUTADO NELSON GARCIA  
Relator da CEI da Usina Hidroelétrica de Mauá

 RASCA  
 ZUCCHI

 PASTOR EDSON

 abstencão  
ELIO RUSCH

 PERICLES MELO  
 NEREU MOURA





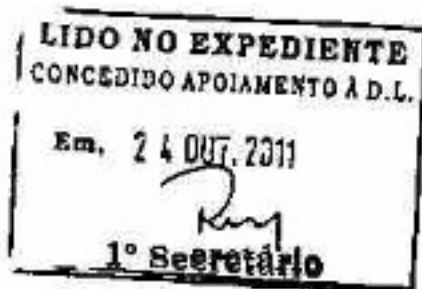


DEP. CHEDA  
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de  
Lei nº 344/2011



Súmula: Dispõe sobre a fabricação e comercialização de tanques de concreto para lavagem de roupas, no âmbito do Estado do Paraná e adota outras providências.

Art. 1º A fabricação e a comercialização de tanques de concreto para lavagem de roupas, no âmbito do Estado do Paraná, devem atender os requisitos dispostos nesta Lei.

*Ca.*



Art.2º Fica estabelecido que, no âmbito do Estado do Paraná, a fabricação de tanque de concreto para a lavagem de roupas deve obedecer ao disposto das figuras dos anexos I e II desta Lei.

Art. 3º Os fabricantes de tanques de concreto para a lavagem de roupas, ao comercializarem o produto devem disponibilizar para o consumidor final o respectivo manual de instalação, acrescido de regras de segurança.

Art.4º A fiscalização do cumprimento desta Lei, ficará a cargo do PROCON/PR, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 609/91, no Inciso II do art. 23.

Art.5º O descumprimento desta Lei, implicará em infração e multa, a ser lavrada pelo PROCON/PR, variando entre 10 (dez) a 100 (cem) Unidades Fiscais do Paraná - UFP, na primeira ocorrência, que será em dobro no caso de

*C*



reincidência e assim sucessivamente.

Art.6º Esta Lei entra em vigor em 180 (cento e oitenta) dias contados da sua publicação.

Art. 7º. Os efeitos desta Lei entrarão em vigor 12 (doze meses), contados da sua publicação.

Sala das Sessões, em..... outubro de 2011

**LUIZ EDUARDO CHEIDA**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



## JUSTIFICATIVA

A saúde é o bem mais precioso que tem o ser humano e não se admite que *outrem* a coloque em risco.

Devido a isso, apresento aos Nobres Pares desta Casa e a toda a sociedade paranaense, o presente Projeto de Lei, que busca normatizar a fabricação e a comercialização de tanques de concreto para a lavagem de roupas.

O tanque de concreto para a lavagem de roupas é um objeto comum e que está presente em grande parte das moradias dos brasileiros, visto sua utilidade para execução de serviços domésticos.

Assim, por ser objeto de grandes préstimos, deve também ser seguro a todos que dele se utilizam ou ainda àqueles que, de uma forma ou de outra, têm acesso ao produto.

Vale ressaltar que o Código de Defesa do Consumidor já trouxe em seus dispositivos que, dentre os direitos básicos do cidadão, está o direito à informação e acesso a produtos que garantam segurança. Vejamos os dispositivos:

*Assinatura*



*Art. 6º São direitos básicos do consumidor:*

*I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;*

*II - a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações.*

*III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;*

Com efeito, o PROCON/PR já **foi eleito** para a devida fiscalização desta norma pela Lei de Defesa do Consumidor, senão vejamos a redação do CDC:

*Art. 55. A União, os Estados e o Distrito Federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.*

*Ch.*





§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias.

Em âmbito estadual, o Decreto 609/91 elencou as competências do PROCON/PR e dentre elas, aquela que determina a fiscalização ao disposto neste Projeto de Lei. Veja-se:

Art.23 À Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor compete:

II - a fiscalização e o controle da produção, industrialização, distribuição e publicidade de bens e serviços e do mercado de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem estar do consumidor, na forma da legislação vigente.

Acerca da constitucionalidade do Projeto de Lei, temos a considerar:

*Ch.*



Legislar sobre direito do consumidor é permitido ao legislador estadual. Tal afirmativa é colhida do Texto da Carta Constitucional da República do Brasil:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*VIII- responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estéticos, histórico, turísticos e paisagístico;*

*XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;*

**Pois bem, o Projeto de Lei, é constitucional e legal, visto que não adentra competência de nenhum Poder Público e está contido na moldura jurídica do parlamentar.**

Não há que se dizer que sobre a medida paira qualquer inconstitucionalidade, pois a obrigações a que se referem os art. 4º e 5º do Projeto de Lei, já estão contemplados em normas federais e estaduais, que foram editadas e por Iniciativa dos respectivos Poderes Executivos Federal e Estadual.

*A*



No projeto de lei ora apresentado não se institui nenhuma nova atribuição aos órgãos públicos, mas sim nos dispositivos já existentes.

Por todo o exposto, peço o apoio dos Nobres Deputados desta Assembléia Legislativa no Projeto de Lei que ora apresento, não somente nesta Casa, mas para a sociedade paranaense.

  
**LUÍZ EDUARDO CHEIDA**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



## **Anexo I**

*a.*



## ELIMINANDO OS ACIDENTES COM O TANQUE PROPOSTO

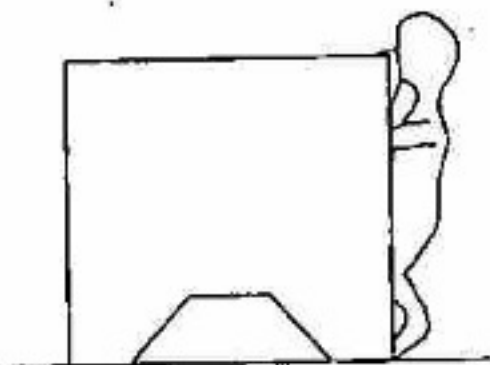
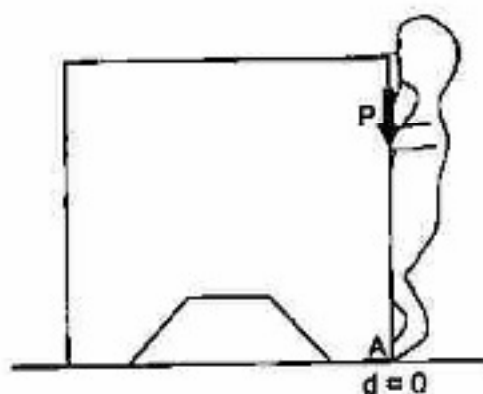


Figura 6 - VISTA LATERAL  
Criança se pendurando no tanque.



Criança com 25kg  
 $d = 0$

$$M = d \times P$$

$$M = 0 \times 25\text{kg} = 0$$

Figura 7 - VISTA LATERAL  
Como a distância  $d$  é nula, então  
não há produção do MOMENTO  $M$  em A, e  
o tanque não tombará por este motivo.

*Ce*





**ANEXO II**

*Ch*



# DETALHES DO TANQUE (SIMPLES) PROPOSTO

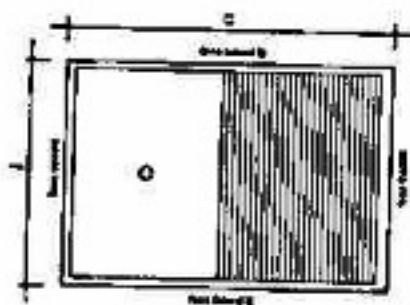


Figura 19 - VISTA SUPERIOR

## TANQUE PRÉ-FABRICADO DE CONCRETO

c = comprimento

l = largura

h = altura

e = espessura dos apoios

Obs. Os valores das dimensões estão na forma genérica, pois não interferem na proposta de projeto.

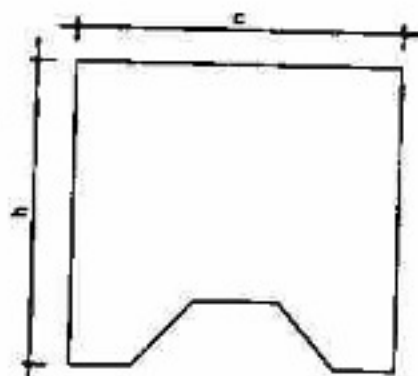


Figura 20 - VISTA LATERAL E

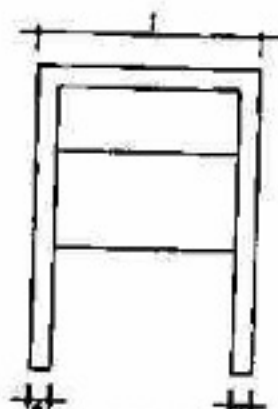


Figura 21 - VISTA FRONTAL

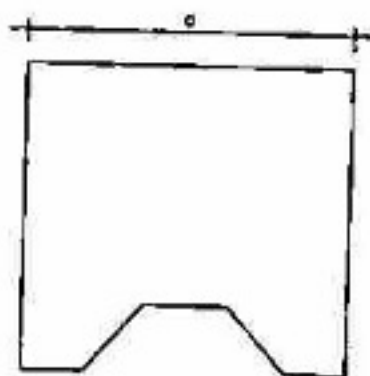


Figura 22 - VISTA LATERAL D

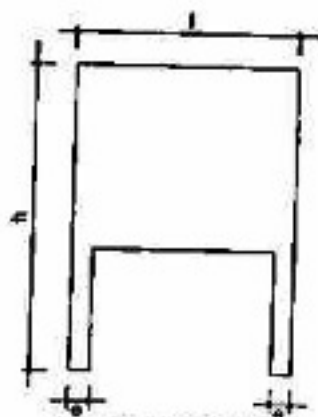


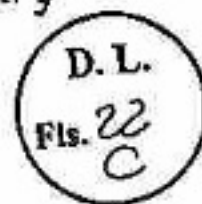
Figura 23 - VISTA OPPOSTA

Ch



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 844/11**



Projeto de Lei nº 844/11

Autor: Deputado Estadual Luiz Eduardo Chelida

**PREFÁCIO**

O presente projeto de Lei visa disciplinar a fabricação e comercialização de tanque de concreto para lavagem de roupas no Estado do Paraná.

**EMBASAMENTO JURÍDICO**

A priori, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

D. L.  
Fls. 23  
C

Corrobora deste entendimento, a  
Constituição Estadual do Paraná, conforme adiante transcrito:

**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se que sobre o assunto a Constituição da República prevê no artigo 24, inciso V e VIII, a Constituição da República prevê no artigo 24, inciso V e VIII, sobre a competência concorrente para legislar sobre produção e consumo, bem como, a responsabilidade por dano ao consumidor, conforme segue:

**Art. 24.** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V – produção e consumo;

(...)

VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

D. L.  
Fls. 24  
C

Observa-se ainda, da Constituição do Estado do Paraná, artigos 13, inciso V e VIII, a mesma previsão:

**Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:**

(...)

**V – produção e consumo;**

(...)

**VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;**

(...)

Diante disso, cumpre observar da justificativa do autor que o presente projeto objetiva normatizar a fabricação e a comercialização de tanques de concreto para a lavagem de roupas, visando à segurança daqueles que se utilizam ou tem acesso ao mencionado produto.

Dessa forma, o artigo 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que institui o Código de Defesa do Consumidor, no Brasil, cita os direitos básicos do consumidor, dentre outros, a segurança em face de produtos considerados perigosos ou nocivos, conforme inciso I:

**Art. 6º São direitos básicos do consumidor:**

**I – a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

D. L.  
Fls. 25  
C

Assim, perfeitamente possível o presente assunto ser objeto de lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 01 de março de de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO EVANDRO JUNIOR  
RELATOR



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Indústria e Comércio**



**PARECER**

**PROJETO DE LEI Nº 844/11**

**AUTOR: DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA.**

**RELATOR: NELSON GARCIA**

**SÚMULA:** dispõe sobre a fabricação e comercialização de tanques de concreto para lavagem de roupas, no âmbito do Estado do Paraná e adota outras providências.

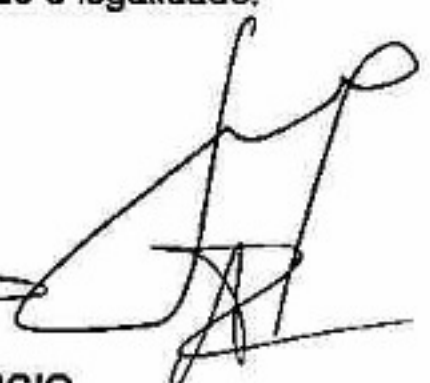
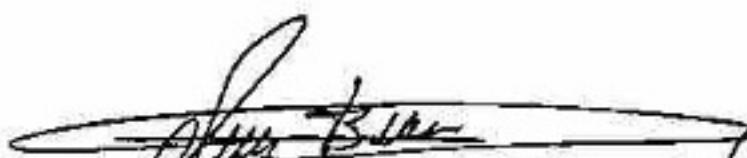
**JUSTIFICATIVA**

O PL tem como objeto a normatização da fabricação e a comercialização dos tanques de concreto para a lavagem de roupas, visando a segurança daqueles que se utilizam o mencionado produto.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude da sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, 14 de março de 2012.



**DEPUTADO ANDRÉ BUENO**

**PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO**



**DEPUTADO NELSON GARCIA**  
**RELATOR**



**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

**PARECER AO PROJETO DE LEI N. 844/2011**

**SÚMULA:** Dispõe sobre a fabricação e comercialização de tanques de concreto para lavagem de roupas.

**AUTOR:** Deputado Luiz Eduardo Cheida

**TRAMITAÇÃO:** O Projeto de Lei já recebeu pareceres favoráveis da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e da Comissão de Indústria e Comércio.

**ANÁLISE E PARECER:**

Pretende o autor do Projeto de Lei em análise normatizar a fabricação e comercialização de tanques de concreto para a lavagem de roupas com o intuito de melhorar as condições de segurança aos usuários do equipamento.

Buscando ampliar a discussão do tema, a Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor realizou discussão do presente Projeto de Lei com o IPEM (Instituto Paranaense de Pesos e Medidas), que emitiu laudo favorável ao mesmo, bem como com o SINDCCON – Sindicato das Indústrias de Pré-Moldados de Concreto e Artefatos de Cimento do Norte do Paraná, que igualmente emitiu sua concordância com o Projeto de Lei (documentação em anexo).

Houve ainda sugestão de que, em caso de infração ao disposto, houvesse a remissão ao Código de Defesa do Consumidor, no que refere-se às penalidades cabíveis.

Diante do exposto, emitimos **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei n. 844/2011, com emenda modificativa do Art. 5º., passando o mesmo a ter a seguinte redação:



# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL

Fis. 31  
SEP

"Art. 5º. As penalidades aplicáveis em caso de infração ao disposto nesta Lei serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor".

Sala das Comissões, em 20 de 06 de 2012.

Deputado PARANHOS

Presidente

Dep. ROSE LITRO

Relatora



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N. 844/2011

Modifica o Artigo 5º. do Projeto de Lei n. 844/2011, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

"Art. 5º. As penalidades aplicáveis em caso de infração ao disposto nesta Lei serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor".

Sala das Comissões, em 20 de 06 de 2012.

Deputado PARANHOS

Presidente

Dep. ROSE LITRO

Relatora





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 844/11

Projeto de Lei nº: /11  
Autor da Emenda: comissão de Defesa do  
Consumidor - Deputada Rose Lito

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei visa disciplinar a fabricação e comercialização de tanque de concreto para lavagem de roupas no Estado do Paraná, recebeu parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, Indústria e Comércio e Defesa do Consumidor, sendo este, com emenda.

Por esta razão, A referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade e legalidade por esta Comissão.

EMBASAMENTO JURÍDICO

Da análise da presente Emenda, nota-se que a matéria está adstrita à competência da Comissão de Defesa do Consumidor, haja vista, modifica o artigo 5º dispondo que, no caso de infração ao disposto na Lei, as penalidades sejam aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



Diante disso, cumpre ressaltar, que as Comissões Permanentes tem competência para apresentar Emendas, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, adiante transcrito.

**Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.**

**§ 1º As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:**

**III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.**

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

**I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;**

**II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer deputado, conforme o disposto no artigo 51 § 3º deste Regimento.**

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente Emenda modificativa dói proposta pela nobre relatora depurada Rose Liro, na Comissão de Defesa do Consumidor.

Ademais, o Regimento Interno, em seu artigo 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer Emendas ao Projeto de Lei, classificando-se como modificativas a proposição que altera outra, nos termos do § 4º conforme segue:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL  
Fls. 54  
1

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Assim, verifica-se que a presente Emenda está perfeitamente coerente, não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pela aprovação da presente emenda modificativa proposta pela Comissão de Defesa do Consumidor, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 09 de maio de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTOS  
PRESIDENTE

DEPUTADO EVANDRO JUNIOR  
RELATOR

APROVADO

unanimidade  
10/05/11

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

PARECER AO PROJETO DE LEI 844/2011.

Projeto de Lei n.º 844/2011

Autor: Deputado Luiz Eduardo Cheida

Súmula: DISPÕE SOBRE A FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE TANQUES DE CONCRETO PARA LAVAGEM DE ROUPAS, NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMENTA: CRIA REQUISITOS PARA FABRICAÇÃO DE TANQUES DE CONCRETO DENTRO DE PARÂMETROS DE SEGURANÇA AO CONSUMIDOR, NO INTUITO DE PREVENIR ACIDENTES DOMÉSTICOS, PRINCIPALMENTE COM CRIANÇAS. PARECER PELA APROVAÇÃO COM A EMENDA APRESENTADA PELA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida tem por intuito trazer exigências técnicas para a fabricação de tanques de concreto, visando que este tenha tamanhos, alturas e formas de fixação suficientes a prevenir acidentes domésticos, principalmente com crianças que possam vir a se pendurar nos referidos tanques.

feoi n

# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso



O projeto já foi apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça, comissão da Indústria e do Comércio, e Comissão de Defesa do Consumidor, a qual apresentou emenda ao artigo 5º do Projeto de Lei, adequando a punição ao descumprimento ao previsto no Código de Defesa do Consumidor, tendo parecer favorável em todas as Comissões por onde passou até então, tendo sido encaminhado pela Diretoria Legislativa à presente Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso para apreciação e parecer.

Conforme preconiza o Artigo 33-V do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso:

I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as crianças, adolescentes e idosos.

II - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas destinados às crianças, adolescentes e idosos; e

III - manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos das crianças e dos idosos incluindo todas as matérias relacionadas às políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso."

Assim nos cabe analisar o referido projeto sob a ótica dos direitos da criança, do adolescente e do idoso. O presente projeto não apresenta qualquer afronta a nenhum dos Direitos Garantidos à criança, adolescente e idoso, ao contrário visa proteger a integridade física das crianças, pelo que não há qualquer óbice para que o presente projeto continue a tramitar normalmente dentro desta Casa de Leis.

*fev 12*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso

DL

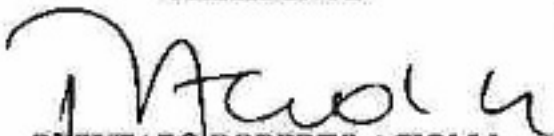
115. 58

Ante o exposto, opina-se pela APROVAÇÃO e continuidade da tramitação do projeto com EMENDA apresentada pela Comissão de Defesa do Consumidor, com PARECER FAVORÁVEL DESTA COMISSÃO.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2012.

  
DEPUTADA ROSE LITRO

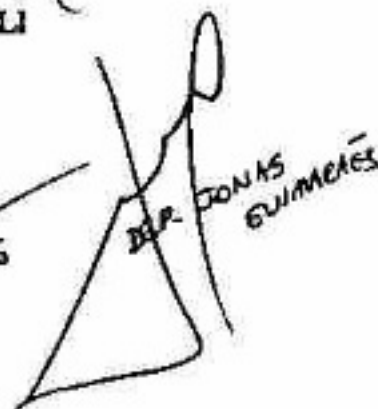
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI

RELATOR

  
PAULO SÉRGIO

  
MAURO MORAES

  
DEP. JONAS GUIMARÃES



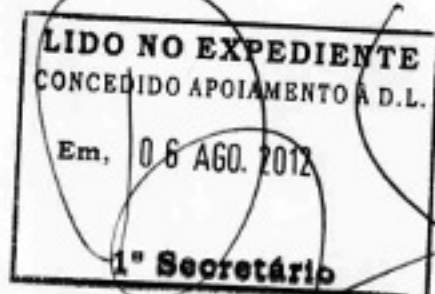
**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa



PROJETO DE LEI Nº

370/12



**Súmula:** Autoriza a construção de Usina Termoelétrica junto à Fábrica de Celulose Klabin S.A., localizada no município Ortigueira.

Art. 1º - Fica autorizada a construção de Usina Termoelétrica junto à Fábrica de Celulose Klabin S.A., localizada no município de Ortigueira, conforme dispõe o art. 209 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 2º - A construção da Usina Termoelétrica está condicionada à concessão de licenciamento pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com emissão de licença prévia - LP, na forma da lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de agosto de 2012.

**Plauto Miró Guimarães Filho**  
Deputado Estadual



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa



## JUSTIFICATIVA

A Klabin tem a intenção de instalar uma nova fábrica de celulose com capacidade inicial de 1.500.000 t/ano, na região da cidade de Ortigueira/PR.

Referida fábrica será auto-suficiente em geração de energia elétrica, com um a produção de 260 MW produzidas como co-geração através de Usina Termoelétrica de Energia. Desse total 110 MW serão utilizados para o consumo próprio e 150 MW serão capazes de abastecer uma cidade de meio milhão de habitantes.

Conforme definido pelo art. 209 da Constituição do Estado do Paraná, a construção de centrais termoelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa.

Diante do acima exposto, pedimos a compreensão e o apoio dos nobres pares desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná no que tange à matéria supracitada.

Sala das Sessões, 06 de agosto de 2012.

**Plauto Miró Guimarães Filho**  
Deputado Estadual



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 370/12**

**Projeto de Lei nº 370/12**

**Autor: Deputado Plauto Miró Guimarães Filho**

**Súmula:** Autoriza a construção de Usina Termoelétrica junto a fábrica de celulose KLABIN S/A, localizada no Município de Ortigueira.

**EMENTA:** CONSTRUÇÃO DE USINA TERMOELÉTRICA JUNTO A FÁBRICA DE CELULOSE KLABIN S/A, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65 E 209 CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 2º E 12 RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IAP Nº 09/10. AMPLO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL EM ANEXO. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró visa autorizar a construção de Usina Termoelétrica junto a fábrica de celulosa Klabin S/A, localizada no Município de Ortigueira.

**FUNDAMENTAÇÃO**

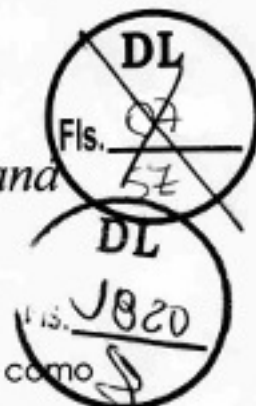
De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba, Paraná*

**Unidade vista.**  
Em 11/09/12  
Plauto  
CCJ



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Entende-se por Usina Termoelétrica de Energia a instalação industrial usada para geração de energia elétrica a partir da energia liberada em forma de calor, normalmente por meio da combustão de algum tipo de combustível renovável ou não renovável, nos termos do artigo 2º da Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 09/2010:

**Art. 2º Para efeito desta Resolução entende-se por:**

d. UTE - Usina Termelétrica de Energia - instalação industrial usada para geração de energia elétrica a partir da energia liberada em forma de calor, normalmente por meio da combustão de algum tipo de combustível renovável ou não renovável.

Ainda, a Resolução supramencionada dispõe que empreendimentos caracterizados como Usina Termoelétrica de Energia – UTE necessitam para obter a licença de instalação de diversos documentos, entre eles a autorização da Assembléia Legislativa:

**Art. 12 Empreendimentos caracterizados como USINA TERMELÉTRICA DE ENERGIA – UTE, com potência instalada acima de 10 MW e os enquadrados no Art. 23 deverão efetuar o requerimento de licenciamento ambiental da sua unidade geradora de energia através dos documentos dispostos no Art. 8º acrescidos dos seguintes documentos:**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**II LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI**

- a) Cadastro de Empreendimento Industrial – CEI;
- b) Aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme Art. 209 da Constituição Estadual
- c) Autorização / Concessão da ANEEL para o empreendimento;
- d) Projeto Básico Ambiental - PBA;
- e) Apresentação da outorga prévia dos recursos hídricos, caso se aplique;
- f) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para supressão vegetal emitido pelo órgão competente, caso se aplique;
- g) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente, caso se aplique; (grifos nossos)

Neste sentido, a Constituição Estadual estabelece em seu artigo 209 que a construção de centrais termelétricas dependerá da aprovação desta Assembléia Legislativa:

**Art. 209.** Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.

Vale ressaltar também, que encontra-se anexado ao projeto, o **RIMA – RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL e ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



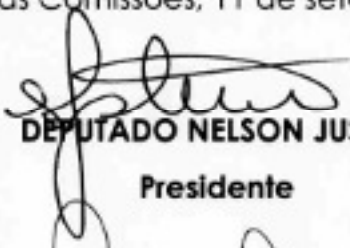
Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, bem como contém um amplo estudo de impacto ambiental conforme determina o art. 209 da Constituição estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.


Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do acima exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

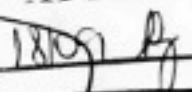
Sala das Comissões, 11 de setembro de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**DEPUTADO ALEXANDRE CURI**  
Relator

**VOTO  
CONTRARIO  
AO PARECER**

  
Tadeu  
Venari

**APROVADO**  




**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 370 /2012**

**Projeto de Lei nº 370 /2012**

**Autor: Deputado Plauto Miró Guimarães Filho**

**Súmula: Autoriza a construção de usina termoeletrica junto à fábrica de celulose Klabin S/A, localizada no município de Ortigueira.**

**I - PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 370/2012, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho tem por escopo autorizar a construção de usina termoeletrica junto à fábrica de celulose Klabin S/A, localizada no município de Ortigueira no Estado do Paraná.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº370/2012**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, uma vez que o projeto visa autorizar a construção de usina termoeletrica no município de Ortigueira. Ainda em seu artigo 2º o projeto condiciona a concessão de licenciamento pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com emissão de licença prévia - LP.

Cabe ressaltar que a referida fábrica será autossuficiente na geração de energia elétrica, produzindo 260 MV. Desse total 110 MV serão utilizados para fins próprios e 150 MV serão capazes de abastecer uma cidade de meio milhão de habitantes.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no **Art. 33-F do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

### III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (**Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**).

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal proposição. O **Projeto de Lei 370/12** em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para sua tramitação.

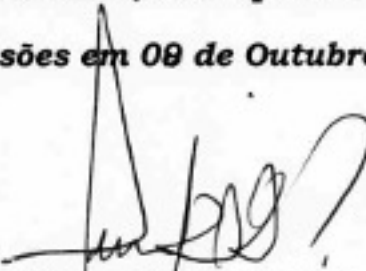
### IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta não encontra óbice para sua tramitação.

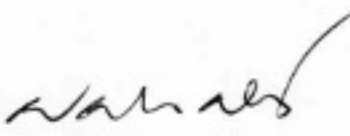
Desta forma opto pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 370/12**, em sua forma apresentada.

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

**Sala das Comissões em 08 de Outubro de 2012.**

  
**Marcelo Rangel**

**Presidente da Comissão**

  
**Teruo Kato**

**Relator**






Estado do Paraná

# PODER LEGISLATIVO

*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 370/2012

Súmula: Autoriza a construção de usina termoeletrica junto à fabrica de celulose Klabin S/A, localizada no município de Ortigueira.

EMENTA: COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE - CONSTRUÇÃO DE USINA TERMOELÉTRICA - RAZOABILIDADE - INTERESSE PÚBLICO - PARECER FAVORAVÉL.

## RELATÓRIO

O projeto de Lei (PL) em análise, de autoria do Deputado Plauto Miró, objetiva autorizar a construção de uma usina termoeletrica junto a fabrica da KLABIN S/A, localizada no Município de Ortigueira.

**PEDRO  
LUPION**  
Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806, Centro Cívico, Curitiba, Paraná | Fone (fax): 41 3350 4006 | [www.pedrolupion.com.br](http://www.pedrolupion.com.br) | [dep.pedrolupion@gmail.com](mailto:dep.pedrolupion@gmail.com).



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO  
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-2-

O presente Projeto fora apresentado considerando o disposto na Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 209, e artigo 12 da Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 09/2010, os quais exigem a aprovação desta Casa Legislativa para a construção do empreendimento pretendido.

Conforme consta da justificativa do projeto de Lei em apreço a KLABIN S/A estuda a edificação de um nova fábrica de celulose com capacidade inicial de 1.500.000 t/ano, na região de Ortigueira.

Consta do projeto a viabilização do empreendimento ser auto-suficiente em geração de energia elétrica, com a produção de 260 MW produzidas como co-geração por intermédio de Usina Termoelétrica de Energia. Desse total 110 MW serão utilizados para o consumo próprio e 150MW serão capazes de abastecer uma cidade de meio milhão de habitantes.

Cumpre-me mencionar que no expediente encaminhado a esta Casa Legislativa a referida empresa informa que o excedente de energia gerado será disponibilizado no sistema elétrico brasileiro e por fim que foi devidamente protocolado pedido de licenciamento para a edificação da indústria junto ao Instituto Ambiental do Paraná.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE - PARECER PL Nº 370/2012

*aus*

*R* *[assinatura]*



Estado do Paraná

**PODER LEGISLATIVO**  
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-3-

O projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (art.33-A, inciso I<sup>1</sup> do Regimento Interno) recebendo parecer favorável, após à Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação (art.33-F<sup>2</sup> do Regimento Interno) na qual também recebeu parecer favorável.

Sendo então encaminhado a esta Comissão conforme dispõem o artigo 33-K<sup>3</sup> do Regimento Interno.

É o relatório, no que interessa.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, se remete ao artigo 33-K<sup>4</sup> do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o qual determina que esta Comissão é competente para exarar o presente parecer, uma

<sup>1</sup> Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

<sup>2</sup> Art. 33-F Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e comunicação manifestar-se sobre proposições relativas à obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral.

<sup>3</sup> Art. 33-K Compete à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente manifestar-se sobre as proposições que interfiram ou alterem o meio ambiente, assim como aquelas que pretendam dispor sobre a conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais.

<sup>4</sup> V. nota 3



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO  
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-4-

vez que a construção em apreço, via de regra, interfere e/ou altera o meio ambiente.

Ainda, nos termos do artigo 209 da Constituição Estadual compete a esta Assembleia Legislativa em autorizar a construção de termoelétrica, o que por si só justifica a proposição em apreço.

*Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.*

Pois bem,

Com efeito mencionar que os critérios para se avaliar os impactos ambientais que poderão ser causados pela construção da indústria, que ora se requer autorização a esta Casa, são devidamente analisados de forma rigorosa pelos órgãos ambientais estatais, no caso de nosso Estado a Secretaria de Meio Ambiente junto ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

Uma vez que não se verifiquem os requisitos exigidos na legislação pátria, por certo não será expedida a licença ambiental para operar a usina pretendida.

Para se obter a licença ambiental há a necessidade de se apresentar um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE - PARECER PL Nº 370/2012



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO  
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-5-

onde são apresentadas as principais informações e conclusões sobre empreendimento pretendido, incluindo o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), de acordo com a Resolução Conjunta SEMA/IAP nº09/2010.

O EIA tem o objetivo de estudar e conhecer a região onde o projeto irá instalar e como ele pode alterar as características do meio ambiente e o modo de viver e agir da população dessa região.

O conjunto desses dois estudos chama-se EIA/RIMA, que ao estar concluído é entregue para a Secretaria do Meio Ambiente, e deve estar de acordo com a legislação pátria<sup>5</sup>, e tão somente após criteriosa análise é expedida a licença ambiental.

Desta forma, seguramente posso afirmar que os critérios de impactos ambientais estão e/ou foram devidamente avaliados pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná), por intermédio dos estudos apresentados pela empresa KLABIN S/A<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Como exemplo de legislação a ser observada nos estudos apresentados aos órgãos estatais, podemos citar: a Constituição Federal, artigo 225, §1º, inciso IV; Normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente: são Resolução CONAMA nº 001/1986 e Resolução CONAMA nº 237/1997, que apresentam os termos técnicos de como fazer o EIA/RIMA, e como o processo se desenvolve na Secretaria; Normas do Estado do Paraná: Resolução Estadual CEMA nº 065/2008, e a Resolução CEMA nº 070/2009, a Portaria SEMA/IAP nº 031/1998 e a Portaria Estadual do IAP nº 158/2009

<sup>6</sup> Cf. mencionado no documento de fls. 04, estudos disponíveis em : [www.iap.pr.gov/arquivos/File/EIA\\_RIMA/EIA\\_RIMA\\_KLABIN.zip](http://www.iap.pr.gov/arquivos/File/EIA_RIMA/EIA_RIMA_KLABIN.zip)





Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO  
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-6-

Faço estas considerações iniciais para que se compreenda a desnecessidade de se baixar em diligência o presente projeto aos órgãos de praxe, com a finalidade de se apresentar um parecer técnico, uma vez que este já é analisado pelos mesmos.

Se encontrando, então, a proposição em conformidade para se exarar um parecer seguro, no que se concerne ao tema desta Comissão.

Há ainda a necessidade de se relevar que a implantação de uma indústria de celulose traz inúmeros benefícios socioeconômicos para a região. Entre estes benefícios estão: geração de empregos diretos e indiretos, arrecadação tributária, entre outros.

Por fim, entendo ser prudente acostar ao presente parecer o Estudo de Impacto Ambiental, apresentado ao IAP-PR como forma de facilitar a sua consulta pelos meus Pares, ainda, entendo que as informações ali contidas possam dirimir eventuais dúvidas.

Assim, me utilizando dos critérios de razoabilidade e de interesse público, bem como confiante no profissionalismo dos órgãos ambientais estatais, não encontro qualquer obstáculo para a regular tramitação do presente Projeto de Lei, devendo o mesmo receber parecer favorável em sede desta Comissão temática.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE - PARECER PL Nº 370/2012



Estado do Paraná

**PODER LEGISLATIVO**  
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION




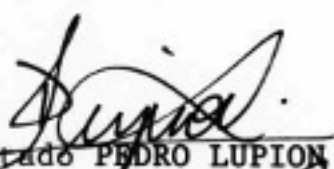
-7-

**CONCLUSÃO**

Pelo exposto, entendo pela aprovação do mérito, no que se refere a esta Comissão, do presente Projeto de Lei, sendo meu voto **FAVORÁVEL**.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2012.

  
Deputado **LUIZ EDUARDO CHEIDA**  
Presidente

  
Deputado **PEDRO LUPION**  
Relator







# ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA INDUSTRIAL

Pöyry Tecnologia Ltda.  
Rua Alexandre Dumas, 1981  
Edifício Paramount - 2º andar  
04717-004 São Paulo - SP  
BRAZIL  
Tel. +55 11 3472 6955  
Fax +55 11 3472 6980  
E-mail: forest.br@poyry.com



Data 27.04.2012

Nº Referência 20614.10-M-1000-1501  
Página 1 (77)

## RIMA – RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL



### KLABIN - PAPEL E CELULOSE PROJETO PUMA - PR

Conteúdo I INTRODUÇÃO

Anexos

Distribuição  
KLABIN  
PÖYRY

E  
RHi

Orig.	27/04/12 – PEP	27/04/12 - KHF	27/04/12 - RHi	27/04/12 - NRN	Para informação
Rev.	Data/Autor	Data/Verificado	Data/Aprovado	Data/Autorizado	Observações

Handwritten signature



1

## INTRODUÇÃO

O presente documento é um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) referente à implantação e funcionamento de uma fábrica de celulose e papel da KLABIN. Essa fábrica será projetada para produção anual de 1.800.000 toneladas de celulose e 500.000 toneladas de papel.

O projeto, além da celulose e papel, inclui uma unidade de cogeração de energia de 330 MW, e uma linha de transmissão de energia de 230 kV, sendo que o projeto será implantado no município de Ortigueira, Estado do Paraná.

Este documento chama-se RIMA, abreviatura de Relatório de Impacto Ambiental, onde são apresentadas as principais informações e conclusões sobre empreendimento da KLABIN, que foram desenvolvidas num grande estudo, que é conhecido como EIA (Estudo de Impacto Ambiental).

Este abrangente estudo, o EIA (Estudo de impacto Ambiental) tem o objetivo de estudar e conhecer a região onde o projeto irá instalar e como ele pode alterar as características do meio ambiente e o modo de viver e agir da população dessa região.

O conjunto desses dois estudos chama-se EIA/RIMA, que ao estar concluído é entregue para a Secretaria do Meio Ambiente para ser analisado por uma equipe de profissionais, que também possuem sabedoria e conhecimento em diversas áreas e são capazes de entender o que poderá acontecer ao meio ambiente e sua população, após a instalação da fábrica.

Portanto, o EIA/RIMA serve para ajudar e orientar a Secretaria de Estado de Meio Ambiente a entender este empreendimento da KLABIN e formular as obrigações que a KLABIN deverá cumprir para continuar respeitando o meio ambiente.

Para desenvolver este EIA/RIMA, foram obedecidos ritos e obrigações, que por sua vez, foram criados pela lei brasileira obrigando que algumas atividades que pudessem causar impactos ao ambiente fossem obrigadas a elaborar um EIA/RIMA.

As leis que norteiam este EIA/RIMA são:

- Nossa lei maior; a mais importante do Brasil: Constituição Federal do Brasil (do ano de 1988) conforme manda o seu artigo 225, §1º, inciso IV;
- Normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente: são conhecidas como a Resolução CONAMA nº 001/1986 e Resolução CONAMA nº 237/1997, que apresentam os termos técnicos de como fazer o EIA/RIMA, e como o processo se desenvolve na Secretaria;
- Normas do Estado do Paraná: são conhecidas como Resolução Estadual CEMA nº 065/2008, e a Resolução CEMA nº 070/2009, a Portaria SEMA/IAP nº 031/1998 e a Portaria Estadual do IAP nº 158/2009.

Para completar as regras sobre o EIA/RIMA, qual a sua profundidade e o nível de abrangência, é o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) que define, e o fez por meio de um Termo de Referência (TR).

O IAP é um instituto da Secretaria de Estado do Paraná, responsável pelo Meio Ambiente, e por isso, o responsável por avaliar e emitir as licenças ambientais.

**EIA – Estudo de Impacto Ambiental. Linguagem Técnica.**

**RIMA – Relatório de Impacto Ambiental. Linguagem Acessível ao Público.**

O objetivo final do EIA/RIMA é verificar se o projeto/empreendimento é viável do ponto de vista econômico, ambiental, social e jurídico. Para isso, o EIA apresenta as seguintes partes:

- a) *caracterização do empreendimento*: são os detalhes técnicos do projeto;
- b) *diagnóstico ambiental*: são os levantamentos de dados históricos (livros, publicações, revistas técnicas) e trabalhos de campo, que permitem conhecer e analisar a situação atual das áreas e regiões que podem sofrer modificações pela implantação e operação da fábrica;

Foram, portanto, desenvolvidos trabalhos de campo na área de influência do empreendimento para avaliar as condições de águas, ar e solo; animais e plantas; e, formas de organização social, condições de moradia, saúde, saneamento, distribuição de trabalho e renda, aspectos culturais, níveis salariais, entre outros aspectos.

- c) *avaliação de impactos ambientais*: é o resultado das análises das consequências ambientais do empreendimento inserido na região de estudo. Isto é, mostra o que irá ocorrer quando o empreendimento chegar, como o ambiente ficará e o que será necessário fazer para proteger o meio ambiente.

Após o conhecimento da realidade da região, foram identificados e avaliados os impactos ambientais potenciais decorrentes das obras e do funcionamento do empreendimento. Tal avaliação considera a realização das ações para controlar e minimizar os impactos negativos - são as medidas mitigadoras; e, para incrementar os benefícios dos impactos positivos - são as medidas potencializadoras.

Alguns impactos podem ser mais significativos que outros, seja pelo seu tempo de duração, ou seja, pela forma que ele ocorre no ambiente.

Para os impactos mais significativos, existem os Planos Básicos Ambientais (PBA), que são apresentados no final deste RIMA. Isto é, aqueles impactos que exigem uma ação mais prolongada no tempo para minimizar os seus efeitos negativos.

A equipe técnica responsável elaborou este RIMA para resumir em linguagem acessível, e mostrar para a sociedade civil o empreendimento da Klabin, como será instalado e quais os seus impactos ambientais e sociais.

RLH



Como já dito antes, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP, órgão da Secretaria de Meio Ambiente) pode utilizar este RIMA para verificar a conclusão da viabilidade ambiental deste empreendimento, e emitir a sua licença ambiental pelo que foi apresentado no EIA/RIMA.

A primeira licença ambiental que o empreendedor receberá, no caso deste EIA/RIMA, é a Licença Prévia (LP), que terá as chamadas condicionantes ambientais. Essas condicionantes são as condições que devem ser cumpridas pelo empreendedor para que o processo no IAP possa evoluir e a fábrica se instalar, e, depois, funcionar.

## 1.1

### Dados gerais

Como já dito, essa fábrica ou unidade industrial da Klabin terá como atividade principal a fabricação de celulose e papel (feita com madeira de pinheiro do tipo pinus e de eucalipto). Essa celulose será comercializada em fardos (*grandes pacotes*) de 250 kg, formados por folhas secas. Para facilitar o manuseio e transporte, esses fardos serão empilhados em dois grupos de quatro, formando uma carga de 2 toneladas.



**Figura 1.1-1: Fardos de Celulose**

A Klabin escolheu o estado do Paraná para implantar sua fábrica de celulose e papel, pois é onde já possui florestas plantadas.

Para se chegar ao local atualmente selecionado, foi realizado um estudo na região como um todo, utilizando 4 (quatro) princípios básicos que guiaram um estudo mais pontual na região. Esse estudo mais pontual chama-se estudo de microlocalização.

Estes princípios ou guias foram importantes para a escolha final do local de instalação da nova indústria. São eles:

- A existência da base florestal da Klabin e possibilidade dessa base florestal fornecer a madeira para a futura indústria de celulose;
- A existência de características regionais adequadas para permitir o desenvolvimento de um projeto economicamente viável;
- A situação socioeconômica que pode ser melhorada e potencializada, a partir do desenvolvimento do projeto;
- O meio ambiente da região tem características favoráveis ao projeto e a legislação ambiental permite que o projeto se instale.

Na região, além desses princípios básicos estabelecidos, também foram considerados e analisados alguns aspectos técnicos e de operação consagrados para implantação dessa

*R. H.*

indústria de celulose e papel, tais como: a existência de rodovias, ferrovia, rede de energia elétrica, as condições de solo, a direção de ventos, a água disponível, e não ter restrições ambientais.

Além dos aspectos técnicos e operacionais já utilizados, foram estabelecidos alguns critérios para essa seleção prévia de locais que são, essencialmente, os elementos ambientais mais importantes para definir o local de instalação da nova indústria:

- a) Estar localizado fora das áreas de reservas indígenas e das unidades de conservação (que são os parques, reservas florestais, estações ecológicas etc);
- b) De preferência, ficar distante o mínimo de 1 km (um quilômetro) das rodovias federais e estaduais mais utilizadas, pois isso minimiza o impacto visual da construção para aquelas pessoas que usam essas rodovias, além de evitar e minimizar as interferências no tráfego dessas estradas, com entrada e saída de veículos e formações de filas de caminhões, etc.
- c) Estar localizado, de preferência, em áreas já ocupadas pelo homem para facilitar a obtenção da licença ambiental;
- d) Estar distante o mínimo de 10 km de aglomerações e centros urbanos expressivos;
- e) Preservar uma faixa de preservação permanente de 500 m na faixa ciliar dos rios;
- f) Preservar uma faixa de servidão de 200 m em relação às ferrovias;
- g) Preservar uma faixa de mata ciliar de no mínimo 100 m em relação aos córregos, rios e demais corpos d'água naturais;
- h) Estar localizado em áreas de relevo plano, não movimentado, para minimizar as obras de terraplenagens.

Entendendo que isso justifica a implantação do empreendimento em um determinado local, é preciso lembrar as motivações e justificativas econômicas, isto é, aquele cenário da economia que favorece a implantação da Klabin.

O Brasil tem sido um local privilegiado no mundo, quando se fala em agronegócios, por causa das vantagens competitivas para cultivar florestas renováveis e sustentáveis. Nossas condições ambientais são boas para florestas de rápido crescimento como pinus e eucaliptos.

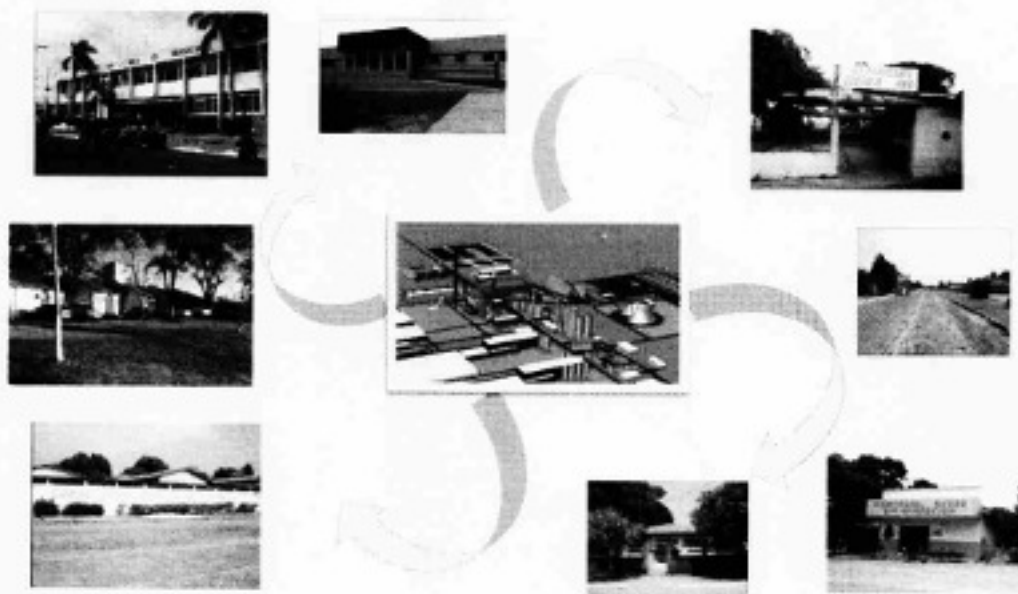
Por isso, o Brasil é considerado futuro grande fornecedor do mercado mundial de celulose, devido ao clima e a boa produtividade das florestas, resultando num custo bastante competitivo.

A implantação da unidade industrial promoverá um desenvolvimento econômico e um aumento da infraestrutura da região. A fabricação da celulose e do papel, o consumo de insumos e matérias-primas e a prestação de serviços de outras empresas diversas irão promover um aumento na arrecadação de impostos.

Assim, todos estes impostos poderão se tornar investimentos para programas sociais e econômicos.



O desenvolvimento deste projeto trará benefícios não somente para os negócios da KLABIN, mas também para a região de Ortigueira/PR, assim como para o estado do Paraná e para o Brasil.



**Figura 1.1-2: Exemplo de Efeito Multiplicador**

É o que se chama de **EFEITO MULTIPLICADOR**, baseado nas teorias econômicas.

## 1.2

### Alternativas do projeto

Depois que foi definida a região para instalar a fábrica, a KLABIN contratou em 2011 a empresa de engenharia e consultoria chamada Pöyry Tecnologia para fazer o estudo de microlocalização, aquele estudo pontual que foi mencionado no item anterior.

Foram realizados trabalhos prévios e, também, visitas e inspeções de campo, para verificar a realidade dos locais (chamados de *sites*) que foram previamente selecionados.

Estes locais foram também avaliados por meio de fatores de qualidade e quantidade.

Estes fatores qualitativos (não mensuráveis) foram divididos em três grandes grupos de avaliação: (i) Impactos Ambientais; (ii) Recursos Sociais; e (iii) Infraestrutura, enquanto que os fatores quantitativos (mensuráveis) foram baseados na avaliação de investimentos e custos de logística.

- (i) Para os Impactos Ambientais, foram considerados e avaliados do ponto de vista da qualidade, os seguintes itens: cobertura de vegetação nativa; disponibilidade de água; afastamento de áreas de proteção permanente (APP) e unidade de conservação (UC); afastamento de reservas indígenas; inexistência

Handwritten signature or initials.

de pequenas comunidades rurais; afastamento dos núcleos habitacionais; rotas de ventos.

- (ii) Para os fatores sociais, foram considerados e avaliados qualitativamente os seguintes itens específicos: disponibilidade de infraestrutura social para comunidade; disponibilidade de assistência médica e educação; e apoio da comunidade.
- (iii) Para a análise dos *sites* quanto aos fatores de infraestrutura para fábrica, foram considerados e avaliados qualitativamente os seguintes itens específicos: disponibilidade de habitações; disponibilidade de energia elétrica; facilidade de interligação ferroviária; e facilidade de acesso rodoviário.

A avaliação dos fatores quantitativos (os chamados mensuráveis) foi feita quando foram avaliados os investimentos “fora da cerca” mais relevantes. Isto é, aqueles que estão fora dos limites da futura fábrica. São eles: um ramal/trevo ferroviário; acesso rodoviário, desapropriação de faixa de terra; adutora de captação de água, e emissário de lançamento de efluentes e a linha de transmissão de energia, e os custos do transporte da madeira e da celulose.

Abaixo é apresentado o resumo dos fatores avaliados e respectivos sites mais favoráveis.

**Tabela 1.2-1: Resumo dos Fatores Avaliados**

<b>Fatores avaliados</b>	<b>Site mais favorável</b>
Impactos ambientais	ME-2
Recursos sociais	MD-2
Infraestrutura	ME-1 / ME-2
Investimento e custos de logística	ME-2

Desta forma, a avaliação das alternativas locais permitiu constatar que o *site* ME-2 apresentou as condições mais favoráveis. Assim, o local (*site*) ME-2 foi recomendado para ser o local da fábrica da KLABIN, localizado no município de Ortigueira/PR.



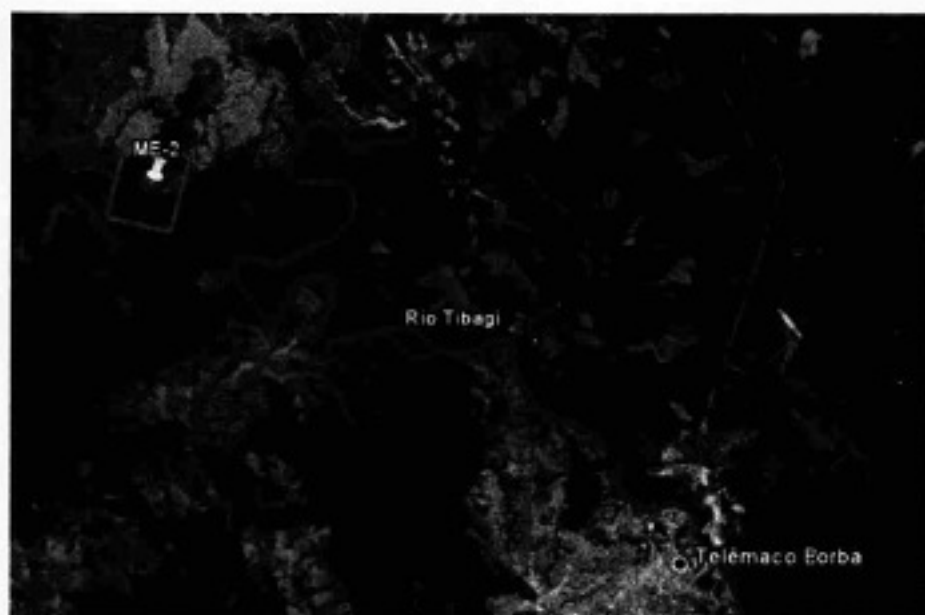


Figura 1.2-1: Localização do site ME-2, recomendado para implantação da unidade industrial da KLABIN.

### 1.3

#### Características do empreendimento

A unidade industrial de fabricação de celulose e papel, incluindo uma unidade de cogeração de energia de 330 MW e uma linha de transmissão de energia elétrica de 230 kV, da KLABIN será implantada no município de Ortigueira, no estado do Paraná. Na Figura a seguir é apresentada a localização do empreendimento.

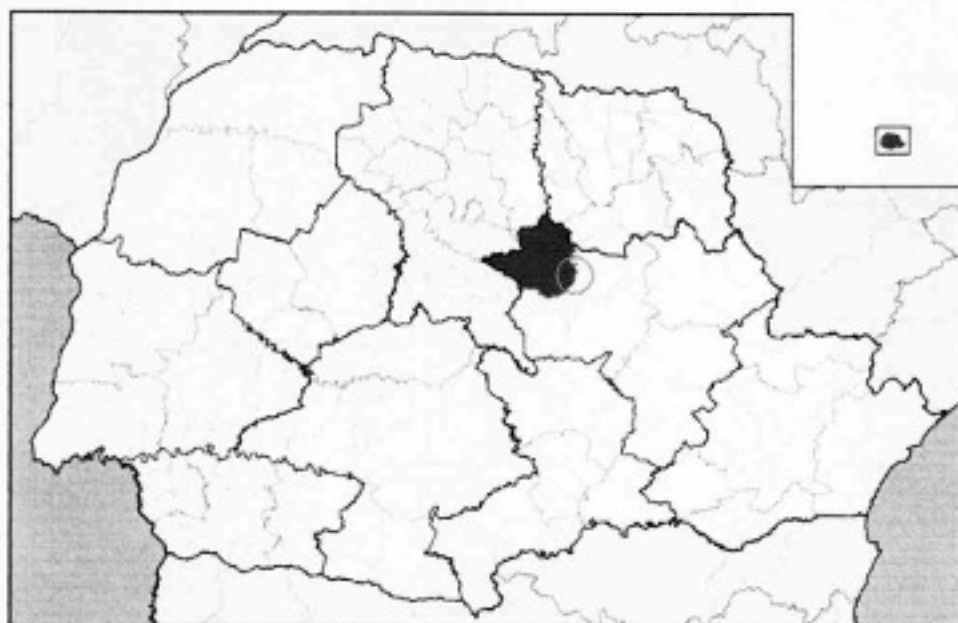


Figura 1.3-1: Localização da unidade industrial da KLABIN.



Essa unidade vai utilizar como matéria-prima principal cerca de 6,7 milhões de metros cúbicos de madeira de eucalipto e de *pinus* por ano.

Além dessa madeira, também serão utilizados produtos químicos, como por exemplo: oxigênio, hidróxido de sódio, peróxido de hidrogênio, ácido sulfúrico, bissulfito de sódio, metanol, clorato de sódio, cal virgem, dentre outros.

Muitos desses PRODUTOS QUÍMICOS serão REUTILIZADOS NO PROCESSO PRODUTIVO DA KLABIN PARA GERAR MENOS IMPACTOS e aproveitar melhor estes recursos.

Em termos técnicos de engenharia, essa fábrica vai utilizar as MELHORES TECNOLOGIAS DISPONÍVEIS e as MELHORES PRÁTICAS DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL.

A

A fábrica terá sistemas de controle ambiental, e terá a capacidade de absorver as emissões ambientais, como os efluentes líquidos, emissões atmosféricas, e os resíduos sólidos da sua produção que poderá chegar a 1.800.000 toneladas por ano de celulose e 500.000 toneladas de papel.

Para operação dessa fábrica de celulose e papel é preciso implantar uma infraestrutura externa e interna de apoio, que compreenderá estradas de acesso, linha de transmissão de energia elétrica, recebimento de insumos, captação e tratamento de água, tratamento e lançamento adequados de efluentes e os sistemas de tratamento e disposição dos resíduos sólidos industriais.

#### 1.4

#### Descrição do processo


##### Descrição Sucinta do Processo de Celulose Kraft

Como foi falado, para produzir a celulose, a KLABIN irá utilizar tanto madeira da floresta de eucalipto, como a madeira das suas florestas de *pinus*, cada uma em processos separados, sem misturar estas madeiras diferentes.

O processo é assim:

A madeira é colhida na floresta na forma de toras, utilizando máquinas e equipamentos especializados e assim garantindo segurança aos trabalhadores e também a qualidade da madeira.

As toras vão para a fábrica, onde serão descascadas. Depois de descascadas, serão encaminhadas para serem picadas, e se transformam em pequenas "lasquinhas" de madeira que são chamadas de CAVACOS.



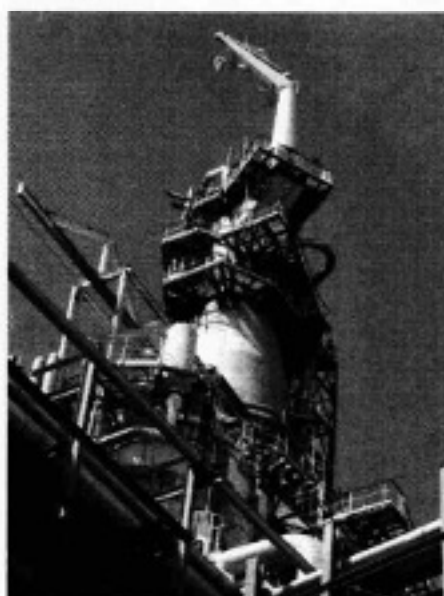


**Figura 1.4-1: Descarregamento das toras no pátio de madeira.**

Os cavacos são estocados numa pilha, sendo, então, transportados para a área do cozimento.



**Figura 1.4-2: Pilha de cavacos.**



**Figura 1.4-3: Digestor para cozimento dos cavacos.**

*Handwritten signature or mark.*

O cozimento acontece num equipamento chamado **DIGESTOR**. O digestor funciona como uma grande “panela de pressão”, onde são colocados os cavacos e produtos químicos, para cozinhar e amolecer a madeira.

Com o amolecimento da madeira, as suas fibras se soltam e separam-se de uma substância da madeira chamada **LIGNINA**<sup>1</sup>, produzindo assim a chamada polpa marrom (celulose escura).

Por causa da **LIGNINA** (que dá cor marrom), a celulose passa por um processo de pré-branqueamento (processo físico-químico), usando como principal reagente o oxigênio.

A Klabin vai usar o **OXIGÊNIO** para reduzir o consumo de reagentes químicos no branqueamento e gerar menor carga orgânica para o efluente.

O branqueamento vai purificar a polpa, pois remove grande parte da lignina que não foi dissolvida.

O objetivo é a obtenção de um alto grau de alvura ou “brancura”. Por este motivo, são utilizados os reagentes químicos mais seletivos e as condições de trabalho mais brandas.

A polpa branqueada é, então, enviada à torre de estocagem.



**Figura 1.4-4: Branqueamento.**

A polpa que agora está branqueada precisa ir para a secagem, e ser colocada em fardos. É esta a seção de secagem e enfardamento, onde ocorre a formação da folha, para garantir maior homogeneidade e evitar interrupções no processo ou irregularidades no produto.

<sup>1</sup> **LIGNINA** é a substância que dá a cor marrom ao caule das árvores.

*Handwritten signature or initials.*

A prensagem irá remover a água por ação mecânica, vai garantir a posição das fibras e dar maior resistência para a folha úmida passar pela secagem.

Na secagem ocorre a remoção de água por evaporação através da aplicação de calor na folha de celulose.

Na saída da secadora, as folhas são cortadas, pesadas e embaladas em fardos (os grandes pacotes) de 250 kg. Os fardos são empilhados em dois grupos de quatro, formando uma carga de 2 toneladas.

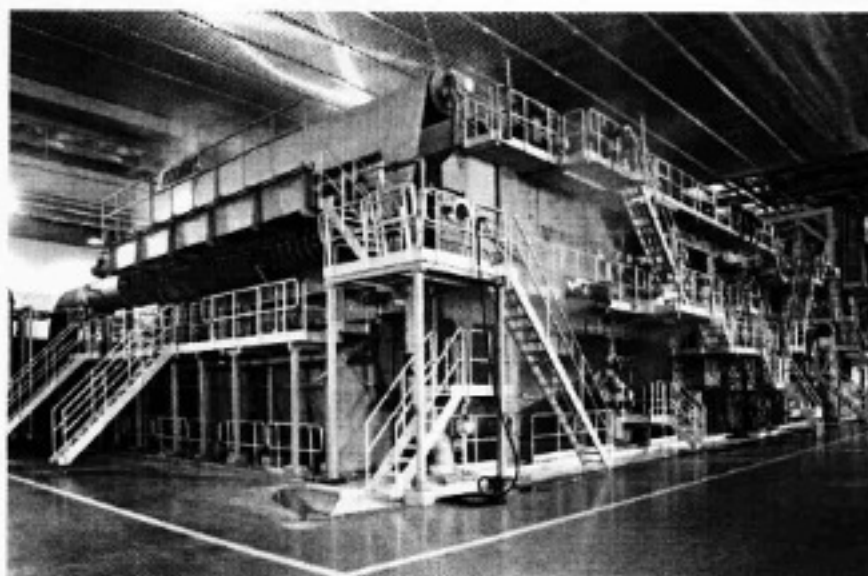


Figura 1.4-5: Secagem de celulose.



Figura 1.4-6: Estocagem de celulose em fardos.

### Sistema de Cogeração de Energia Elétrica

Como foi apresentado na introdução do RIMA, a fábrica da Klabin inclui um sistema de cogeração de energia.

Um sistema de cogeração transforma a energia na forma de calor (vapores das caldeiras de recuperação e de biomassa) em energia mecânica que vai acionar o gerador e gerar energia elétrica (turbogeradores).

O dimensionamento dos turbogeradores será feito, de tal maneira, que a indústria seja autossuficiente em geração de energia (produza a própria energia), gerando em torno de 330 MW. A energia excedente será colocada à venda para a concessionária de energia local.

A energia produzida pela KLABIN será proveniente da queima de biomassa, GERANDO ENERGIA LIMPA E RENOVÁVEL.

### Fluxograma

O fluxograma simplificado do processo produtivo com as etapas de produção da celulose branqueada de eucalipto (preparo de madeira, cozimento, lavagem, branqueamento e secagem, além da geração de energia através da recuperação de químicos e biomassa e o sistema de controle ambiental) é apresentado a seguir:

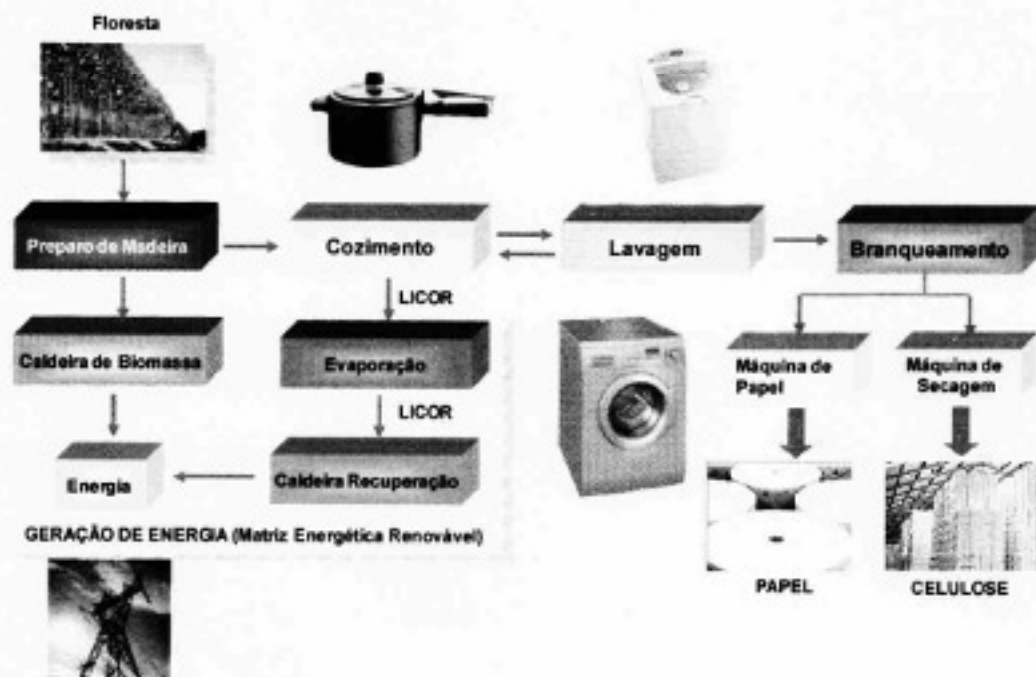


Figura 1.4-7: Fluxograma do simplificado processo produtivo.



## 1.5

### Síntese do diagnóstico ambiental. A fotografia da região.

Para estudar e compreender o meio ambiente de uma região é preciso estabelecer os limites desse estudo. São, portanto, criadas as áreas de influência, que são os raios de incidência dos impactos ambientais e sociais.

Assim, o estudo definiu a ÁREA DIRETAMENTE AFETADA, A ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA e ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA levando em consideração os impactos da fábrica sobre os recursos naturais (meios físico e biótico) e sobre o meio socioeconômico. Foram seguidas as regras da Resolução CONAMA nº 001/86.

Neste caso, a delimitação dessas áreas leva em consideração o alcance e a intensidade dos impactos das atividades de implantação e de operação da nova fábrica da Klabin

A Área Diretamente Afetada (ADA) é a área onde será realizada a implantação da fábrica e da infraestrutura necessária (linha de transmissão, captação, adutora e emissário).



Figura 1.5-1: Área Diretamente Afetada

### Área de Influência Direta (AID) e Indireta (AI) do meio Físico e Biótico

A Área de Influência Direta (AID) possui o raio de 7,0 km, que foi delimitada para o meio físico (água, solo e ar) e meio biótico (animais e plantas). Para as obras lineares foi delimitado 400 m de cada lado da obra, incluindo as eventuais faixas de servidão e suas interferências.

Para o Meio Físico e Biótico, a Área de Influência Indireta (AI) será composta pelas bacias hidrográficas onde se insere o empreendimento, sendo definido como o médio e baixo Tibagi.

RL

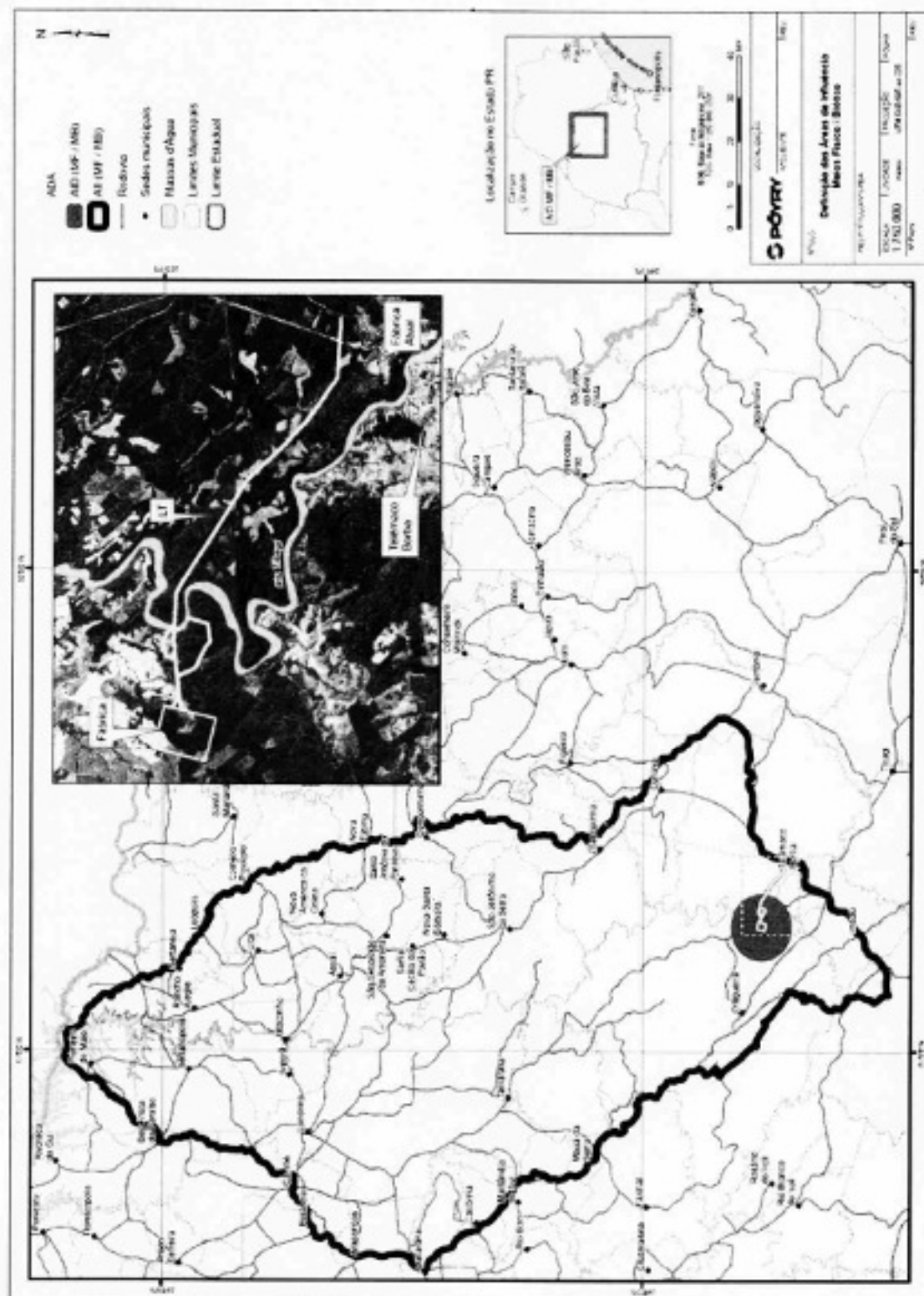


Figura 1.6-2: Área de Influência Direta (AID) e Indireta (AI) do meio Físico e Biótico

**Área de Influência Direta (AID) e Indireta (AII) do meio Socioeconômico**

No meio socioeconômico (população, economia, cultura), a Área de Influência Direta (AID) é composta pelos 3 (três) municípios mais próximos: Ortigueira, Telêmaco Borba e Imbaú.

A Área de Influência Indireta (AII) para o meio socioeconômico, são considerados os 11 municípios: Ortigueira, Telêmaco Borba, Imbaú, Ibiporã, Jataizinho, Assaí, Londrina, São Jerônimo da Serra, Tamarana, Sapopema e Curiúva.

R.H.

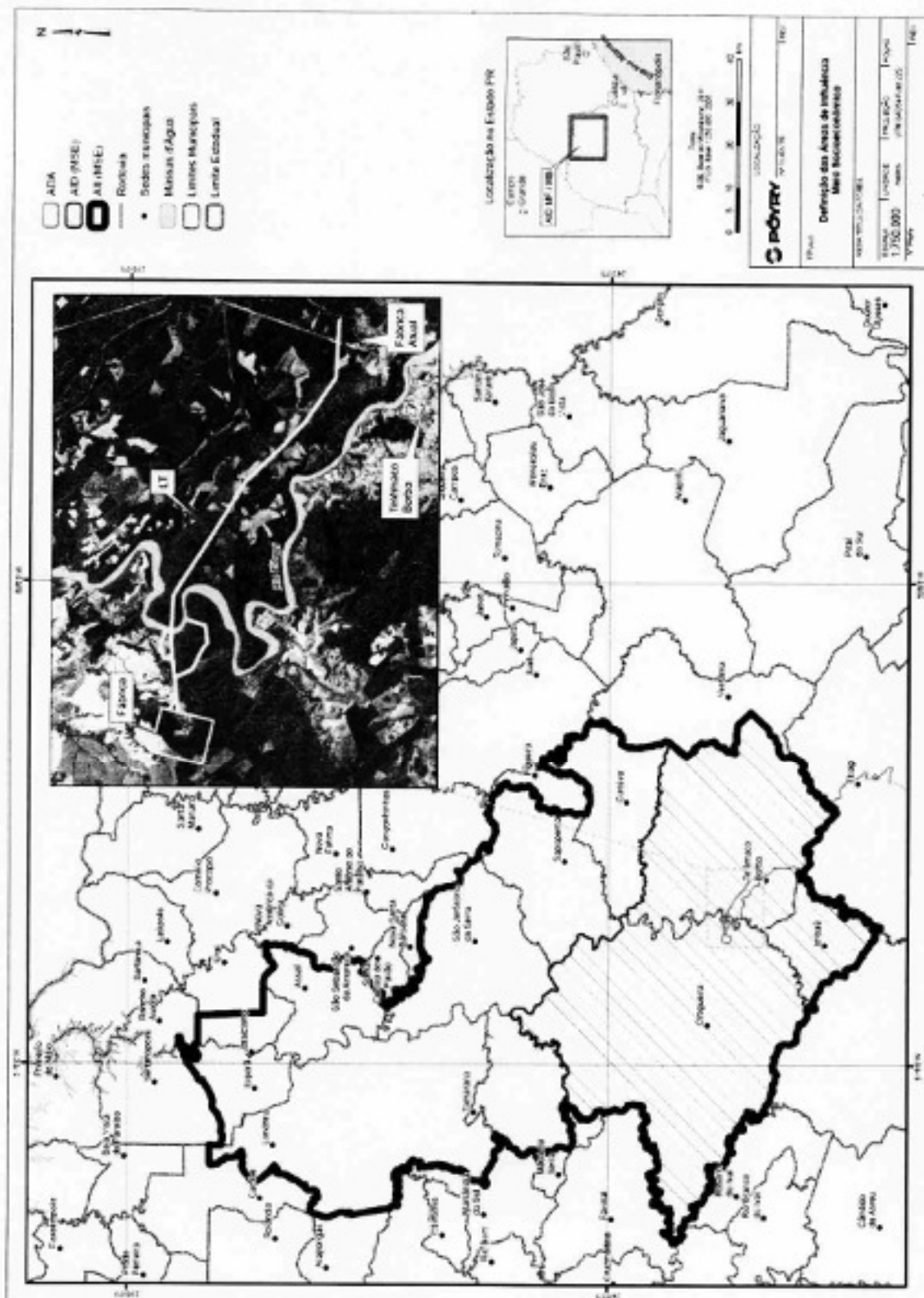


Figura 1.5-3: Área de Influência Direta (AID) e Indireta (AI) do meio Socioeconômico

Nas áreas de influência do empreendimento foram avaliados para cada meio:

- Meio físico: água, ar e solo;
- Meio biótico: animais e plantas; e,
- Meio socioeconômico: condições de vida, salários, saúde, saneamento, cultura etc.

No meio físico, foram analisadas as informações contidas no Atlas Geológico do Estado do Paraná (MINEROPAR, 2001), e outras bibliografias sobre o assunto, bem como realizados trabalhos de campo.

Foram realizadas coletas de amostras de solo em 8 pontos da Área de Influência Direta do empreendimento nos dias 10 e 11 de janeiro de 2012.

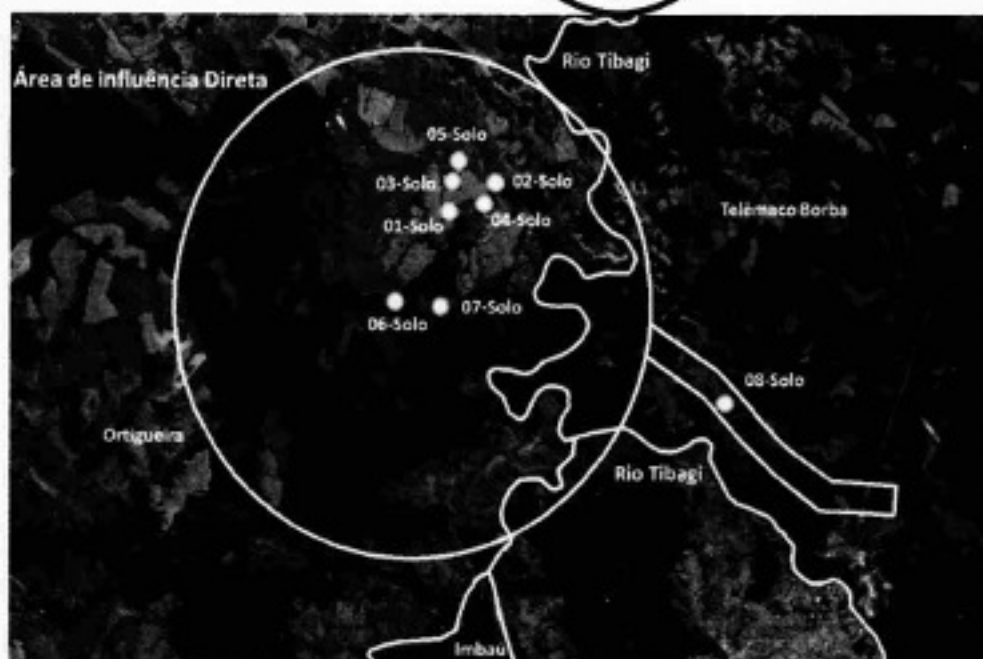


**Figura 1.5-4: Amostras de solo**

A localização dos pontos de amostragem é apresentada na figura a seguir.

RH





**Figura 1.5-5: Localização dos pontos de amostragem de solo**

Todo o solo coletado, foi analisado pelo cenário de prevenção, agrícola e industrial da *Lista de Verificação de Valores Orientadores para Solos e para Águas Subterrâneas* (Anexo II da resolução CONAMA nº 420/2009).

De acordo com os resultados, todas as amostras de solos apresentam teores abaixo do valor permitido em legislação, entretanto os valores de alumínio e ferro, que estão naturalmente presentes no solo da região, mostraram-se altos, porém essa situação não caracteriza contaminação de solo, de acordo com a legislação existente.

Ainda no meio físico, foi realizado monitoramento do ar para verificar a qualidade do ar, onde será construída a nova fábrica de celulose e papel da Klabin, em Ortigueira-PR.



**Figura 1.5-6: Monitoramento do ar**

Os resultados das análises mostraram que há uma boa qualidade do ar na região estudada (atendendo aos padrões da legislação ambiental).

Foi realizado um **Estudo de Dispersão Atmosférica (EDA)** que é uma simulação de como os gases sairão das chaminés da fábrica da Klabin.

As emissões atmosféricas da fábrica serão dispersas pelos ventos e **NÃO IRÃO GERAR INCÔMODOS À POPULAÇÃO.**

A conclusão foi de que **A REGIÃO É FAVORÁVEL PARA A IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DA FÁBRICA DA KLABIN**, não havendo alteração da qualidade do ar da região.

As leis que orientaram esse estudo para análise da qualidade do ar e dispersão dos gases da chaminé são as seguintes: a Resolução CONAMA nº 003/1990 (federal); e, a Resolução SEMA nº 054/2006 (estadual).

O Estudo de Dispersão Atmosférica concluiu que a emissão das chaminés da Klabin não irá afetar as comunidades da região. Conforme se nota da figura abaixo, os dois locais onde ocorrem as maiores concentrações são rio Tibagi e plantio de eucalipto da Klabin.



**Figura 1.5-7: Mapa com a localização das maiores concentrações de cada parâmetro analisado**

A comunidade Campina dos Pupos não será afetada pelas emissões e não sofrerá incômodos pelas emissões da Klabin. Nem mesmo as cidades de Ortigueira, Imbaú, Telêmaco Borba, e Terra Indígena serão afetadas pelas emissões da futura fábrica da Klabin.

*RH*

Ainda no meio físico, foram avaliados os recursos hídricos da região. Ou seja, a água.

A fábrica de celulose da Klabin em Ortigueira/PR irá lançar seus efluentes tratados e captará água bruta para seu abastecimento no rio Tibagi.

A Bacia Hidrográfica do rio Tibagi ocupa uma área total de 24.937,38 km<sup>2</sup>, que compreende desde as cabeceiras do rio Tibagi, nos municípios de Palmeira e Ponta Grossa, até sua foz, nos municípios de Primeiro de Maio e Sertaneja, junto ao rio Paranapanema. Esta bacia possui um comprimento médio de 320 km e uma largura média de 78 km e situa-se em rochas sedimentares e basálticas (PBH do Rio Tibagi, 2009).



**Figura 1.5-8: Vista geral do Rio Tibagi**

A Bacia Hidrográfica do rio Tibagi faz limite, ao sul, com a Bacia Hidrográfica do rio Iguaçu; a leste, com as Bacias Hidrográficas dos rios Cinzas e Itararé; a sudeste, com a Bacia do rio Ribeira; a oeste, com a Bacia do rio Ivaí; a noroeste, com a Bacia do rio Pirapó e ao norte, com as Bacias denominadas Paranapanema II e Paranapanema III (PBH do Rio Tibagi, 2009).

Os municípios que estão inseridos, totalmente ou parcialmente, nessa Bacia são: Palmeira, Ponta Grossa, Porto Amazonas, São João do Triunfo, Fernandes Pinheiro, Irati, Campo Largo, Teixeira Soares, Imbituva, Guairanga, Ivaí, Ipiranga, Castro, Carambeí, Reserva, Tibagi, Pirai do Sul, Imbaú, Ventania, Telêmaco Borba, Ortigueira, Faxinal, Mauá da Serra, Tamarana, Curiúva, Sapopema, Figueira, São Jerônimo da Serra, Marilândia do Sul, Califórnia, Apucarana, Arapongas, Rolândia, Cambé, Londrina, Nova Santa Bárbara, Santa Cecília do Pavão, Santo Antônio do Paraíso, Congoinhas, Nova Fátima, São Sebastião da Amoreira, Assaí, Nova América da Colina, Cornélio Procópio, Uraí, Jataizinho, Rancho Alegre, Leópolis, Ibiaporã, Sertãoópolis, Bela Vista do Paraíso, Primeiro de Maio e Sertaneja. No total são 53 municípios (PBH do Rio Tibagi, 2009).

Em relação aos impactos decorrentes do consumo de água, os estudos efetuados confirmam a disponibilidade hídrica do rio Tibagi apresentando uma vazão média de

*RH*

292 m<sup>3</sup>/s e vazão mínima (Q<sub>7,10</sub>) de 34 m<sup>3</sup>/s. O consumo da água da indústria, estimado em 8.100 m<sup>3</sup>/h, sendo que 90% retorna ao rio Tibagi, portanto um consumo de 2,25 m<sup>3</sup>/s, correspondendo a 0,77% da vazão média do rio ou 6,6% na vazão mínima, portanto, um consumo insignificante.

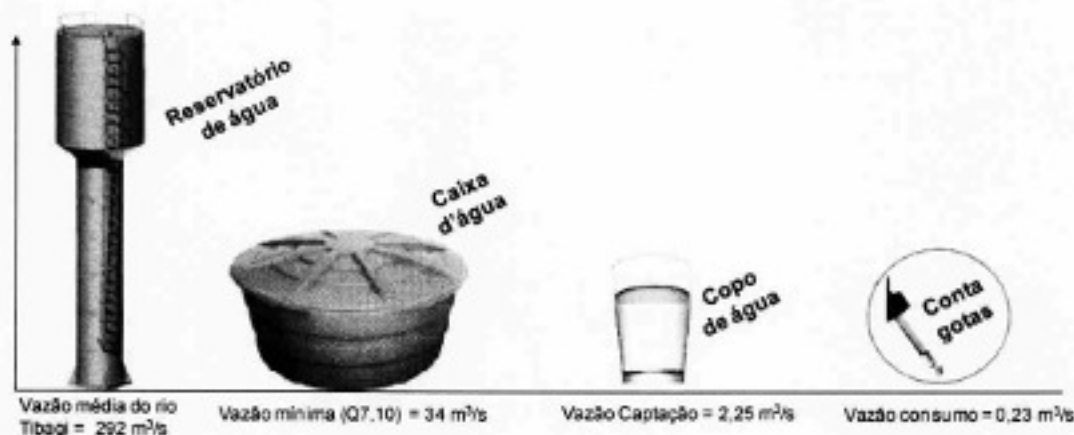


Figura 1.5-9: Ilustração das vazões

Também foi analisada a qualidade da água do Rio Tibagi.

Foram feitas em 3 (três) visitas para coleta de água do rio: janeiro, fevereiro e março de 2012. Em cada visita, foi coletada água e levada ao laboratório para análise.

Os locais de coleta são apresentados a seguir.

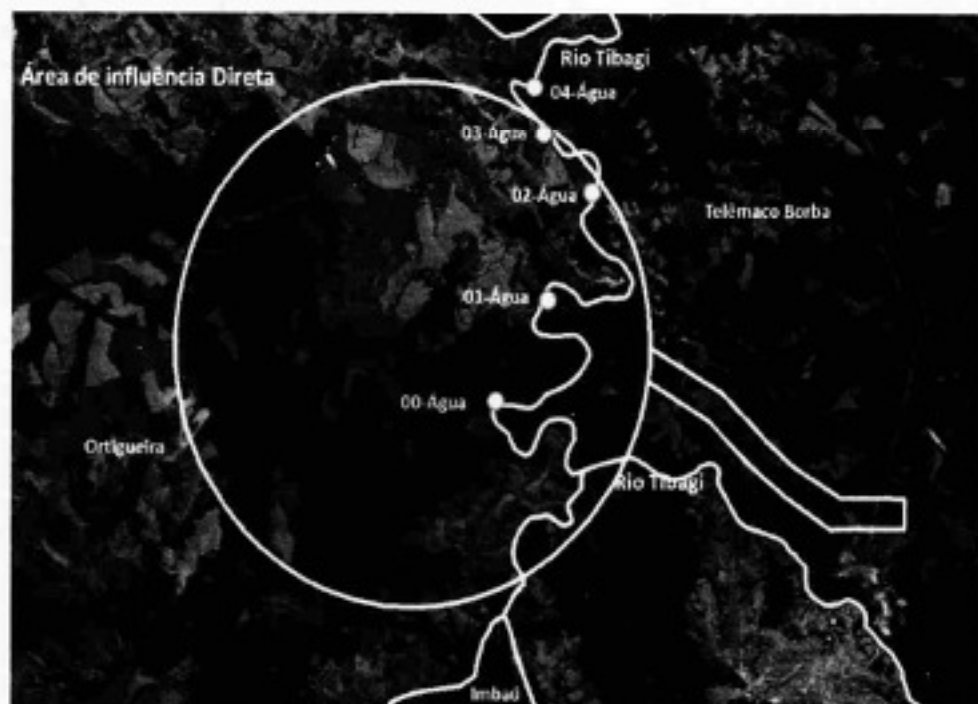


Figura 1.5-10: Localização dos pontos de coleta de água no Rio Tibagi.

RH

Os resultados das análises demonstram que todos os parâmetros estão de acordo com a legislação e classificação do rio Tibagi, com exceção de "Carga orgânica (DBO)" e "Cor", que se encontram pouco acima dos limites.

"Carga orgânica" (DBO) é um parâmetro que pode indiretamente retirar oxigênio do rio e seu limite é de 5mg/L em rios classe 2.

O parâmetro "Cor" é importante para que o rio classe 2 tenha a maior transparência possível e seu limite é de 75 mg/L.



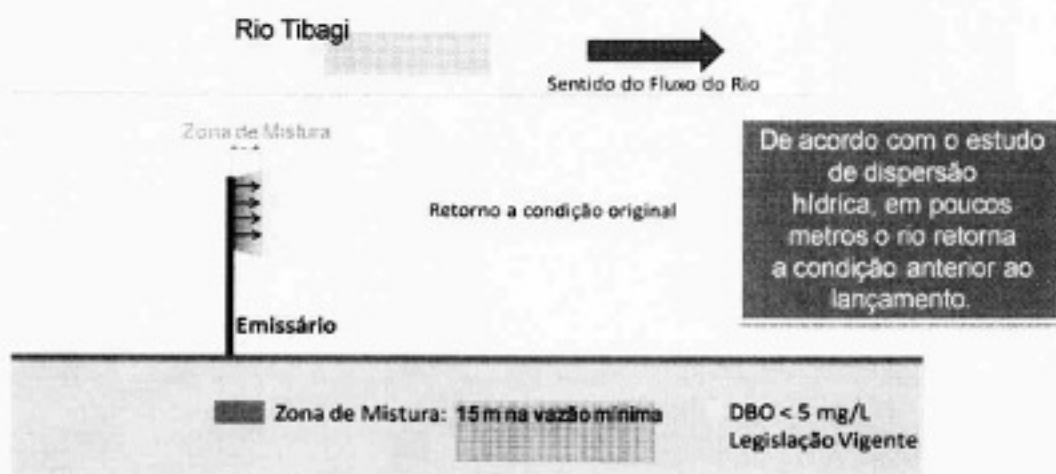
**Figura 1.5-11: Monitoramento no rio Tibagi**

Em relação aos impactos sobre a qualidade hídrica, o emissário subaquático será um aspecto importante para o lançamento dos efluentes líquidos, pois o estudo de dispersão hídrica mostrou que não haverá alteração da qualidade das águas no rio Tibagi, sendo a zona de mistura, para os parâmetros de cor e carga orgânica (DBO), de no máximo 15 metros do local de lançamento, não afetando as atividades da fauna aquática, nem a classe do rio Tibagi. Foram avaliadas inclusive as duas situações de operação da unidade fabril da KLABIN: sem a Usina Hidrelétrica de Maua e com a instalação da UHE Maua. Ambas as situações são favoráveis à dispersão de efluentes e à captação de água bruta.

O Estudo de Dispersão Hídrica comprovou que os efluentes tratados da Klabin não vão alterar a classificação do Rio Tibagi, conforme a lei (Resolução CONAMA nº 357/2005).

RH





**Figura 1.5-12: Estudo de Dispersão Hídrica.**

Com relação aos efluentes da Klabin em Ortigueira, a tecnologia a ser empregada garantirá a melhora significativa da qualidade dos seus efluentes gerados no processo de fabricação de celulose.

Foram feitos teste de toxicidade aquática no rio Tibagi em 3 pontos da região do lançamento de efluentes e de captação de água da futura fábrica da Klabin, entre os municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba.

Estes testes tiveram como objetivo verificar as condições atuais no rio Tibagi.

Os testes foram desenvolvidos com peixes (*Danio Rerio*).

*Rti*

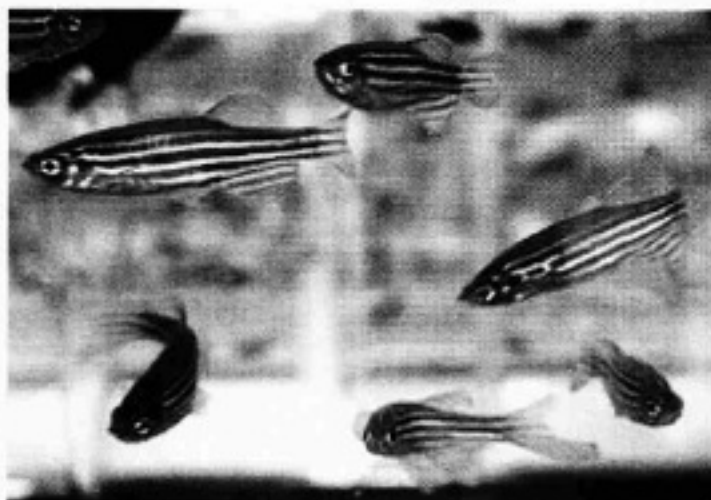


Figura 1.5-13: *Danio Rerio*

Os resultados obtidos nas análises mostram que **NÃO HÁ TOXICIDADE NAS ÁGUAS DESTE RIO, MESMO COM OS ATUAIS LANÇAMENTOS A MONTANTE, incluindo o lançamento da PRÓPRIA FÁBRICA DA KLABIN EM TELÊMACO BORBA/PR.**

Analisando a bacia do rio Tibagi em termos de topografia podemos afirmar que o rio Tibagi é um ecossistema cuja água é corrente, por pequenas quedas, contribuindo para aumentar a oxigenação da água.

Com a implantação da UHE de Mauá, o ambiente se tornará lântico, mas **NÃO COMPROMETERÁ A QUALIDADE DESTE RIO, enquanto receptor dos efluentes tratados.**

Mesmo assim, considerando-se a distância a ser percorrida pelo rio Tibagi, após a UHE Mauá, até atingir a região metropolitana de Londrina, cerca de 100 Km, e que o efluente tratado futuro, assim como, o efluente tratado da fábrica atual da Klabin, não apresenta toxicidade aguda, não contribuirá para Toxicidade das águas do Rio Tibagi (que abastece a cidade de Londrina, entre outras cidades).

**A KLABIN VAI EMPREGAR O MÉTODO DE TRATAMENTO TERCIÁRIO DOS EFLUENTES.**

**O TRATAMENTO TERCIÁRIO É A MELHOR TECNOLOGIA DISPONÍVEL PARA TRATAMENTO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS, O QUE IRÁ PRESERVAR E GARANTIR OS RECURSOS HÍDRICOS PARA OUTRAS FINALIDADES DIVERSAS E NÃO IRÁ COMPROMETER O ABASTECIMENTO DE LONDRINA.**

R.H.

Na análise dos recursos hídricos foi também levada em consideração, a qualidade das águas subterrâneas na AID, principalmente de abastecimento das comunidades.

A qualidade das águas subterrâneas foi avaliada em 4 (quatro) pontos distintos, em janeiro e fevereiro de 2012.

A localização dos pontos de coleta de água subterrânea consta no mapa abaixo.



**Figura 1.5-14: Localização dos pontos de coleta de água subterrânea**

Dos parâmetros avaliados, somente alguns apresentaram valores que não atendem a legislação ambiental (Resolução CONAMA nº 420/ 2009).

Somente no Ponto 2, detectou-se que o parâmetro coliformes totais apresentou-se elevado (23 NMP/100mL). Mesmo não existindo parâmetro de comparação deste na lei, foi feita correlação desse fato com possível contaminação de esgotos sanitários e animais no local.

O ponto 2 é um poço artesiano localizado na comunidade Campina dos Pupos, distante 1,5km da entrada da futura fábrica da Klabin.

RH



**Figura 1.5-15: Coleta de água subterrânea em poço profundo - Fazenda em Lajeado Novo**

Quanto aos possíveis impactos de incômodo à população, foram feitos trabalhos de campo sobre a geração de ruídos no local.

O compromisso da Klabin é de não alterar o ruído atual existente nas comunidades.

Segundo os Laudos Técnicos de Ruídos, foram encontrados alguns níveis de ruído acima da legislação.

Conforme a tabela abaixo, verifica-se as medições realizadas.



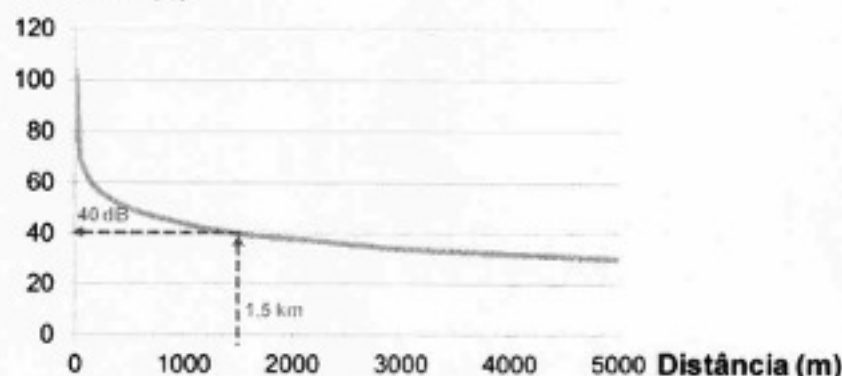
**Tabela 1.5-1: Medições de Ruído realizadas.**

Pontos	Local	Ruído (dB)	
		Diurno	Noturno
01	Ponto localizado próximo à sede da Fazenda Santa Luzia;	38.0	34.5
02	Ponto localizado em frente à porteira de uma fazenda particular e próxima à torre de observação de queimadas;	41.5	32.5
03	Ponto localizado na comunidade Campina dos Pupos;	44.0	45.5
04	Ponto localizado próximo da Vila Lajeado Bonito;	47.0	42.5
05	Ponto localizado na estrada que dá acesso à Torre de observação de queimadas, próximo a Fazenda Santa Luzia;	45.5	38.0
06	Ponto localizado na área diretamente afetada;	42.5	46.5
07	Ponto localizado próximo ao cemitério	39.0	48.0
08	Ponto localizado na estrada imbauzinho, próximo a um fio de alta tensão	39.0	48.0
Limites da Norma NBR 10.151 em dB(A))	Áreas de sítios de fazendas	40	35

A comunidade mais próxima do empreendimento é Campina dos Pupos, que está localizada cerca de 1500 m. Os níveis encontrados no ponto 3 (Campina dos Pupos), no período diurno e noturno foram, respectivamente, 44 e 45,5 dB (A).

Segundo o estudo de avaliação de ruído, nota-se que o ruído diminui em função da distância, portanto, a comunidade de Campina dos Pupos não irá perceber o ruído da fábrica e não sofrerá incômodo.

**Ruído dB (A)**



**Figura 1.5-16: Decaimento de ruído**

*Rti*



Com relação ao aumento de tráfego de veículos, foi realizado o estudo específico para a análise dos impactos da instalação do empreendimento da Klabin na região entre Telêmaco Borba e Ortigueira (PR).

O estudo adotou como princípio, que as rotas futuras serão utilizadas para o transporte de matéria prima, outros insumos, produtos e pessoal, serão os trechos das rodovias PR-160, PR-340, e BR-376.

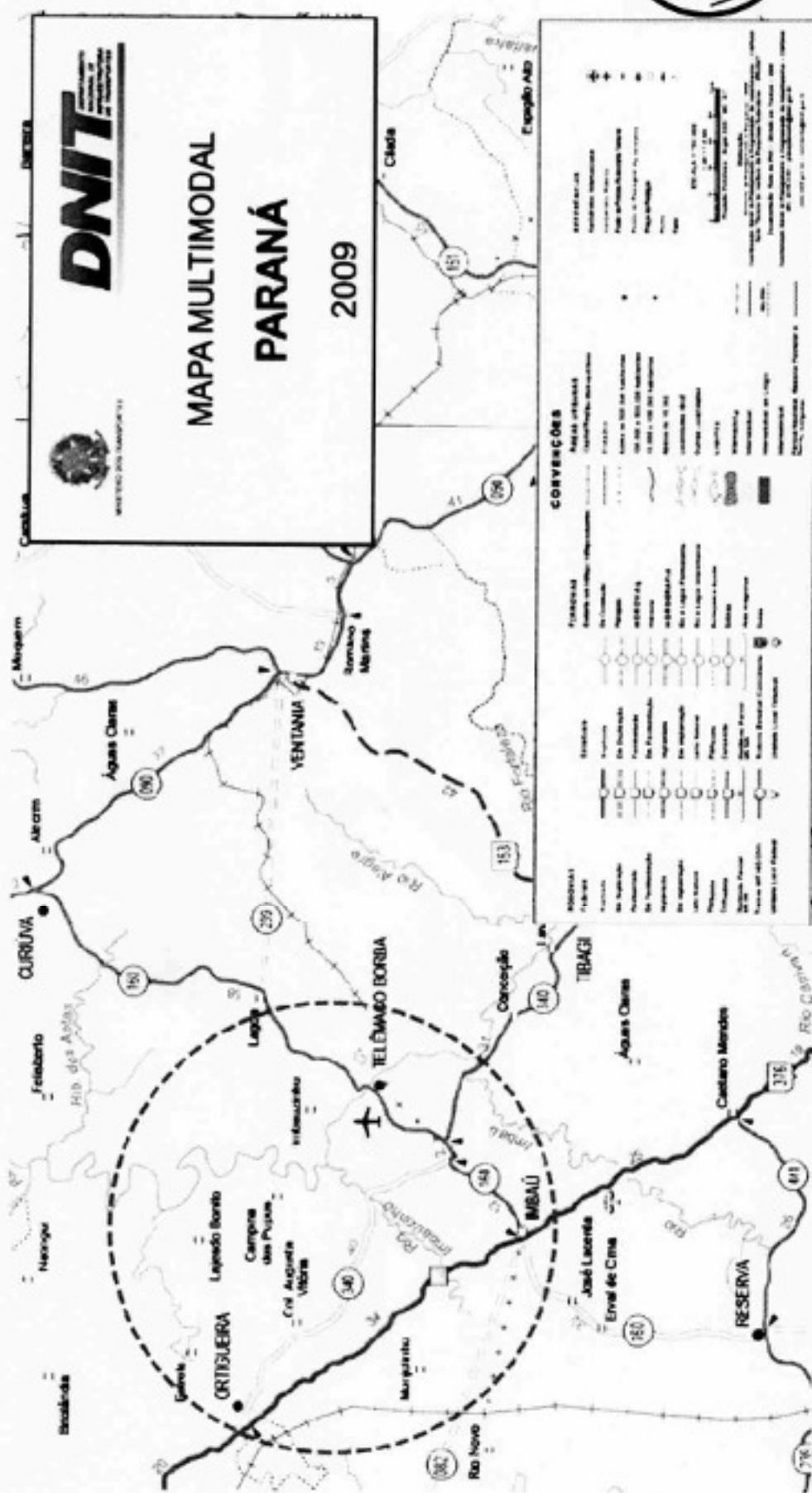
As principais conclusões e recomendações associadas ao estudo são apresentadas a seguir:

- No cenário atual, sem o empreendimento, as rodovias têm boas condições de circulação, baixos volumes de tráfego e consequentemente, bons níveis de serviço de tráfego.
- Os estudos indicaram que o tráfego futuro com a implantação da fábrica para matéria prima, insumos, produtos e pessoal, nas condições atuais de transporte, deverá alterar o padrão de tráfego. Mas, a futura condição de tráfego não vai precisar ampliar sua capacidade, mesmo considerando um período de 10 anos após a implantação da fábrica da Klabin.



**Figura 1.5-17: PR-340 Sentido Ortigueira**

Rti



**Figures 1.6-18: Mapa de Localização da Área de Influência do Empreendimento (Fonte mapa Rodoviário DNIT)**

Em relação à vegetação, pode-se considerar que a região da Área de Influência Direta do empreendimento é caracterizada por uma paisagem tipicamente rural, constituída principalmente de plantios de eucalipto, pinus e soja, conforme apresentado a seguir.



**Figura 1.5-19: Mata nativa à esquerda e plantios de eucalipto e soja**

Com relação aos animais locais (fauna), podem ser feitas as seguintes considerações:

Os levantamentos de campo resultaram em um total de 626 espécies representando os animais e plantas, cuja distribuição para cada grupo está apresentada na Tabela a seguir, representando um panorama geral da biodiversidade na área de influência do empreendimento.

**Tabela 1.5-2: Total de espécies (Fauna e Flora) na Área de Influência Direta (AID).**

Grupo	Total de espécies	Ameaçadas*	Endêmicas**	Exóticas
Vegetação	426	11		2
Aves	134		19	1
Mamíferos	24	8		1
Répteis	14		2	
Peixes	28			
Total geral	626	19	21	4

**Legenda:** \* espécies ameaçadas se referem ao total de espécies ameaçadas presentes na lista nacional. \*\* Endemismo foi considerado como espécies exclusivas do bioma/formações amostradas

Interessante observar, que apesar da presença do homem ocorrer nos remanescentes de mata nativa, estes remanescentes ainda apresentam suporte para abrigar espécies de animais e plantas.

Os trabalhos de campo abrangeram porções representativas do meio ambiente na área de influência, para mostrar um esforço de trabalho e esse ter validade necessária.

RH

Assim, as listagens e dados apresentados para plantas e animais refletem o panorama real das condições ambientais das áreas de influência do empreendimento.

Algumas matas ciliares presentes na AID são importantes corredores ecológicos locais e regionais e devem ser monitoradas, pois permitem o fluxo de animais no seu interior, dispersando sementes recolhidas em outras áreas (florestas) ou de trechos diferentes da mesma mata ciliar. Dentre estes corredores podemos destacar a Mata Ciliar dos afluentes e do próprio Rio Tibagi.

Apenas uma espécie é considerada ocorrente na maioria dos corpos d'água na região da ADA, a capivara.



**Figura 1.5-20: Registro de capivara**

Referente às áreas prioritárias de conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica temos a APCB (Klabir - Mal60) que abrange uma área de 799 km<sup>2</sup>, e que está parcialmente inserida na AII do projeto. É considerada de importância extremamente alta e de alta prioridade. Ação prioritária recomendada para esta área é o estabelecimento de conectividade criando mosaicos/corredores ecológicos.

Em relação às espécies ameaçadas de extinção de ocorrência nas áreas de estudos, programas de proteção devem ser levados em consideração. Portanto, deverá ser prevista a realização de um plano de ação visando fomentar o aumento do conhecimento sobre as espécies ameaçadas de extinção e endêmicas, assim como assegurar a manutenção das populações existentes e preservar os habitats de sua ocorrência. Dentre as espécies ameaçadas de mamíferos pôde-se encontrar pegadas da onça-parda (*Puma concolor*), classificado como vulnerável à extinção no estado do Paraná.

R.H.



Figura 1.5-21: Pegada de onça-parda

Quanto às aves, cabe destacar que a área, mesmo sofrendo perturbações humana possui em sua composição espécies altamente sensíveis à presença humana e endêmicas, como o tiê-do-mato-grosso (*Habia rubica*) e o tiê-preto (*Tachyphonus coronatus*). A ocorrência dessas espécies indica que, embora haja alterações na área de estudo, a mesma ainda possui grande capacidade de manutenção da biodiversidade, caso sejam adotadas medidas que minimizem os impactos ambientais.



Figura 1.5-22: Tiê-preto

Os répteis apresentam espécies com menor capacidade de deslocamento quando comparada com aves ou mamíferos em geral. Espécies de pequeno porte como o camaleãozinho (*Enyalius perditus*) e a pererequinha-de-bromélia (*Scinax perpusillus*), endêmicas da Mata Atlântica, deverão ser dada especial atenção.



Figura 1.5-23: Registro fotográfico de pererequinha-de-bromélia

R. H.



Durante este trabalho não foram amostradas espécies ameaçadas, nem exóticas de peixes. A maior parte dos peixes capturados nos pontos do Rio Tibagi foi o cascudo.



**Figura 1.5-24: Cascudo**

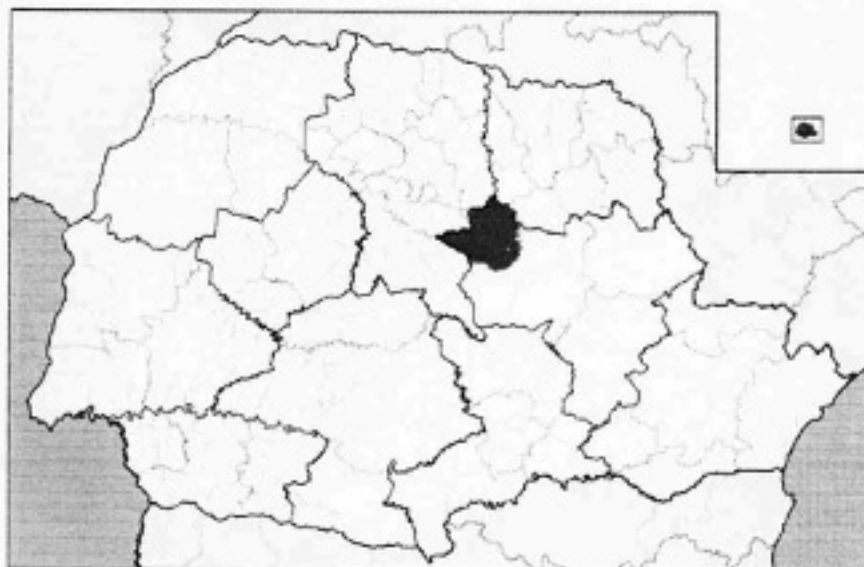
Finalizando este tema sobre animais e plantas, o Estudo de Impacto Ambiental realizado da Nova Fábrica de Papel e Celulose da Klabin sintetiza e gera um volume significativo de informações sobre a fauna e flora da região de Mata Atlântica no município de Ortigueira/PR. Esse conjunto de dados sobre a biota local permite nortear os arranjos de engenharia, propor ações ambientais necessárias para que a implantação da Fábrica seja levada a cabo da forma menos impactante possível.

O Programa de Acompanhamento, Monitoramento e Resgate da Fauna detalhado no PBA irá garantir que as espécies endêmicas sejam preservadas. Com relação às espécies de flora endêmicas, na ocasião da necessidade de supressão vegetal serão tomados os devidos cuidados.

Quanto à socioeconomia (comunidades e cidades na área de influência do projeto), foram realizados levantamentos sobre questões de saúde, emprego e renda, educação, saneamento, distribuição populacional por sexo, impostos e taxas, infraestrutura social, cultura, lazer etc.

O município de Ortigueira localiza-se na região centro-norte do estado do Paraná, nas coordenadas UTM 24°12'28"S e 50°56'56"O, estando a uma altitude de 758 metros de altitude em relação ao nível do mar, e ocupando uma área de 2.432,255 km². Seus municípios limítrofes são: Tamarana, São Jerônimo da Serra, Sapopema, Curiúva, Telêmaco Borba, Imbaú, Reserva, Rosário do Ivaí, Grandes Rios, Faxinal e Mauá da Serra.

Rti



**Figura 1.5-25: Localização do município de Ortigueira (destaque em vermelho).**

Para o diagnóstico socioeconômico, foi estabelecido que a Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento é composta por 11 municípios: Ortigueira, Telêmaco Borba, Imbaú, Ibiporã, Jataizinho, Assaí, Londrina, São Jerônimo da Serra, Tamarana, Sapopema e Curiúva.

Os municípios presentes na AII desse estudo estão localizados na região centro-norte do Estado. A população total da AII corresponde a 731.912 habitantes (2010), que representa 7,00% da população do estado do Paraná.



**Figuras 1.5-26: Imagens mostrando estrutura de acessibilidade (da esquerda para direita): a) Igreja Matriz de Ortigueira, b) Prefeitura de Imbaú, c) Vagas para portadores de deficiência.**

Na tabela a seguir, são apresentados os valores da população total e do crescimento populacional entre 1991 e 2010 no estado do Paraná e nos municípios da AII.



## População Residente.

**Tabela 1.5-3: População Residente dos Municípios**

UF e Municípios	População total			Crescimento entre 1991 e 2010 (%)
	1991	2000	2010	
Paraná	8.448.713	9.563.458	10.444.526	23,62
Assaí	20.325	18.045	16.354	-19,54
Curiúva	10.503	12.904	13.923	32,56
Ibiporã	35.168	42.153	48.198	37,05
Imbaú¹	-	9.474	11.274	-
Jataizinho	10.428	11.327	11.875	13,88
Londrina	390.100	447.065	506.701	29,89
Ortigueira	27.504	25.216	23.380	-14,99
São Jerônimo da Serra	13.275	11.750	11.337	-14,60
Sapopema	7.095	6.872	6.736	-5,06
Tamarana¹	-	9.713	12.262	-
Telêmaco Borba	64.963	61.238	69.872	7,56

¹Municípios fundados em 1997. Fonte: IPARDES, IBGE.

O estado do Paraná possui uma população total de 10.444.526 (2010), sendo que essa população teve crescimento de 23,62% no período de 1991 a 2010.

Dentre os municípios da AII, Curiúva, Ibiporã, Jataizinho, Londrina e Telêmaco Borba tiveram crescimento da população no período entre 1991 e 2010. Os municípios de Curiúva, Ibiporã, Londrina tiveram crescimento superior ao do Paraná.

Nos municípios de Imbaú e Tamarana houve crescimento da população entre 2000 e 2010. Esses municípios foram fundados em 1995, desta forma, não participaram do Censo de 1991.

Já os municípios de Assaí, Ortigueira, São Jerônimo da Serra e Sapopema tiveram redução da população no período de 1991 a 2010.

Porém, a tendência é que o crescimento populacional dos municípios da AII se intensifique com a instalação da fábrica da Klabin e com a chegada de novos empreendimentos e prestadores de serviços que serão estimulados pelo efeito multiplicador do projeto ora analisado.

R.H.



Figura 1.5-27: Cidadãos Ortigueira.

(Fonte: <http://portal.ortigueira.pr.gov.br/>)

No estado do Paraná, assim como em todos os municípios da AII, entre os anos de 1991 a 2010, houve aumento da população localizada na zona urbana.



Figura 1.5-28: Grau de urbanização.

Dentre os municípios da AII, Londrina e Telêmaco Borba apresentam as maiores porcentagens de população urbana, com 97,40% e 97,95%, respectivamente.

Em Ibiporã, Jataizinho, Londrina e Telêmaco Borba, o grau de urbanização é superior ao do estado do Paraná.

Em todos os municípios da AII, o grau de urbanização é superior a 50%, com exceção dos municípios de Ortigueira, São Jerônimo e Tamarana que apresentam grau de urbanização de 41,01%, 49,93% e 47,77%, respectivamente.

RH

A seguir, é feito um apanhado dos índices sociais e econômicos que foram estudados no meio socioeconômico.

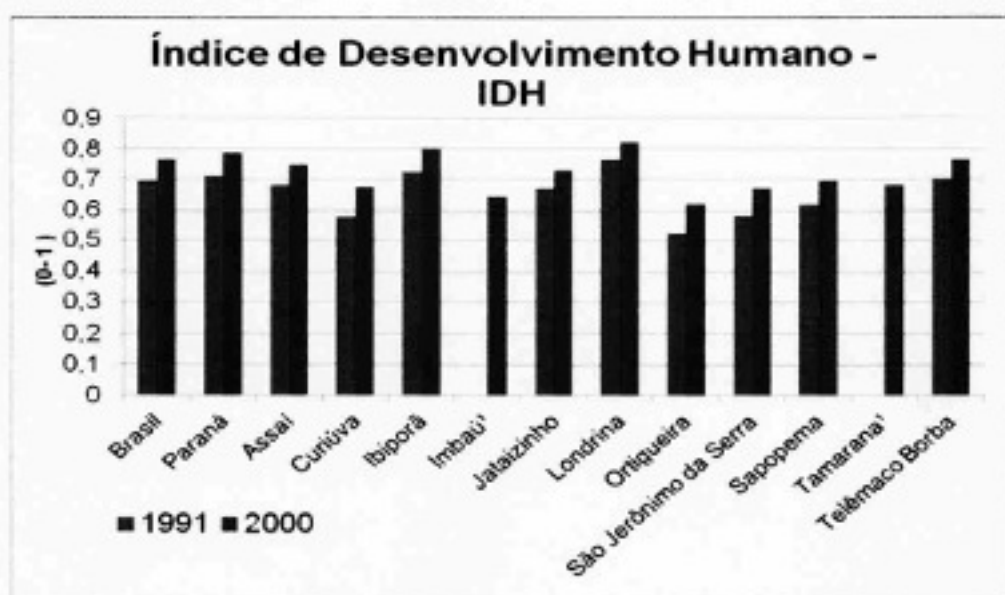
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, do estado do Paraná e dos municípios da AII apresentaram crescimento no período entre 2002 a 2008, assim como os IDH específicos de Renda, Saúde e Educação. Dentre os IDH específicos, o IDH-Saúde apresenta os melhores índices, seguido pelos seguintes: IDH-Educação e IDH-Renda.

Os municípios da AII que apresentam os melhores Índices do Potencial de Desenvolvimento do Município (IPDM) são: Londrina (0,8097), Ibiporã (0,7134) e Telêmaco Borba (0,7117). Já os municípios que apresentam os piores IPDM são Imbaú (0,5400), Sapopema (0,5394) e São Jerônimo da Serra (0,4967).

Com relação ao IPDM-Emprego, Renda e Produção Agropecuária, Londrina (0,7794), Telêmaco Borba (0,7003) e Ibiporã (0,5338), apresentam os melhores índices.

Quanto ao IPDM-Educação, Ibiporã (0,7235), Londrina (0,7555) e Assaí (0,7790), apresentam os melhores índices.

Com relação ao IPDM-Saúde, os municípios que apresentam os melhores índices são Londrina (0,8942), Ibiporã (0,8777) e Tamarana (0,8262).



**Figura 1.5-29: Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios da AII**

No período de 2007 a 2009, nos municípios de Assaí, Imbaú, Ortigueira, São Jerônimo da Serra, Sapopema e Tamarana houve redução do valor do PIB de 2008 para 2009. Em Jataizinho e Telêmaco Borba houve redução do valor do PIB de 2007 para 2008.

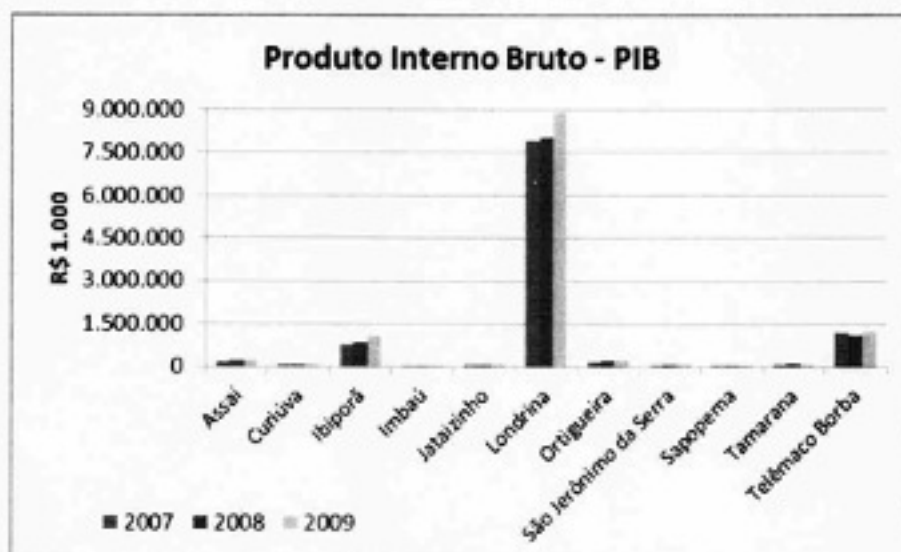
RH



Nos demais municípios, no período de 2007 a 2009, houve crescimento do PIB em todos os anos, destacando-se o PIB de Ibiporã que aumentou em 42,59%.

Londrina apresentou o maior PIB da AII (R\$8.884.459.000), seguido por Telêmaco Borba (R\$ 1.230.715.000) e Ibiporã (R\$ 1.081.024.000).

Os municípios que apresentam os menores PIB são Sapopema (R\$ 51.162.000), Imbaú (R\$ 65.770.000) e São Jerônimo da Serra (R\$ 88.023.000).



**Figura 1.5-30: PIB dos municípios da AII.**

No estado do Paraná e nos municípios de Curiúva e Ibiporã o PIB per capita teve crescimento no período de 2007 e 2009. Nos demais municípios da AII, houve variação de crescimento e redução dos valores do PIB *per capita*.

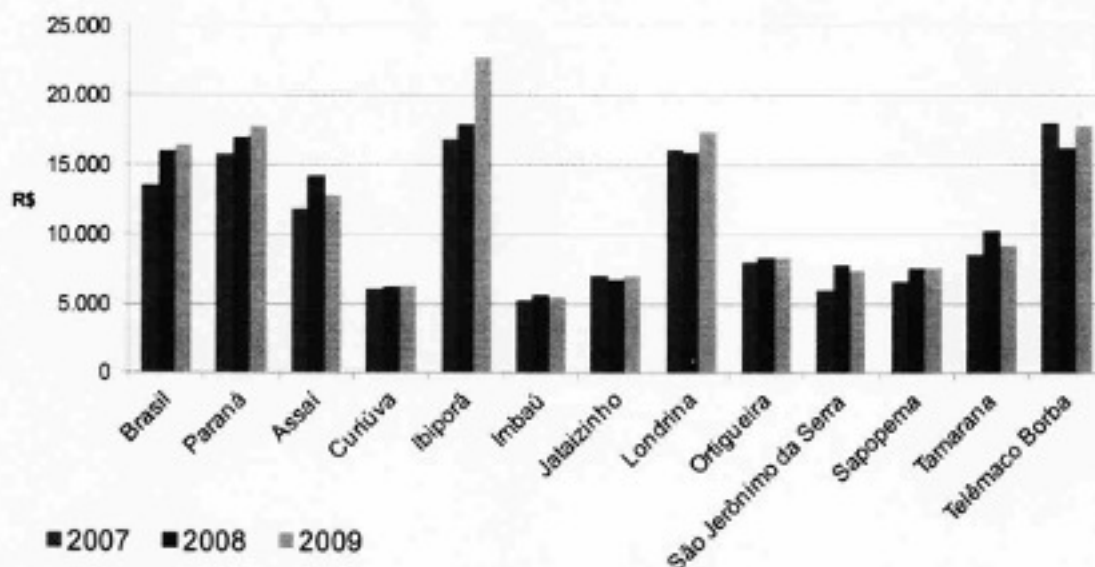
O município de Ibiporã (R\$ 22.752,00) apresenta o maior PIB per capita da AII, sendo superior ao do Brasil e ao do estado do Paraná. Já o município de Imbaú (R\$ 5.463), apresenta o menor valor de PIB *per capita*.

Os municípios de Ibiporã (R\$ 22.752,00), Londrina (R\$ 17.396) e Telêmaco Borba (R\$17.765) apresentam PIB *per capita* superior ao PIB *per capita* nacional.

A composição do Produto Interno Bruto é baseada na participação de três setores produtivos (Agropecuária, Indústria e Serviço) somada com os impostos arrecadados.

Rfi

### PIB per capita



**Figura 1.5-31: PIB per capita dos municípios da AII**

Em todos os municípios da AII, o Setor de Serviços apresenta a maior participação na composição do PIB, com exceção dos municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba nos quais, o Setor de Agropecuária e, Indústria, respectivamente, é predominante.

O Setor Agropecuário representa a segunda maior participação na composição do PIB da maioria dos municípios, sendo muito significativo (acima de 40%) nos PIB de Ortigueira Sapopema e São Jerônimo da Serra.

Quanto à arrecadação de impostos, o município de Londrina apresenta a maior participação na composição do PIB (16,19%).

Observa-se, que Ortigueira tem carência de renda e necessita de melhora dos índices de qualidade de vida, o que poderá ocorrer com a presença do empreendimento da KLABIN.

Em todos os municípios da AII, com exceção de Ortigueira e Sapopema, a principal atividade pecuária está relacionada com os galináceos, sendo que Londrina (3.180.716) apresenta o maior número de cabeças, seguida por Ibiporã (528.516 cabeças) e Jataizinho (184.500 cabeças).

A segunda principal atividade pecuária está relacionada ao rebanho bovino, no qual Ortigueira (145.137 cabeças) apresenta o maior rebanho, seguida por Sapopema (67.300 cabeças) e Londrina (55.417 cabeças).

RH



**Figura 1.5-32: 1º Seminário de Gado de Corte de Ortigueira.** Créditos fotográficos: **Marcos Sanches Alves.**

Fonte: <http://portal.ortigueira.pr.gov.br/>

O terceiro maior rebanho na maioria dos municípios da AII é o suíno no qual Ortigueira (26.406 cabeças) apresenta o maior rebanho, seguida por Londrina (16.953 cabeças) e Curiúva (11.000 cabeças).

Os maiores rebanhos de equinos (3.680 cabeças), ovinos (13.842 cabeças), caprinos (700 cabeças) e vacas ordenhas (20.251 cabeças) estão no município de Ortigueira.

Dentre os municípios da AII, o único que possui rebanho de codornas é o município de Londrina, com 7.000 cabeças.

Na maioria dos municípios da AII, os principais produtos da agricultura, em 2010, foram milho e soja. Os maiores produtores de soja são: Londrina (120.540 ton), seguida por Assaí (83.622 ton) e Ortigueira (66.960 ton). No caso do milho, os maiores produtores são Londrina (103.257 ton), seguida por Tamarana (74.617 ton) e Ortigueira (62.000 ton).

O município de Londrina concentrou, em 2010, as maiores produções de Café (7.227 ton), Laranja (3.442 ton), Tomate (37.493 ton) e Trigo (66.946 ton). Já o município de Assaí teve as maiores produções de Cana de Açúcar (67.200 ton) e Mandioca (2.990 ton).

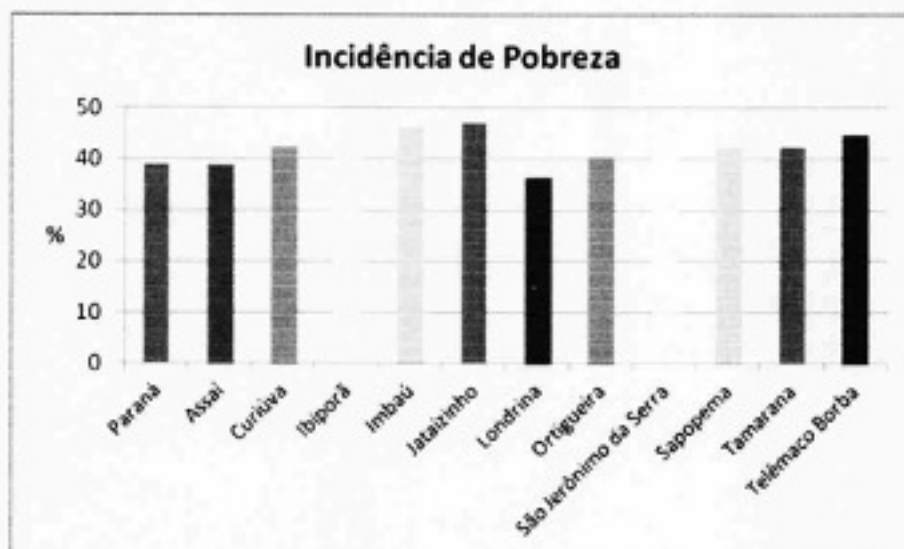
A maior produção de Feijão, em 2010, ocorreu no município de Ortigueira.

RF

O Brasil possui grande parcela da população incapaz de atender às suas necessidades básicas. A concentração de renda permaneceu praticamente inalterada durante as últimas quatro décadas, com seus índices oscilando dentre as 10 últimas posições do mundo, dando os primeiros sinais de melhora somente a partir de 2001. Nos últimos anos, o país tem conseguido aliar o crescimento econômico com a redução da desigualdade.

O Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). A incidência de pobreza nos municípios da AII varia de 38% a 48%.

Dentre os municípios da AII, apenas os municípios de Assaí (38,75%) e Londrina (36,49%) apresentam incidência de pobreza inferior ao do estado do Paraná (39,07%). As maiores incidências de pobreza ocorrem nos municípios de Jataizinho (47,10), Imbaú (46,36) e Telêmaco Borba (44,61). As menores incidências de pobreza ocorrem nos municípios de Londrina (36,49%), Assaí (38,75%) e Ortigueira (40,34%).



**Figura 1.5-33: Incidência de pobreza. Fonte: IBGE.**

No estado do Paraná, assim como em todos os municípios da AII, a maior parte das despesas municipais está relacionada com custos de pessoal e encargos sociais. O município de Telêmaco Borba apresenta a maior representatividade com custos de pessoal e encargos sociais (55,00%), enquanto, que Londrina apresenta a menor representatividade, com 34,34%.

Os gastos com obras e instalações correspondem a menos de 8% das despesas orçamentárias do Estado e dos municípios da AII.

Rti

O município de Jataizinho apresenta a maior proporção de despesas orçamentárias relacionadas à investimentos (15,29%).

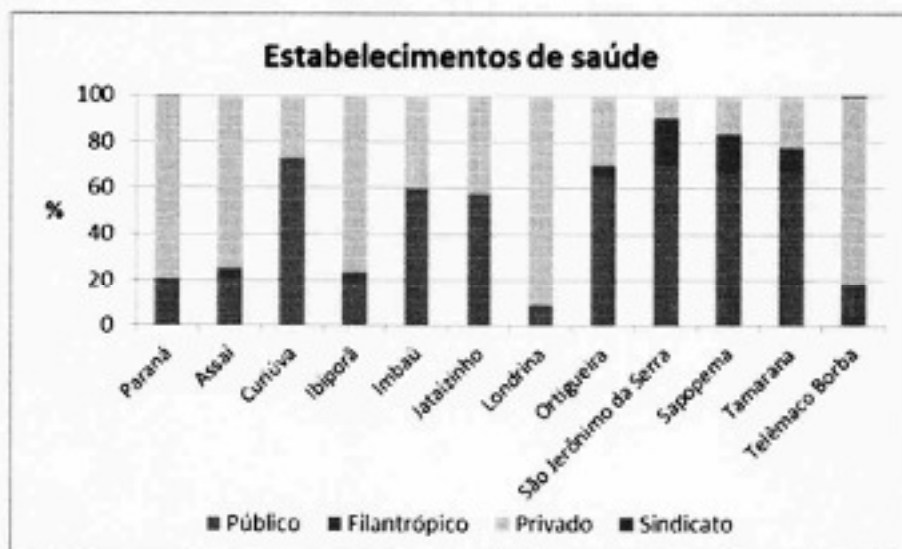
Quanto às receitas orçamentárias, Londrina apresenta a maior arrecadação (R\$741.531.000), seguida por Telêmaco Borba (R\$ 89.795.000) e Ibiporã (R\$ 63.844.000).

A arrecadação de tributos deveria se converter em investimentos para melhora na infraestrutura de serviços considerados essenciais e de outros serviços dos municípios, porém a realidade é outra, conforme se denota do diagnóstico.

No estado do Paraná e nos municípios de Assaí, Ibiporã, Londrina e Telêmaco Borba, o setor privado possui a maior quantidade de estabelecimentos de saúde. Nos demais municípios da All, que são a maioria, existe maior presença de estabelecimentos de saúde públicos.

Os estabelecimentos de saúde filantrópicos estão presentes nos municípios Assaí (1), Ibiporã (2), Londrina (15), Ortigueira (1), São Jerônimo da Serra (2), Sapopema (1) e Tamarana (1).

Apenas em Londrina (1) e Telêmaco Borba (1) existe estabelecimento de saúde de sindicato de categoria profissional.



**Figura 1.5-34: Número de estabelecimentos de saúde por setor, em 2009. Fonte: IPARDES.**

No estado do Paraná, existem 29.684 leitos, dos quais 21.569 estão disponíveis no SUS – Sistema Único de Saúde. O índice de leitos de internação existentes é de 2,8 leitos por 1.000 habitantes e no SUS o índice é de 2,0 leitos por 1.000 habitantes.

RH



No estado do Paraná, e em todos os municípios da AII, os leitos SUS representam a maioria do total de leitos.

Apenas os municípios de Assaí e Londrina possuem número de leitos por 1.000 habitantes superior ao índice do Estado.

O município de Assaí apresenta o maior número de leitos de internação por 1.000 habitantes (4,0), enquanto que Curiúva apresenta a menor quantidade de leitos de internação por 1.000 habitantes (1,2).

Segundo informações colhidas junto à Secretaria Municipal de Saúde, o atendimento hospitalar em Ortigueira para ocorrências de baixa complexidade se dá fundamentalmente no Hospital São Francisco que opera em parceria com a Clínica São Francisco de Assis.

Inaugurado em julho de 2007, o Hospital São Francisco se transformou em novas áreas operacionais e antigos setores foram totalmente reformados. Conta com 40 leitos, 8 enfermarias, sala de inalação, consultório, pronto-socorro, 7 médicos, 1 enfermeira, 3 auxiliares, 4 técnicos, centros cirúrgicos e sala de parto.

Os casos de média e alta complexidade são encaminhados via Tratamento Fora de Domicílio – TFD – para municípios como Telêmaco Borba, Ponta Grossa, Londrina e Curitiba.



**Figura 1.5-35: Hospital São Francisco, em Ortigueira-PR. Fonte: Prefeitura.**

No estado do Paraná 62,0% dos domicílios possuem saneamento adequado, 31,0% semiadequado e 7,0% inadequado.

Dentre os municípios da AII, os que apresentam a maior proporção na classificação “adequado” são Ibiporã (93,20%), Jataizinho (87,20%) e Londrina (84,60%).

RH

Os municípios que apresentam a maior proporção na classificação “inadequado” são Ortigueira (33,40%), Tamarana (33,10%) e São Jerônimo da Serra (32,40%).

Em quase todos os municípios da AII, o abastecimento de água é de responsabilidade da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR. Apenas nos municípios de Ibiporã (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE), Jataizinho (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAAE) e São Jerônimo da Serra (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE), o abastecimento de água não é de responsabilidade da SANEPAR.

Dentre os municípios da AII, os melhores índices de abastecimento estão em Assaí (100%), Londrina (100%) e Ortigueira (100%). Já os piores índices estão nos municípios de Tamarana (42,8%) e Imbaú (55,2%). Em São Jerônimo da Serra não havia dados disponíveis.



**Figura 1.5-36: ETA do município de Ortigueira. Fonte: Pesquisa de campo.**

Dentre os municípios da AII, 6 municípios possuem algum percentual de coleta e tratamento de esgoto. O município de Ibiporã apresenta o maior índice de coleta, com 96%.

Na maioria dos municípios, a SANEPAR é responsável pela coleta e tratamentos dos esgotos.

De acordo com os dados do Diagnóstico do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi (2009), 54,55 % dos municípios da AII (6 municípios) destinam seus resíduos sólidos em aterro sanitário; 36,36% dos municípios (4 municípios) destinam seus resíduos em lixão e 9,09% (1 municípios) destina seus resíduos em aterro controlado.

Quanto ao lixo coletado, apesar da existência de aterro controlado e aterros sanitários nos municípios da AII, observa-se que apenas em Ibiporã o aterro sanitário é operado de maneira adequada.

*R.H.*

Nos municípios da AII existem 5 empreendimentos geradores de energia elétrica, sendo duas UTE, duas PCH e uma UHE, totalizando 508.985 KW de potência outorgada, conforme apresentado na Tabela a seguir.

**Tabela 1.5-4: Empreendimentos geradores de energia elétrica na área dos municípios da AII.**

Nome	Tipo	Município	Combustível	Potência Outorgada (KW)
Aeroporto de Londrina	UTE	Londrina	Óleo Diesel	876
Apucarantina	PCH	Tamarana	-	10.000
Klabin	UTE	Telêmaco Borba	Licor Negro	113.250
Mauá	UHE	Ortigueira	-	361.000
Salto Mauá	PCH	Telêmaco Borba	-	23.859

Fonte: Atlas de Energia Elétrica do Brasil, ANEEL, 2008.

A Usina Hidrelétrica Mauá está sendo construída na região do Salto Mauá, porção média do rio Tibagi, entre os municípios paranaenses de Telêmaco Borba e Ortigueira, com previsão de início de operação comercial em 2011. Sua potência instalada será de 361 MW e tem 3 unidades geradoras com turbinas tipo Francis. Sua barragem tem 745 m de comprimento e seu reservatório tem 83,9 km<sup>2</sup> de extensão (nível máximo normal). Esse projeto está orçado em cerca de R\$ 1,0 bilhão.

No que tange à infraestrutura viária e de transportes, a região de estudo dispõe de boas condições de transporte rodoviário e ferroviário, que podem se complementar de maneiras variadas.

Existem dois Aeródromos Públicos, um em Telêmaco Borba, e outro em Londrina. E existem, ainda, dois Aeródromos Privados em Londrina.

No estado do Paraná e nos municípios da AII, a rede da educação infantil é em sua maioria formada por escolas da rede pública de ensino, com exceção do município de Londrina, que apresenta a maior proporção de escolas privadas.

O ensino técnico está presente apenas nos seguintes municípios da AII: Assai, Ibitiporã, Londrina e Telêmaco Borba.

Pode-se dizer que existe um cenário favorável para a fábrica da Klabin e para a região.

**A Klabin deverá se articular com órgãos e instituições de ensino profissionalizantes da região, e celebrar acordos e convênios para qualificação e capacitação profissional da população local para serviços de naturezas diversas. ASSIM, HAVERÁ MAIORES OPORTUNIDADES DE EMPREGO PARA A POPULAÇÃO LOCAL, TANTO NA FÁBRICA DA KLABIN, QUANTO EM OUTROS SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS DA REGIÃO.**

Após a análise e estudo do meio ambiente da região (água, ar, solo, animais, plantas, sociedade, economia, saúde, cultura, educação, infraestrutura etc), foi feita uma Análise Integrada, ou seja, um apanhado geral da situação atual para compreender o comportamento do meio ambiente e sociedade com a implantação e operação da fábrica da Klabin.

Foi essa ANÁLISE INTEGRADA que identificou que o ambiente da região possui a aptidão necessária e a vocação esperada, para suportar as alterações não significativas que o empreendimento fabril e sua infraestrutura associada irão gerar. O empreendimento deverá adotar as medidas importantes para não comprometer a infraestrutura local, que possui carências.

Avaliando em uma perspectiva temporal, isto é, ao longo do tempo é possível afirmar que as medidas mitigadoras propostas são eficientes e bastam para minimizar os efeitos negativos da fábrica, e são úteis e eficientes para potencializar os impactos positivos, que se estendem ao longo do tempo.

*Rita*

### 1.6 Avaliação de impactos da nova fábrica da Klabin.

Conforme visto até aqui, a nova fábrica da Klabin é um projeto que irá gerar impactos positivos e negativos em sua Área de Influência durante a implantação (fase de obras) e após o início da operação e durante a vida útil do empreendimento. Para potencializar os impactos positivos e reduzir ou eliminar os negativos, a Klabin os identificou e traçou medidas e programas específicos de acordo com sua importância e pontuação obtida, conforme tabelas a seguir.

A tabela a seguir mostra uma coluna denominada "Pontuação". Trata-se de adaptação da matriz de interações "Leopold", em que foram analisadas:

- relação da intensidade do impacto com o seu raio de abrangência;
- possibilidade de ocorrência e prazo de ocorrência das ações;
- relevância dos impactos sobre os fatores ambientais associados à ação, temporalidade/duração e reversibilidade dos mesmos.

Assim, foi possível atribuir um peso para cada impacto sem implementar nenhuma medida preventiva ou mitigadora, e, após, a implantação das medidas, ou seja, sem considerar as ações da empresa.

Alguns impactos já foram citados quando se abordou os meios físico, biótico e socioeconômico.

Rti



Figura 1.6-1: Impactos da Fase de Planejamento – Meio Físico/Biótico e Sócio-econômico.

Meio	Impacto	Medidas mitigadoras, potencializadoras	Importância	Pontuação	Prognóstico após a implementação das medidas
Sócio-econômico	Geração de expectativa na população	- Divulgar as reais necessidades do projeto quanto ao porte, número de empregos, especializações necessárias, informações sobre os impactos do empreendimento, entre outras, através do Programa de Comunicação Social	A	+ - 14	O Programa de Comunicação Social deverá iniciar na fase de planejamento e permanecer durante toda a vida útil do empreendimento para fornecer aos moradores próximos da área de influência do empreendimento, informações confiáveis e pertinentes, tais como o porte, capacidade, número de empregos a serem gerados, impactos socioambientais resultantes do empreendimento, entre outros relevantes aspectos de interesse da comunidade próxima.
	Hipótese de não realização do empreendimento	- Estimular a implantação do empreendimento. - Implantar Programa de Gestão Ambiental.	A	+ - 18	A não realização do empreendimento, por um lado, não irá gerar os impactos no ambiente. Todavia, de forma acentuada, acarretará perda a médio e longo prazos para a região do ponto de vista socioeconômico, devido à ausência de importante componente para a economia local e regional.

RH

Figura 1.6-2: Impactos da Fase de Implantação – Meio Físico, Biótico e Socioeconômico.

Meio	Impacto	Medidas mitigadoras, potencializadoras	Importância	Pontuação	Prognóstico após a implementação das medidas
Físico	Alteração da topografia e movimentação de terra	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estocar em local adequado, a camada orgânica superior do solo, para reutilização posterior (por exemplo, em projeto paisagístico);</li> <li>- Adotar medidas para minimizar o carreamento de material sólido para os cursos d'água;</li> <li>- Minimizar o tempo de exposição das áreas sem cobertura vegetal na fase de obras.</li> </ul>	A	-12	As modificações no terreno serão irreversíveis, porém os impactos causados durante as obras serão minimizados com as medidas implantadas, de forma a evitar e não ocorrer alteração da topografia original.
	Alteração da qualidade do rio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar o sistema de tratamento e operá-lo adequadamente visando tratar o esgoto sanitário gerado na fase de implantação;</li> <li>- Implantar Programa de Monitoramento de Efluentes na Implantação.</li> </ul>	M	-9	O acompanhamento do Programa de Monitoramento de Efluentes na Implantação servirá como controle para comprovação do não comprometimento da qualidade da água do rio Tibagi desde a fase de implantação.
	Alteração da qualidade do ar	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Umectar as vias de circulação e do pátio de obras durante a execução dos serviços;</li> <li>- Realizar manutenção preventiva visando a ideal regulagem dos motores de máquinas, caminhões e veículos.</li> </ul>	B	-8	Alteração da qualidade do ar devido à movimentação de veículos e máquinas com geração de poeira e gases deverá normalizar assim que as obras forem concluídas.

Rti

Figura 1.6-2: Impactos da Fase de Implantação – Meio Físico, Biótico e Socioeconômico. (cont.)

Meio	Impacto	Medidas mitigadoras, potencializadoras	Importância	Pontuação	Prognóstico após a implementação das medidas
Físico	Incômodo à vizinhança em relação ao ruído	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Obedecer à legislação vigente relativa ruído;</li> <li>- Implantar controle de máquinas e equipamentos próprios e de terceiros com baixo nível de ruído;</li> <li>- Se possível, enclausurar acusticamente equipamentos com alto nível de pressão sonora;</li> <li>- Instalar silenciadores, atenuadores e absorvedores de energia sonora sempre que necessário;</li> <li>- Implantar o cinturão verde a fim de atenuar o impacto de ruído;</li> <li>- Monitorar os ruídos na fase de implantação.</li> </ul>	B	-8	A geração de ruído devido às operações de movimentação de terra, operações com veículos pesados, com britadeiras, compressores e montagem de equipamentos deverá normalizar assim que as obras forem concluídas.
	Alteração na qualidade do solo e/ou das águas devido à disposição inadequada de resíduos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adotar medidas para minimizar o carreamento de material sólido para os cursos d'água;</li> <li>- Desenvolver projeto de drenagem provisória para fase de implantação e definitiva para a fase de operação;</li> <li>- Implementar Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos na fase de implantação;</li> <li>- Realizar manutenção de regulagem dos motores de máquinas, caminhões e veículos utilizados no empreendimento para evitar vazamentos;</li> <li>- Implantar Programa de Monitoramento de Efluentes na fase de implantação;</li> <li>- Implantar um aterro dedicado para os resíduos de obra;</li> <li>- Implantar um Programa de Gestão Ambiental.</li> </ul>	A	-10	O acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental, Gerenciamento de Resíduos Sólidos na fase de implantação e de Monitoramento de Efluentes na Implantação servirá como controle para que não haja comprometimento na qualidade ambiental e visual da área do empreendimento, na fase de implantação.

Rte

Figura 1.6-2: Impactos da Fase de Implantação – Meio Físico, Biótico e Socioeconômico. (cont.)

Meio	Impacto	Medidas mitigadoras, potencializadoras	Importância	Pontuação	Prognóstico após a implementação das medidas
Físico	Alteração visual da paisagem natural	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar o projeto paisagístico que favoreça a integração com o ambiente, diminuindo o efeito do contraste dos prédios e estruturas com a paisagem natural;</li> <li>- Reflorestar os entornos para minimizar o impacto da visualização da área fabril.</li> </ul>	M	-12	A alteração paisagística será inevitável, porém implementando o projeto paisagístico e o cinturão verde o impacto será minimizado.

RH

Figura 1.6-2: Impactos da Fase de Implantação – Meio Físico, Biótico e Socioeconômico. (cont.)

Meio	Impacto	Medidas mitigadoras, potencializadoras	Importância	Pontuação	Prognóstico após a implementação das medidas
Biótico	Supressão da vegetação e habitat terrestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estocar em local adequado, a camada orgânica superior do solo, para posterior reutilização;</li> <li>- Compensar a remoção de vegetação natural com árvores naturais, assim como a vegetação típica local;</li> <li>- Realizar supervisão e acompanhamento ambiental da obra, através de um Plano Ambiental de Construção;</li> <li>- Dispor adequadamente os resíduos orgânicos e vegetação desta atividade.</li> </ul>	M	-13	A supressão da vegetação e <i>habitat</i> terrestre é inevitável para a construção da fábrica, adutora e emissário, assim como inevitável em APP. Porém, a implementação do Plano Ambiental de Construção, bem como a compensação da remoção de vegetação natural com árvores naturais, assim como a vegetação típica local, minimizarão o impacto.
	Aumento dos riscos de atropelamento de animais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instalar placas sinalizadoras nas principais vias de acesso à área de implantação da fábrica;</li> <li>- Informar e conscientizar os condutores de veículos quanto à direção defensiva.</li> </ul>	B	-8	Na etapa de implantação da unidade industrial haverá um aumento na circulação de veículos, ampliando os riscos de atropelamentos de animais. Porém ao implantar as medidas propostas, este impacto será minimizado.

RF



**Figura 1.6-2: Impactos da Fase de Implantação – Meio Físico, Biótico e Socioeconômico. (cont.)**

Meio	Impacto	Medidas mitigadoras, potencializadoras	Importância	Pontuação	Prognóstico após a implementação das medidas
Biótico	Aumento de acidentes com avifauna	- Realizar o monitoramento da avifauna	B	-12	Poderão ocorrer acidentes com a avifauna na linha de transmissão, e estas serão monitoradas para verificar a possibilidade de realizar medidas mitigadoras para este impacto.
	Alteração nos ecossistemas aquáticos	- Empregar tecnologias que minimizem os impactos ocasionados pelas obras nas margens e no fundo do rio Tibagi na implantação da captação de água e do emissário; - Realizar monitoramento das obras da captação e emissário; - Realizar monitoramento dos efluentes lançados na fase de implantação; e - Realizar Programa de Acompanhamento e Monitoramento da Fauna Aquática.	B	-7	Os efluentes gerados na etapa de implantação do empreendimento bem como as águas pluviais coletadas do sistema de drenagem das obras de construção da fábrica e infraestrutura, não deverão alterar a qualidade das águas superficiais do rio Tibagi, tampouco se espera que afetem as comunidades aquáticas.

Figura 1.6-2: Impactos da Fase de Implantação – Meio Físico, Biótico e Socioeconômico. (cont.)

Meio	Impacto	Medidas mitigadoras, potencializadoras	Importância	Pontuação	Prognóstico após a implementação das medidas
Sócio-econômico	Geração de empregos temporários diretos e indiretos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover campanha de divulgação para contratação de mão de obra para a fase de implantação da fábrica, devendo dar prioridade para a população local;</li> <li>- Implantar Programa de Treinamento da Mão de obra Local para as fases de implantação e operação do empreendimento, em convênio com entidades de ensino.</li> </ul>	M	12	<p>O objetivo do Programa de Treinamento da Mão de obra Local é aproveitar mão de obra disponível na região na implantação e operação da fábrica.</p> <p>O empreendimento será atrativo para a população, considerando a falta de oportunidades de emprego disponíveis na região, porém o empreendimento deverá ser devidamente divulgado junto à população. Este impacto pode se disseminar pela região pela inserção de outras empresas prestadoras de serviços e pelos efeitos das migrações pendulares gerando postos de empregos indiretos.</p>
	Aumento do risco de acidentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instalar placas sinalizadoras nas principais vias de acesso à área de implantação da fábrica, principalmente em relação à travessia de gado;</li> <li>- Realizar manutenção de regulagem dos motores de máquinas, caminhões e veículos utilizados pelo empreendimento;</li> <li>- Informar e conscientizar os condutores de veículos quanto à direção defensiva.</li> </ul>	M	-10	<p>As rodovias PR-160 e BR-376 possuem condições de suporte para obra.</p> <p>Entretanto deverão ser instaladas sinalizações, nas proximidades da fábrica instruindo os motoristas e pedestres, proporcionando maior segurança no trânsito local e a redução de riscos de acidentes. Após a conclusão das obras, o volume de veículos deverá se normalizar, assim como o nível de ruídos por estes gerados. Os funcionários receberão informações sobre direção defensiva, legislação de trânsito e sobre a legislação local. Os trabalhadores terceirizados, assim como funcionários de empresas contratadas durante a fase de implantação do empreendimento receberão instruções quanto a regras de trânsito nas vias de acesso à fábrica.</p>



Figura 1.6-2: Impactos da Fase de Implantação – Meio Físico, Biótico e Socioeconômico. (cont.)

Meio	Impacto	Medidas mitigadoras, potencializadoras	Importância	Pontuação	Prognóstico após a implementação das medidas
Sócio-econômico	Risco sócio ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementar mecanismos de divulgação, por parte da empresa, quanto às reais condições das ofertas de vagas de emprego na implantação do empreendimento e das respectivas especializações requeridas;</li> <li>- Implementar alojamentos provisórios e suficientes para todo o período de obra;</li> <li>- Implantar uma estrutura ambulatorial e serviços que independam da infraestrutura da região, bem como, implantar um programa de gerenciamento destes resíduos;</li> <li>- Implementar mecanismos de transporte de trabalhadores entre os municípios envolvidos e localização do empreendimento;</li> <li>- Realizar trabalho de conscientização com as empresas terceirizadas, de modo a orientar os funcionários sobre: prostituição infantil, drogas, doenças sexualmente transmissíveis, etc;</li> <li>- Implementar Programa de Educação Ambiental junto à comunidade, em parceria com os municípios envolvidos, abordando assuntos como Saúde, Higiene e Segurança;</li> <li>- Articular com órgãos públicos para fiscalização das atividades econômicas formais e informais e principalmente na área de bares para inibir atos ilegais.</li> </ul>	M	- 10	<p>A interferência na infraestrutura urbana se dará principalmente na fase de implantação do empreendimento.</p> <p>Haverá alteração na dinâmica social local desde a fase de implantação da fábrica e permanecer até a fase de operação, tendo o poder público a responsabilidade de fiscalizar as atividades informais e atos ilegais, e o empreendedor a responsabilidade de conscientizar a comunidade e seus funcionários próprios e terceiros.</p>
	Aumento na arrecadação tributária	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Solicitar às empresas prestadoras de serviços que vão atuar na construção do empreendimento, as certidões negativas de débitos municipais, estaduais e federal.</li> <li>- Verificar junto às empresas prestadoras de serviço, o pagamento dos impostos pertinentes.</li> <li>- Garantir que terceiros recolham tributos preferencialmente em Ortigueira.</li> </ul>	A	16	<p>O empreendimento gerará um aumento na arrecadação de tributos nas esferas municipal, estadual e federal das demandas geradas pela instalação da fábrica.</p>

Figura 1.6-2: Impactos da Fase de Implantação – Meio Físico, Biótico e Socioeconômico. (cont.)

Meio	Impacto	Medidas mitigadoras, potencializadoras	Importância	Pontuação	Prognóstico após a implementação das medidas
Socioeconômico	Dinamização da economia local	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estimular em conjunto com o poder público o estabelecimento de programas de apoio a micro e pequenos empresários da região do empreendimento;</li> <li>- Articular com órgãos públicos a fiscalização das atividades econômicas informais na região do empreendimento;</li> <li>- Promover o emprego da mão de obra local.</li> </ul>	M	13	Haverá dinamização da economia local desde a fase de implantação da fábrica e permanecerá até a fase de operação, tendo o poder público a responsabilidade de fiscalizar as atividades informais.
	Desmobilização da mão de obra temporária	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoiar algumas empresas prestadoras de serviço na continuidade dos seus trabalhos durante a fase de operação da fábrica.</li> <li>- Incentivar o retorno da mão de obra utilizada na construção para seus municípios de origem.</li> </ul>	M	-13	Apesar de algumas empresas prestadoras de serviço continuarem suas atividades na fase de operação, a desmobilização de mão de obra é inevitável após a conclusão das obras.
	Alteração do patrimônio arqueológico	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementar um Programa de Monitoramento Arqueológico e Resgate de Sítios Arqueológicos.</li> </ul>	M	+ - 9	Caso sejam encontradas evidências materiais de antigas, relevantes ou sucessivas ocupações humanas, a Klabin irá garantir sua proteção permanente contra quaisquer impactos, in situ, tal como previsto na legislação em vigor (Portaria IPHAN nº230/2002 e outras normas específicas deste instituto).

R.H.

Figura 1.6-3: Impactos da Fase de Operação – Meio Físico, Biótico e Socioeconômico.

Meio	Impacto	Medidas mitigadoras, potencializadoras	Importância	Pontuação	Prognóstico após a implementação das medidas
Físico	Alteração na qualidade do solo e/ou das águas devido à disposição inadequada de resíduos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aplicar Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;</li> <li>- Treinar funcionários para correta destinação dos resíduos gerados.</li> </ul>	M	-13	O Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos constituirá em um conjunto de recomendações e procedimentos que visam traçar as diretrizes para o manejo, a disposição final e redução da geração de resíduos, de forma a minimizar os impactos ambientais.
	Alteração da qualidade do ar, solo e/ou das águas subterrâneas devido à vazamentos de produtos perigosos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar sistemas de contenção e impermeabilização das áreas no entorno dos tanques.</li> <li>- Implantar plano de manutenção e vistorias nos tanques.</li> <li>- Capacitar os profissionais envolvidos nas atividades de manuseio, estocagem e transporte de produtos perigosos.</li> <li>- Implantar recomendações do Estudo de Análise de Risco.</li> <li>- Elaborar e implantar Plano de Ação de Emergência.</li> </ul>	A	-14	O Plano de Ação de Emergência visa prover uma sistemática voltada para o estabelecimento de requisitos contendo orientações gerais de gestão, com vista à prevenção de acidentes. Este plano servirá para minimizar a possibilidade de ocorrência do impacto da alteração da qualidade do ar, solo e/ou água devido a vazamento de produtos perigosos.
	Alteração da qualidade do rio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tratar o efluente da fase de operação para lançamento no rio Tibagi de acordo com a legislação vigente;</li> <li>- Realizar inspeção periódica no sistema do emissário e seus difusores;</li> <li>- Implantar Programa de Monitoramento da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE);</li> <li>- Implantar Programa de Monitoramento de Águas Superficiais.</li> </ul>	M	-14	O acompanhamento do Programa de Monitoramento da ETE e de Águas Superficiais servirá como controle para que não comprometam a qualidade das águas do rio Tibagi que também será monitorada.

Rti



Figura 1.6-3: Impactos da Fase de Operação – Meio Físico, Biótico e Socioeconômico.  
(cont.)

Meio	Impacto	Medidas mitigadoras, potencializadoras	Importância	Pontuação	Prognóstico após a implementação das medidas
Físico	Alteração da qualidade do ar	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instalar chaminé com altura definida na modelagem de dispersão atmosférica;</li> <li>- Implantar Programa de Monitoramento de Emissões Atmosféricas;</li> <li>- Implantar equipamentos de controle de emissões de alta eficiência, tais como precipitadores eletrostáticos;</li> <li>- Monitorar as fontes emissoras através de medições on line.</li> </ul>	M	-15	Alteração da qualidade do ar devido às emissões atmosféricas geradas pela unidade fabril será minimizada pelo controle das emissões atmosféricas de acordo com a política de gestão ambiental que consiste na prevenção da poluição, através da utilização de melhor tecnologia disponível.
	Incômodo à vizinhança em relação ao ruído	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Obedecer a legislação vigente relativa a ruído;</li> <li>- Utilizar EPI, como protetor auricular, ou qualquer outra medida de acordo com o PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) nas instalações da fábrica;</li> <li>- Implantar controle de máquinas e equipamentos próprios e de terceiros com baixo nível de ruído;</li> <li>- Adquirir máquinas e equipamentos próprios e de terceiros visando baixo nível de ruído;</li> <li>- Enclausurar acusticamente, quando possível, equipamentos próprios e de terceiros visando baixo nível ruído;</li> <li>- Instalar de silenciadores, atenuadores e absorvedores de energia sonora sempre que necessário.</li> </ul>	B	-10	A geração de ruído devido à operação da fábrica será minimizada com a adoção das medidas mitigadoras.



Figura 1.6-3: Impactos da Fase de Operação – Meio Físico, Biótico e Socioeconômico.  
(cont.)

Meio	Impacto	Medidas mitigadoras, potencializadoras	Importância	Pontuação	Prognóstico após a implementação das medidas
Físico	Emissão de gases do efeito estufa	- Utilizar melhores tecnologias disponíveis no controle e prevenção de emissão de gases do efeito estufa.	A	-16	Não haverá significativa contribuição para intensificação do fenômeno de efeito estufa devida a compensação realizada pelos extensos plantios de eucalipto que a Klabin possui na região do empreendimento.
Biótico	Aumento dos riscos de atropelamento de animais	- Instalar placas sinalizadoras nas principais vias de acesso à área da fábrica; - Informar e conscientizar os condutores de veículos quanto à direção defensiva.	B	-10	Na etapa de operação da unidade industrial haverá um aumento na circulação de veículo, ampliando os riscos de atropelamentos de animais. Porém, ao implantar as medidas propostas, este impacto será minimizado no entorno da fábrica.
	Alteração nos ecossistemas aquáticos	- Tratar adequadamente todos os efluentes hídricos de acordo com a legislação ambiental para garantir que não haverá alteração nos ecossistemas aquáticos.	B	-11	A alteração na estrutura das comunidades aquáticas devido ao lançamento de efluentes tratados nas águas do rio Tibagi, terá um acompanhamento através do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água do rio Tibagi.
Sócio-econômico	Geração de empregos diretos e indiretos	- Promover campanha de divulgação para contratação de mão de obra para a fase de operação da fábrica, devendo dar prioridade para a população local; - Articular com órgãos e instituições de ensino profissionalizante para celebração de acordos e/ou convênios visando capacitação profissional da população local.	A	17	A Klabin terá um programa de capacitação e treinamento de funcionários, aliado aos benefícios trabalhistas, conforme CLT, que possibilitam uma qualidade de emprego de alto nível a ser disponibilizado no município de Ortigueira-PR.

Rfi

Figura 1.6-3: Impactos da Fase de Operação – Meio Físico, Biótico e Socioeconômico.  
(cont.)

Meio	Impacto	Medidas mitigadoras, potencializadoras	Importância	Pontuação	Prognóstico após a implementação das medidas
Sócio-econômico	Aumento do risco de acidentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instalar placas sinalizadoras nas principais vias de acesso à área da fábrica;</li> <li>- Realizar manutenção de regulagem dos motores de máquinas, caminhões e veículos utilizados pelo empreendimento;</li> <li>- Informar e conscientizar os condutores de veículos quanto à direção defensiva.</li> </ul>	B	-11	<p>Os funcionários receberão informações sobre direção defensiva, legislação de trânsito e sobre a legislação local.</p> <p>Os trabalhadores terceirizados, assim como funcionários de empresas contratadas durante a fase de implantação do empreendimento receberão instruções quanto a regras de trânsito nas vias de acesso à fábrica.</p> <p>Serão instaladas sinalizações para cumprimento da legislação, nas proximidades da fábrica instruindo os motoristas e pedestres, proporcionando maior segurança no trânsito local e a redução de riscos de acidentes.</p>
	Efeitos de campos elétricos e magnéticos na qualidade do meio ambiente e da vida da população	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Seguir os valores máximos permitidos pela legislação vigente quanto aos limites de campo elétrico e magnético.</li> </ul>	B	-10	<p>A linha de transmissão não causará significativa alteração na qualidade do meio ambiente e da vida da população, pois a população da região está distante da linha de transmissão.</p>

Figura 1.6-3: Impactos da Fase de Operação – Meio Físico, Biótico e Socioeconômico.  
(cont.)

Meio	Impacto	Medidas mitigadoras, potencializadoras	Importância	Pontuação	Prognóstico após a implementação das medidas
Sócio-econômico	Risco sócio ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementar mecanismos de transporte de trabalhadores entre os municípios envolvidos e localização do empreendimento;</li> <li>- Implantar uma estrutura ambulatorial e algum serviço que independam da infraestrutura da região;</li> <li>- Apoiar mecanismos que melhorem as condições de atendimento médico em Ortigueira;</li> <li>- Implantar Programa de Treinamento da mão de obra local, em convênio com entidades de ensino;</li> <li>- Realizar trabalho de conscientização com as empresas terceirizadas, de modo a orientar os funcionários sobre: prostituição infantil, drogas, doenças sexualmente transmissíveis, etc;</li> <li>- Implantar Programa de Educação Ambiental junto à comunidade, em parceria com os municípios envolvidos, abordando assuntos como Saúde, Higiene e Segurança;</li> <li>- Articular com órgãos públicos para fiscalização das atividades econômicas formais e informais e principalmente na área de bares para inibir atos ilegais.</li> </ul>	M	- 13	<p>A interferência na infraestrutura urbana será minimizada com a adoção das medidas mitigadoras propostas.</p> <p>Haverá alteração na dinâmica social local desde a fase de implantação da fábrica e permanecer até a fase de operação, tendo o poder público a responsabilidade de fiscalizar as atividades informais e atos ilegais, e o empreendedor a responsabilidade de conscientizar a comunidade e seus funcionários próprios e terceiros.</p>

R.H.

**Figura 1.6-3: Impactos da Fase de Operação – Meio Físico, Biótico e Socioeconômico.**  
(cont.)

Meio	Impacto	Medidas mitigadoras, potencializadoras	Importância	Pontuação	Prognóstico após a implementação das medidas
Sócio-econômico	Aumento da arrecadação tributária	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Verificar o cumprimento das obrigações tributárias das empresas prestadoras de serviço;</li> <li>- Continuar cumprindo suas obrigações tributárias.</li> </ul>	A	19	O empreendimento gerará um aumento na arrecadação de tributos nas esferas municipal e federal, de acordo com a legislação tributária vigente. Tais aumentos poderão reverter em melhoria da infraestrutura básica, seja no setor produtivo, seja na área de atendimento das necessidades sociais do município.
	Melhoria nas condições de vida da população	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover campanha de divulgação para contratação de mão de obra para a fase de operação.</li> <li>- Promover mecanismos para contratação de mão de obra local.</li> <li>- Capacitar profissionais da mão de obra residente nas cidades próximas à localização do empreendimento, em convênio com instituições de ensino profissionalizantes.</li> </ul>	A	15	A Klabin terá um programa de capacitação e treinamento de funcionários, aliado aos benefícios trabalhistas, conforme CLT, que possibilitam uma qualidade de emprego de alto nível a ser disponibilizado no município de Ortigueira.

Importância - alta (A), média (M) ou baixa (B).

A somatória total da avaliação de impactos, somando-se os impactos positivos menos os negativos resultou-se em - 177 (negativa), ou seja, os impactos negativos são superiores a somatória dos impactos positivos.

Para efeitos de avaliação foi comparado o resultado da somatória total da avaliação de impactos com a pontuação máxima atingível (considera-se todos impactos negativos na pior condição), que nesse caso foi de - 627 pontos (33 impactos x - 19 pontos por impacto). Assim, obteve-se o resultado de 28%.

Como o percentual, com a implantação das medidas, está abaixo de 50%, pode-se concluir que o empreendimento é ambientalmente viável. Porém, recomenda-se que a Klabin implemente as medidas propostas nessa avaliação para minimizar ainda mais os impactos negativos gerados pela instalação do empreendimento.

Rti



**1.7****Síntese conclusiva dos impactos socioambientais**

A implantação na região da infraestrutura necessária para uma indústria de celulose traz inúmeros benefícios socioeconômicos para a região. Entre estes benefícios estão: geração de empregos diretos e indiretos, arrecadação tributária, entre outros.

A necessidade de mão de obra para construir e montar o setor fabril da Klabin será um importante fator de geração de empregos diretos e indiretos. Assim, durante o período da implantação, milhares de empregados estarão trabalhando na construção do empreendimento.

Quanto à arrecadação de tributos, seria redundante acrescentar a influência da obra, levando-se em conta que será dada prioridade ao município de Ortigueira-PR e outros vizinhos, para a aquisição de materiais de construção e serviços demandados. Haverá grande aumento na arrecadação de impostos como ISS, ICMS, IPTU, IPVA.

Ocorrerá um forte impacto na cultura local, impulsionando o setor da indústria e de serviços.

Haverá forte acréscimo de mais centenas de acomodações fixas em novos hotéis e pousadas na região de Ortigueira-PR.

A região poderá ser uma das maiores exportadoras do estado do Paraná, devido as exportações da celulose da Klabin.

O desenvolvimento econômico de Ortigueira-PR também se refletirá no seu PIB.

A sua instalação incluirá um novo vetor no processo econômico do município de Ortigueira-PR.

A implantação da fábrica da Klabin, bem como a criação de empregos diretos e indiretos, promoverá um aumento da arrecadação de tributos, os quais propiciarão à associação dos executivos estaduais e municipais investimento nas áreas sociais e econômicas. Este processo é chamado de efeito multiplicador, e está baseado nas teorias econômicas para estimar o impacto econômico das principais iniciativas.

Haverá um significativo aumento de valores municipais *per capita* de saúde e educação.

Portanto, a implantação de uma nova fábrica em Ortigueira-PR deverá alterar o IDH e PIB do município, possivelmente refletindo positivamente na região e no estado.

Para mitigar os impactos negativos foram propostos programas de mitigação de impactos nas três fases previstas para o empreendimento (planejamento, instalação e operação), que apresentarão graus de resolução variáveis.

A necessidade de mão de obra para construir e montar a unidade da Klabin será importante fator de geração de empregos diretos e indiretos. Durante o período da





implantação, cerca de 7.000 empregados estarão trabalhando na construção do empreendimento, caracterizando um significativo impacto socioeconômico na região.

Apesar do aumento na pressão sobre a infraestrutura local, durante o período da construção, à exceção da desmobilização de mão de obra, todos os impactos poderão ser minimizados em decorrência da adoção das medidas recomendadas. Os negativos na fase de implantação são em sua maioria temporários e os positivos são em geral permanentes.

Para a fase de operação da indústria, os impactos negativos identificados (ambientais, sociais e econômicos) são, em sua maioria, de pequena magnitude e mitigáveis.

Portanto, a presença do empreendimento na região vem a incrementar o programa de desenvolvimento da região, estabelecendo-se de forma ambientalmente responsável e sustentável.

*R. H.*

## 1.8 Programas Ambientais

Em atendimento às Recomendações do Termo de Referência emitido pelo órgão ambiental do Paraná - IAP, visando a obtenção da Licença Prévia (LP), são apresentados os documentos e projetos pertinentes ao Programa Básico Ambiental. A Klabin deverá implementar nas fases de instalação e operação os Planos e Programas (PBA), conforme consta no Estudo Ambiental.

O PBA compõe-se dos seguintes programas:

- Programa de Gestão Ambiental do Empreendimento;
- Plano Ambiental de Construção;
- Programa de Acompanhamento e Monitoramento da Fauna Aquática;
- Programa de Acompanhamento, Monitoramento e Resgate da Fauna;
- Programa de Desmobilização de Pessoas;
- Programa de Acompanhamento e Monitoramento Antrópico;
- Programa de Mitigação das Interferências do Sistema Viário
- Programa de Gerenciamento de Riscos na fase de implantação e operação;
- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS na fase de operação;
- Programa de Gerenciamento de Efluentes na fase de operação;
- Programa de Gerenciamento de Emissões Atmosféricas na fase de operação;
- Programa de Gerenciamento de Emissões de Ruídos e Vibrações na fase de operação;
- Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas;
- Programa de Auditoria Ambiental na fase de operação;
- Programa de Educação ambiental e Comunicação Social;
- Programa de Segurança do Trabalhador;
- Programa de Treinamento da Mão de obra Local;
- Programa de Acessos e Mobilidade;
- Programa de Monitoramento Arqueológico e Resgate de Sítios Arqueológicos;
- Programa de Compensação Ambiental

Os principais objetivos de cada PBA é descrito a seguir.

### **Programa de Gestão Ambiental do Empreendimento**

O objetivo do Programa de Gestão Ambiental é dotar o empreendimento de mecanismos eficientes que garantam a execução e o controle das ações planejadas nos programas ambientais, e a adequada condução ambiental, no que se refere aos procedimentos ambientais, mantendo-se um elevado padrão de qualidade na implantação e operação.

### **Plano Ambiental de Construção**

Este Programa visa apresentar a descrição das atividades relacionadas ao sistema de controle ambiental do canteiro de obras da fábrica de celulose.

Os principais controles abordados serão:

RH

- Sistema de Tratamento de Água Potável;
- Sistema de Tratamento de Esgoto;
- Controle de Poeiras e Fumaças;
- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil; e
- Ruídos.

#### **Programa de Acompanhamento e Monitoramento da Fauna Aquática**

Os objetivos específicos do programa de Monitoramento de Comunidades Aquáticas são os seguintes:

- Avaliar a distribuição e abundância das espécies de peixes na área de influência do empreendimento e suas variações sazonais, comparando os dados das campanhas anteriores;
- Avaliar o estado de conservação da ictiofauna e os padrões gerais de variação nos atributos das assembleias de peixes;
- Subsidiar o Programa de Monitoramento e Conservação da Ictiofauna;

#### **Programa de Acompanhamento, Monitoramento e Resgate da Fauna**

O presente programa de monitoramento e resgate da fauna terrestre proposto será necessário para o acompanhamento das mudanças que poderão ocorrer nas fases de instalação e operação da fábrica.

O presente programa tem por objetivo o resgate e a soltura imediata, quando possível, de espécimes da fauna silvestre encontrados em situação de risco nas frentes de serviço da implantação do empreendimento da Klabin.

Não sendo possível a soltura imediata, seja por apresentarem ferimentos, ou em condição de acentuado stress, os espécimes assim encontrados serão encaminhados para tratamento clínico no Criadouro Científico do Parque Ecológico da Klabin. O resgate se dirigirá a todo e qualquer espécime da fauna e para o manejo e resgate da fauna, a Klabin pretende utilizar a estrutura Florestal da Klabin SA e o Criadouro Científico da Klabin.

#### **Programa de Desmobilização de Pessoas**

O objetivo é evitar que no encerramento de etapas de obra, que os trabalhadores demitidos venham a formar aglomerações precárias ou passem a ocupar áreas de forma irregular, incentivando a formação de processos de ocupação desordenados no entorno dos canteiros de obras, eventual processo de marginalização e aumento da criminalidade.

#### **Programa de Mitigação das Interferências do Sistema Viário**

Esse Programa tem como objetivo promover melhorias no sistema viário local através de treinamento dos funcionários e dos prestadores de serviço quanto à direção



defensiva e legislação de trânsito, além da melhoria na sinalização de trânsito próximo a área do canteiro de obras e da fábrica.

#### **Programa de Acompanhamento e Monitoramento Antrópico**

O objetivo principal do programa é assegurar a qualidade de vida e a segurança da população interna e do entorno da nova unidade industrial da Klabin em Ortigueira.

#### **Programa de Gerenciamento de Riscos na fase de implantação e operação**

O objetivo do Programa de Gerenciamento de Risco é prover uma sistemática voltada para o estabelecimento de requisitos contendo orientações gerais de gestão, com vistas à prevenção de acidentes.

#### **Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS na fase de operação**

O Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos constituirá em um conjunto de recomendações e procedimentos que visam traçar as diretrizes para o manejo, a disposição final e redução da geração de resíduos, de forma a minimizar os impactos ambientais.

#### **Programa de Gerenciamento de Efluentes na fase de operação**

O Programa de Monitoramento da Estação de Tratamento de Efluentes proposto tem como meta principal assegurar que os efluentes lançados no Rio Tibagi atendam integralmente os padrões de emissão e qualidade estabelecidos pela Resolução nº CONAMA 357/05, bem como a Resolução CONAMA nº 430/2011.

#### **Programa de Gerenciamento de Emissões Atmosféricas na fase de operação**

O monitoramento de emissões atmosféricas será realizado de forma a controlar os níveis de emissões dentro dos parâmetros ambientais.

Avaliação periódica de forma a acompanhar e prevenir as possíveis alterações das características da qualidade do ar, em decorrência da operação do empreendimento.

#### **Programa de Gerenciamento de Emissões de Ruídos na fase de operação**

Esse Programa tem como objetivo monitorar os ruídos gerados pela fábrica durante a fase de operação, de tal forma a minimizar a alteração do nível de ruído da região e atendimento à legislação vigente.

#### **Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas**

Esse Programa tem como objetivo monitorar a qualidade das águas superficiais do rio Tibagi, visando o atendimento da legislação vigente.

RH



### **Programa de Auditoria Ambiental na fase de operação**

O Programa de Auditoria Ambiental visa através da avaliação sistemática do Sistema de Gestão Ambiental do empreendimento, uma avaliação estratégica de desempenho ambiental.

### **Programa de Educação ambiental e Comunicação Social**

O Projeto de Comunicação Social deverá estar focado na proposição de reduzir dúvidas e receios que possam gerar falsas esperanças a população e informar claramente sobre as principais atividades que irão ser realizadas. Nesta perspectiva, a definição de um bom relacionamento com a população é fundamental no processo de instalação do empreendimento, bem como, em sua fase de operação.

### **Programa de Segurança do Trabalhador**

O compromisso da Klabin é proporcionar um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos os funcionários e empregados ou subcontratados do Prestador de Serviço que estejam desempenhando atividades na empresa.

Para cumprir este compromisso, a Klabin tem como objetivo estabelecer um sistema eficaz de gestão de saúde e segurança do trabalho para Prestadores de Serviços, em cumprimento às exigências legais e para a proteção da integridade física das pessoas e dos ativos da companhia.

### **Programa de Treinamento da Mão de obra Local**

A promoção da inclusão social, por meio da geração de empregos e a priorização de contratação de pessoas da região, é fundamental para a evolução e manutenção da organização em vários aspectos na região.

O projeto de treinamento visa:

- Promover a formação e qualificação de pessoas da região para o setor da construção civil em convênio com SENAI e outras instituições, favorecendo o aumento da empregabilidade e inclusão de pessoas no mercado de trabalho e atendimento das demandas das empresas em trabalhos locais e no projeto de construção da fábrica da Klabin;
- Promover a formação e qualificação de pessoas da região para o setor de celulose e manutenção mecânica, elétrica e instrumentação, favorecendo a possibilidade de contratação para a operação da fábrica.

### **Programa de Acessos e Mobilidade**

O objetivo é atender a Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências; e o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE-PR) que tem a finalidade de assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais da pessoa com deficiência, compete ao Conselho acompanhar o



planejamento, a execução das políticas públicas, programas setoriais e a implementação da Política Nacional para Integração desse público.

#### **Programa de Monitoramento Arqueológico e Resgate de Sítios Arqueológicos**

Esse Programa tem como objetivo fornecer a base técnica, logística e programática, para promover a proteção do patrimônio arqueológico durante o período que antecede a implantação e a fase de obras civis do empreendimento, na área de construção da fábrica, nas áreas da adutora de captação de água e do emissário de efluentes tratados e no traçado da linha de 230 kV, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Res. CONAMA nº 01/86, pela Portaria IPHAN nº 230/02 e demais normas aplicáveis.

#### **Programa de Compensação Ambiental**

O Programa de Compensação Ambiental faz-se necessário em função do licenciamento ambiental de empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental serem obrigados, por força de lei (lei federal nº 9985/2000 e Resolução SEMA/IAP nº 001/2010), a apresentar um programa, plano ou proposta de cálculo de valor de compensação ambiental a ser aplicado em Unidades de Conservação da Natureza.

Rfi

**1.9****Conclusão**

A unidade industrial da KLABIN será instalada no Estado do Paraná. Este projeto prevê uma produção de 1.800.000 toneladas por ano de celulose branqueada e 500.000 toneladas por ano de papel incluindo uma unidade de cogeração de 330 MW e uma linha de transmissão de 230 KV.

Para a operação da unidade industrial de celulose, será necessária a implantação de infraestrutura de apoio que compreenderá: linha de transmissão de energia elétrica, recebimento de insumos, captação e tratamento de água, tratamento e disposição adequada de efluentes e sistemas de tratamento e disposição de resíduos sólidos industriais.

Neste estudo, foram avaliadas as possíveis alternativas de localização do empreendimento, que, após a avaliação de premissas de ordem ambiental, social e econômica, permitiu concluir que o imóvel rural denominado *site* ME-2, no município de Ortigueira, é a melhor alternativa sob tais aspectos.

Para analisar a viabilidade locacional e ambiental deste empreendimento, foi desenvolvido um Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Esse estudo fez uma abordagem sistêmica do empreendimento, suas características principais, o cenário dos meios físico, biótico e socioeconômico. Posteriormente, em capítulo denominado Avaliação de Impactos Ambientais, foram identificados e avaliados os possíveis impactos socioambientais decorrentes da interação entre a futura operação da unidade industrial e os elementos físicos, bióticos e socioeconômicos (antrópicos) identificados no diagnóstico ambiental.

Para o diagnóstico ambiental foram realizados estudos específicos dos meios físico, biótico e antrópico, definindo-se as atuais sensibilidades e vulnerabilidades ambientais.

Para o meio físico foram contemplados aspectos tais como: clima e condições meteorológicas, geologia, geomorfologia e pedologia, recursos hídricos, qualidade do ar e níveis de ruído. Dentre os estudos realizados, destacam-se as simulações para dispersão de efluentes líquidos no rio Tibagi, o estudo de análise de riscos e dispersão de emissões atmosféricas.

Os estudos do meio biótico abrangeram a fauna e flora presentes nas áreas de influência do projeto, tendo sido identificados poucos elementos de destaque no meio ambiente local. Em termos de cobertura vegetal, esta encontra-se em parte afetada pelas ocupações antrópicas e atividades econômicas já consolidadas na região, sendo constituída, em sua maior parte, de plantio de soja, eucalipto e pinus. Quanto aos elementos da fauna, nos levantamentos efetuados não foi identificada qualquer espécie sob perigo de extinção, sendo, todas razoavelmente comuns e de ampla distribuição na parte terrestre e aquática.

Quanto aos estudos do meio socioeconômico, foram caracterizadas a dinâmica demográfica, as atividades econômicas presentes, a estrutura urbana, condições de saneamento básico nas cidades e comunidades sob a influência do empreendimento,

*Rhi*

entre outros elementos, de modo a constituir-se uma imagem consistente do contexto em que se insere o empreendimento.

Com base nas teorias econômicas, estima-se que a presença do empreendimento da Klabin na região gerará um efeito positivo no PIB em todos os níveis da economia da área de influência, bem como para o estado do Paraná.

Na avaliação dos impactos, tendo por base a caracterização do empreendimento e o diagnóstico ambiental, a equipe técnica responsável pelo estudo constatou, que:

- Na fase de planejamento foram constatados 2 impactos, sendo 2 positivo/negativo;
- Na fase de implantação foram constatados no meio físico 6 impactos, no meio biótico 4 impactos e no meio antrópico 7 impactos, totalizando 17 impactos, sendo 3 positivos, 13 negativos e 1 positivo/negativo;
- Na fase de operação foram constatados no meio físico 6 impactos, no meio biótico 2 impactos e no meio antrópico 6 impactos, totalizando 14 impactos, sendo 11 negativos e 3 positivos.

Na avaliação quantitativa, a somatória total da avaliação de impactos, somando-se os positivos menos os negativos resultou-se em - 177 (negativa), ou seja, a somatória quantitativa dos impactos negativos foi superior a somatória dos impactos positivos.

Para efeitos de avaliação foi comparado o resultado da somatória total da avaliação de impactos com a pontuação máxima atingível (considera-se todos impactos negativos na pior condição), que nesse caso foi de - 627 pontos (33 impactos x - 19 pontos por impacto). Assim, obteve-se o resultado de 28%.

A pontuação atingida se não fosse implementadas as medidas mitigadoras e se não existissem impactos positivos, seria de -368 pontos, ou 59%.

Como o percentual, com a implantação das medidas, está abaixo de 50%, pode-se concluir que o empreendimento é ambientalmente viável. Porém, recomenda-se que a Klabin implemente as medidas propostas nessa avaliação para minimizar ainda mais os impactos negativos gerados pela instalação do empreendimento.

Pôde-se observar que a maior parte dos impactos negativos identificados concentra-se no meio físico e na etapa de implantação para os quais foram propostas medidas mitigadoras.

Os impactos positivos das etapas de implantação e operação aparecem no meio socioeconômico e estão ligadas, fundamentalmente, ao aumento de empregos diretos e indiretos, aumento da arrecadação de tributos e aumento de oferta de infraestrutura, durante a fase de implantação, e, a dinamização da economia local e difusa durante a fase de operação.





Para minimizar os efeitos negativos dos impactos, foram propostos programas de mitigação de impactos nas três fases previstas para o empreendimento (planejamento, instalação e operação), que apresentarão graus de resolução variáveis.

A necessidade de mão de obra para construir e montar a unidade da Klabin será importante fator de geração de empregos diretos e indiretos. Durante o período da implantação, cerca de 7.000 empregados estarão trabalhando na construção do empreendimento, caracterizando um significativo impacto socioeconômico na região.

Uma obra do porte da Klabin em Ortigueira implica também grande impacto no meio antrópico, tendo em vista os processos de contratação e de desmobilização de mão de obra.

Durante o período da construção, ocorrerá aumento na arrecadação de tributos estaduais e municipais e potencialização do setor terciário, na área de influência direta do empreendimento. São impactos positivos, à exceção da desmobilização de mão de obra, os quais poderão ser minimizados em decorrência da adoção das medidas recomendadas.

Para a fase de operação da indústria, os impactos negativos identificados (ambientais, sociais e econômicos) são, em sua maioria, de pequena magnitude e mitigáveis, destacando-se, entre eles, o impacto sobre a qualidade do ar. A dinâmica da atmosfera, no local proposto para implantação da indústria, apresenta condições favoráveis à dispersão das emissões atmosféricas, o que foi comprovado a partir de estudos específicos das condições atmosféricas locais, evidenciando que a topografia local favorece a dispersão.

De acordo com o estudo de dispersão atmosférica, as emissões de óxidos de enxofre, de material particulado e óxidos de nitrogênio são insignificantes e não apresentam qualquer problema para a região. Os valores encontrados apresentaram-se abaixo dos padrões secundários estabelecidos pelo CONAMA e daqueles recomendados pela Organização Mundial da Saúde – OMS, mesmo quando adicionadas às concentrações de fundo medida.

Em relação aos impactos decorrentes do consumo de água, os estudos efetuados confirmam a disponibilidade hídrica do rio Tibagi apresentando uma vazão média de 292 m<sup>3</sup>/s e vazão mínima (Q<sub>7,10</sub>) de 34 m<sup>3</sup>/s. O consumo da água da indústria, estimado em 8.100 m<sup>3</sup>/h, sendo que 90% retorna ao rio Tibagi, portanto um consumo de 2,25 m<sup>3</sup>/s, correspondendo a 0,77% da vazão média do rio ou 6,6% na vazão mínima.

Em relação aos impactos sobre a qualidade hídrica, o emissário subaquático será um aspecto importante para o descarte dos efluentes líquidos, pois o estudo de dispersão hídrica mostrou que não haverá alteração da qualidade das águas no rio Tibagi, sendo a zona de mistura, para os parâmetros de cor e carga orgânica (DBO), de no máximo 15 metros do local de descarte, não afetando as atividades da fauna aquática, nem a qualidade do rio Tibagi. Foram avaliadas inclusive as duas situações de operação da unidade fabril da KLABIN: sem a Usina Hidrelétrica de Maua e com a instalação da





UHE Maua. Ambas as situações são favoráveis à dispersão de efluentes e à captação de água bruta.

O estudo de autodepuração mostra, que para a vazão média do rio Tibagi, os poluentes principais são degradados em até 10km do ponto de lançamento da Klabin.

Em relação aos impactos socioeconômicos, os benefícios são vários, podendo-se relacionar aqui a possibilidade de geração de empregos durante a construção e operação do empreendimento, aumento da arrecadação de tributos municipais e estaduais, com reflexos positivos para o desenvolvimento dos setores secundário e terciário do Paraná, notadamente em Ortigueira e nos demais municípios na área de influência do projeto.

Os benefícios do desenvolvimento da região serão sentidos pelo setor terciário refletindo-se diretamente na diversificação e sofisticação da economia urbana e na maior alavancagem do setor de prestação de serviços (bens imobiliários, saúde, educação, transporte, telecomunicações, dentre outros).

O setor público registrará aumento de arrecadação de tributos, nas esferas municipal (ISSQN) e estadual (ICMS) os quais reverterão em melhorias de infraestrutura urbana e na implantação de equipamentos sociais.

O conjunto dos aspectos estudados na avaliação de impactos ambientais aponta a existência de condições favoráveis para a instalação de uma planta industrial de celulose, nesta região do estado do Paraná, o que foi comprovado tanto para implantação quanto para a operação do empreendimento.

De acordo com as análises efetuadas no decorrer deste Estudo de Impacto Ambiental, o empreendimento apresenta-se adequado quanto aos aspectos da qualidade do meio ambiente. Os aspectos identificados como de maior vulnerabilidade são passíveis de mitigação, necessitando para tanto, que as medidas de controle ambiental sejam previstas no projeto executivo e corretamente implementadas.

Com base no estudo apresentado, não foi identificado nenhum impacto que, na opinião da equipe que elaborou este EIA, questione a viabilidade ambiental do empreendimento, em condições normais de operação, considerando a implantação das medidas mitigadoras propostas. Os impactos positivos permanecem durante todo o período de operação do empreendimento.

Portanto, a presença do empreendimento na região vem a incrementar o programa de desenvolvimento da região, estabelecendo-se de forma ambientalmente responsável e sustentável.

RTi

**1.10****Equipe técnica**

O Estudo de Impacto Ambiental da unidade industrial de celulose e papel, incluindo a unidade de cogeração de 330 MW e uma linha de transmissão de 230 kV, da KLABIN, no município de Ortigueira-PR, foi desenvolvido pela empresa Pöyry Tecnologia Ltda. e contou com uma equipe multidisciplinar, sendo assim distribuídos:

**Equipe da Pöyry Tecnologia – EIA Geral**

- Engenheiro Químico Romualdo Hirata - Coordenador Geral - CREA 0600332092 SP / IBAMA 1590635;
- Engenheiro Civil Kleib Henrique Fadel - Coordenador Técnico - CREA 0601478673 SP / IBAMA 436168 / 157/2005-PF-IAP;
- Advogado Ambientalista MSc Pedro de Toledo Piza - Coordenador Técnico - OAB/SP 221.092 / IBAMA 1590877;
- Engenheiro Químico Celso Tomio Tsutsumi - CREA 5060443241/D SP / IBAMA 1590847;
- Engenheira Química Cristina Maria Colella - CREA 5061787977 SP / IBAMA 5012415;
- Engenheiro Ambiental Rafael Lourenço Thomaz Favery - CREA 5062655712 SP / IBAMA 2765347;
- Engenheira Ambiental Juliana Lellis Salles Farinelli - CREA 5062478436 SP / IBAMA 5173807;
- Engenheira Química Karen Harumy Freitas - CREA 5063578289 SP / IBAMA 5185593.

A equipe técnica da Pöyry Tecnologia contou com a participação da empresa Pöyry Silviconsult, sediada em Curitiba-PR, que faz parte do Grupo Pöyry.

**Coordenação Geral Diagnóstico Ambiental**

- Biólogo Eduardo Martins – CRBio 26063/01-D.

**Equipe Meio Físico**

- Geógrafo Rogério Peter de Camargo – CREA 5061888558;
- Geólogo Fausto Nicolliello Custódio Vêncio – CREA: 060022035-8/SP.

**Equipe Meio Biológico**

- Biólogo Sênior Eduardo Martins – CRBio 26063/01-D;
- Bióloga Gilce França Silva – CRBio 54274/01-D;
- Biólogo Raphael Branco Teixeira – CRBio 79947/01-D;

**Equipe Meio Socioeconômico**

- Geógrafo Rogério Peter de Camargo — CREA 5061888558;
- Engenheiro Ambiental Rafael Lourenço Thomaz Favery - CREA 5062655712 SP / IBAMA 2765347;
- Economista Mauricio Costa Porto – CORECOM-SP 25.545.

*R.H.*

**Avaliação de Impactos**

- Biólogo Eduardo Martins – CRBio 26063/01-D;
- Engenheiro Civil Kleib Henrique Fadel – Coordenador Técnico – CREA 0601478673 SP / IBAMA 436168;
- Engenheira Química Cristina Maria Colella – CREA 5061787977 SP / IBAMA 5012415;
- Advogado Ambientalista MSc Pedro Toledo Piza – OAB/SP 221.092 / IBAMA 1590877.

**Estudo de Análise de Risco**

- Engenheiro Químico e de Segurança do Trabalho Ângelo Baucia - CREA 0601238013 / IBAMA 333041;
- Engenheira Ambiental Marília Tupy de Godoy - CREA 087348-5 SC / IBAMA 4252885.

**Estudo de Dispersão Atmosférica**

- Engenheiro Ambiental Dr. George Lentz Cesar Fruehauf - CREA 5062008073/SP / IBAMA 573856;
- Meteorologista MSc. Daniel Zacharias Constantino - CREA 5063075757-SP / IBAMA 638533;
- Analista Ambiental Giulia de Salve - IBAMA 5239358.

**Estudo de Dispersão Hídrica**

- Engenheiro Químico e de Segurança do Trabalho Ângelo Baucia - CREA 0601238013 / IBAMA 333041;
- Engenheira Ambiental Marília Tupy de Godoy - CREA 087348-5 SC / IBAMA 4252885.

**Estudo de Autodepuração**

- Engenheiro Químico e de Segurança do Trabalho Ângelo Baucia - CREA 0601238013 / IBAMA 333041;
- Engenheira Ambiental Marília Tupy de Godoy - CREA 087348-5 SC / IBAMA 4252885.

**Estudo de Tráfego**

- Engenheiro Luiz Fernando Di Pierro - CREA 0601406759 / IBAMA 434968.

**Laudo de Ruído**

- Engenheiro Químico e de Segurança do Trabalho Ângelo Baucia - CREA 0601238013 / IBAMA 333041;
- Engenheira Ambiental Marília Tupy de Godoy - CREA 087348-5 SC / IBAMA 4252885.

**Laudo de Água Superficial**

- Químico José Dimas Rizzato Coelho - CRQ 04418240.



- Engenheira Ambiental Marília Tupy de Godoy - CREA 087348-5 SC / IBAMA 4252885;
- Estagiário Henrique Fadel.

**Laudo de Água Subterrânea e Solo**

- Químico José Dimas Rizzato Coelho - CRQ 04418240.
- Engenheira Ambiental Marília Tupy de Godoy - CREA 087348-5 SC / IBAMA 4252885;
- Estagiário Henrique Fadel.

**Laudo de Qualidade do Ar**

- Engenheiro Ambiental Dr. George Lentz Cesar Fruehauf - CREA 5062008073/SP / IBAMA 573856;
- Meteorologista MSc. Daniel Zacharias Constantino - CREA 5063075757-SP / IBAMA 638533;
- Analista Ambiental Giulia de Salve - IBAMA 5239358.

**Laudo de Toxicologia**

- Esp. em Eng. Ambiental, Engenheiro Mecânico Nei Rubens Lima - CREA 041380/RS;

**Arqueologia**

- Arqueólogo Miguel Gaissler





**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS

**PARECER AO PROJETO DE LEI**

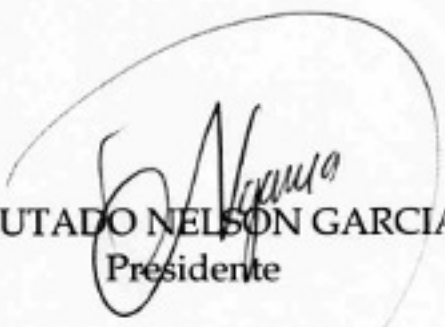
**Nº 370/12**

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Plauto Miró Guimarães tem por finalidade autorizar a construção de Usina Termoelétrica junto à fábrica de celulose Klabin S/A, localizada no Município de Ortigueira.

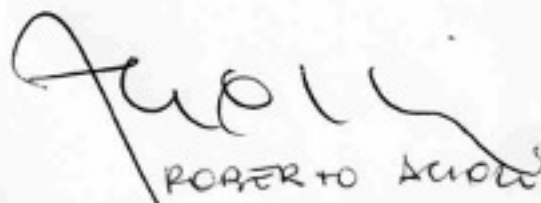
Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a opinar, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de ~~NOVEMBRO~~ de 2012.

  
DEPUTADO NELSON GARCIA  
Presidente

  
Relator  
ADEMIR BIER

  
ROBERTO AZEITEIRO



19/12/12



## **PROJETO DE LEI Nº 492/12**

**SÚMULA:** Estima a Receita e Fixa a Despesa  
para o exercício financeiro de 2013.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

### **SEÇÃO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES COMUNS**

**Art. 1º** Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2013, compreendendo:

- I - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;
- II - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

### **SEÇÃO II**

#### **DA ESTIMATIVA DA RECEITA**

**Art. 2º** A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$ 41.750.520.790,00 (quarenta e um bilhões, setecentos e cinquenta milhões, quinhentos e vinte mil, setecentos e noventa reais), e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, no valor de R\$ 3.713.653.440,00 (três bilhões, setecentos e treze milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e quarenta reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista em R\$ 38.036.867.350,00 (trinta e oito bilhões, trinta e seis milhões oitocentos e sessenta e sete mil, trezentos e cinquenta reais).

**Parágrafo único.** A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos e o ingresso de Outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o art. 45 da Lei Estadual nº 17.219, 09 de julho de 2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias-2013) e a legislação Estadual nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador**EM R\$ 1,00**

<b>1. RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO BRUTAS</b>	<b>R\$</b>	<b>36.646.672.410</b>
1.1. RECEITAS CORRENTES	R\$	33.260.324.620
1.2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	3.386.347.790
<b>2. RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO LÍQUIDAS</b>	<b>R\$</b>	<b>32.933.018.970</b>
2.1. RECEITAS CORRENTES – BRUTA	R\$	33.260.324.620
2.2. DEDUÇÕES PARA O FUNDEB (-)	R\$	3.713.653.440
2.3. RECEITAS CORRENTES – LÍQUIDAS PARA A FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	29.546.671.180
2.4. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	3.386.347.790
<b>3. RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, ÓRGÃOS DE REGIME ESPECIAL, FUNDOS, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DEPENDENTES (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS DO TESOIRO ESTADUAL)</b>	<b>R\$</b>	<b>2.381.490.340</b>
3.1. RECEITAS CORRENTES	R\$	1.985.739.840
3.2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	395.750.500
<b>4. RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, PARA O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS DO TESOIRO ESTADUAL)</b>	<b>R\$</b>	<b>2.722.358.040</b>
4.1. RECEITAS CORRENTES	R\$	1.875.317.260
4.2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	847.040.780
<b>5. TOTAL DA RECEITA BRUTA</b>	<b>R\$</b>	<b>41.750.520.790</b>
<b>6. TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA PARA FIXAÇÃO DA DESPESA</b>	<b>R\$</b>	<b>38.036.867.350</b>
6.1 RECEITAS CORRENTES – BRUTA	R\$	37.121.381.720
6.2 DEDUÇÕES PARA O FUNDEB (-)	R\$	3.713.653.440
6.3 RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	33.407.728.280
6.4 RECEITAS DE CAPITAL	R\$	4.629.139.070



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Art. 3º** A previsão de Receitas do Tesouro inclui os efeitos financeiros da alteração na legislação tributária, de acordo com a legislação vigente.

**§ 1º** As despesas condicionadas à aprovação da respectiva alteração na legislação são identificadas por fonte específica nos Quadros de Detalhamento de Despesa.

**§ 2º** Na estimativa da Receita foram excluídos os valores referentes ao diferimento ou à benefícios fiscais, concedidos aos contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o art. 14, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

### SEÇÃO III DOS ORÇAMENTOS

**Art. 4º** Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, discriminados no Anexo III, estimam a Receita Líquida em R\$ 35.314.509.310,00 (trinta e cinco bilhões, trezentos e quatorze milhões, quinhentos e nove mil, trezentos e dez reais), e fixam a Despesa em igual valor.

**Art. 5º** O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferências do Estado, está estimado em R\$ 3.346.410.240,00 (três bilhões, trezentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e dez mil, duzentos e quarenta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta Lei.

**Art. 6º** Os Resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de Outras Fontes, constam do Anexo II, integrante desta Lei.

**Art. 7º** As despesas referentes ao pagamento da Dívida Pública Externa e Interna constam do Anexo III desta Lei, especificadas pelas dotações: 3101.28843999.083 – Encargos Gerais da Dívida Pública Interna e 3101.28844999.084 – Encargos Gerais da Dívida Pública Externa.

**Art. 8º** A Reserva de Contingência consta do Anexo III desta Lei, na dotação 2501.99999999.900 – Reserva de Contingência, no montante de R\$ 68.930.510,00 (sessenta e oito milhões, novecentos e trinta mil, quinhentos e dez reais).

**Art. 9º** O Programa de Obras custeado com recursos do Tesouro e de Outras Fontes está detalhado no Anexo V desta Lei.

**Art. 10** O Anexo de Vinculações de que trata o art. 18, inciso VIII, da Lei Estadual nº 17.219, de 09 de julho de 2012 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, está apresentado no Anexo VI desta Lei.

### SEÇÃO IV DAS CORREÇÕES DOS ORÇAMENTOS

**Art. 11** Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado estabelecidos a preços de 30 de junho de 2012, serão atualizados antes do início da execução orçamentária.



mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2012, de acordo com o estabelecido no art. 6º da Lei Estadual nº 17.219, de 09 de julho de 2012.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, até 20 (vinte) dias após a correção a que se refere o caput deste artigo, as informações sobre o índice utilizado e os valores dos totais por Órgãos, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

§ 2º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado, mais as Transferências Federais.

**Art. 12** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder trimestralmente, a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembleia Legislativa.

§ 1º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado, mais as Transferências Federais.

§ 2º Os valores decorrentes da aplicação do caput deste artigo poderão ser centralizados, em seu todo ou em parte, na Reserva de Contingência e o retorno para as programações, mediante créditos suplementares, não será computado nas autorizações especificadas no art.13 desta Lei.

§ 3º No prazo de 15 (quinze) dias após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais utilizados na aplicação deste artigo.

## SEÇÃO V

### DAS AUTORIZAÇÕES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS E AJUSTES DE GRUPO DE FONTES, DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO E OBRAS

**Art. 13** Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe a:

I - Abrir créditos suplementares para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, com o pagamento da Dívida Pública, com as Transferências Constitucionais aos Municípios, com Sentenças Judiciais e PASEP, utilizando como recurso as formas previstas no Parágrafo Primeiro do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Abrir créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento), decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em programas aprovados por esta Lei, utilizando como recurso as formas previstas no Parágrafo Primeiro do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III - Abrir créditos suplementares, nos termos dos incisos I, II, III e IV do Parágrafo Primeiro do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para cumprimento de Convênios, Acordos Nacionais e com Agentes Financeiros Internacionais, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor anual dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados;

IV - Abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento), do valor global da receita fixada para o exercício de 2013, utilizando como recursos as formas previstas no Parágrafo Primeiro do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, de acordo com o disposto no art. 38 da Lei Estadual nº 17.219, de 09 de julho de 2012 – Lei de Diretrizes Orçamentárias-2013;

V - Proceder até o limite de 20% (vinte por cento) das dotações definidas neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de Grupos de Fontes e de Fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/ Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei. Não serão computados neste limite os créditos suplementares abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo;

VI - Alterar as Modalidades de Aplicação, definidas neste Orçamento, por ato da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei;

VII - Alterar o Programa de Obras, orçado nesta Lei em nível de Projetos/ Atividades Orçamentárias, até o limite de 20% (vinte por cento), por Unidades Orçamentárias, custeado com Recursos do Tesouro e de Outras Fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo.

§ 1º Os créditos suplementares, as alterações no Anexo de Obras e as alterações nos Grupos de Fontes e de Fontes, nos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, da Defensoria Pública e do Ministério Público, em decorrência da solicitação dos respectivos Órgãos, não serão computados nos limites estipulados neste artigo.

§ 2º Não serão computados nos limites estipulados neste artigo, os Créditos Adicionais abertos em decorrência de Acórdãos ou determinações congêneres expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado, ou por força de legislação federal expedida pela União.

**Art. 14** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à implantação do Fundo Estadual de Cultura, se for alterado o art. 230 da Constituição Estadual.

**Art. 15** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à implementação do Fundo Estadual do Idoso, após a revisão de sua legislação.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Art. 16** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais necessários a execução de programas financiados, após a assinatura do respectivo contrato, tendo como limite o valor do empréstimo e respectiva contrapartida.

**Art. 17** Ficam os Poderes Legislativo e Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público autorizados a procederem ajustes nos seus Orçamentos, nos termos da Lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

**Art. 18** Fica automaticamente ajustado o Anexo de Vinculações, em decorrência das alterações orçamentárias procedidas com base nas autorizações contidas nesta Lei.

**Art. 19** O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa do Estado, até o quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as despesas decorrentes do art. 13 desta Lei.

**Art. 20** Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelo estado de Santa Catarina e pelos municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador.

## SEÇÃO VI

### DAS CENTRALIZAÇÕES DE RECURSOS

**Art. 21** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a centralização das dotações orçamentárias alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender as situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, bem como, proceder as suas eventuais descentralizações.

**Art. 22** Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar recursos do Fundo Paraná, mediante a abertura de atividades específicas, através de respectivos créditos adicionais, desde que tal descentralização seja previamente autorizada pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

**Art. 23** Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar os recursos dos Programas Especiais, orçados nesta Lei na Administração Geral do Estado – Recursos Sob Supervisão da SEPL, mediante a abertura de projetos específicos nas Unidades Orçamentárias executoras, por meio de créditos especiais, por ocasião da formalização dos contratos de acordo com o parágrafo único do art. 48 da Lei nº 17.219, de 09 de julho de 2012.

## SEÇÃO VII

### DA EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

**Art. 24** O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, atendendo somente as disposições



Constitucionais do art. 100 e do art. 97 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional nº 62, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta Lei.

## SEÇÃO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 25** A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado, os Quadros de Detalhamento de Despesa especificando por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos comprometimentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os dados na forma do disposto no art. 11 desta Lei.

**Art. 26** Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta Lei.

**Art. 27** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, decorrentes de transformações aprovadas por [a].

**Art. 28** O saldo financeiro, incluindo sua remuneração, verificado em 31.12.2012, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado, impreterivelmente, até 31.01.2013.

**Art. 29** As Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, do Poder Executivo, compreendendo as Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas Dependentes e Fundos, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 30 (trinta) dias após o encerramento do Balanço Geral do Estado de 2012, 80% (oitenta por cento) dos respectivos Superávits Financeiros apurados em seus Balanços Patrimoniais do exercício de 2012, conforme disposto no art. 36 da Lei nº 17.219, de 09 de julho de 2012.

§ 1º Ficam excluídas das exigências do contido no caput deste artigo as seguintes Unidades Orçamentárias: Instituições de Ensino Superior vinculadas à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Fundos Estaduais e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA.

§ 2º Os recursos obtidos em decorrência da aplicação do disposto no caput deste artigo, cuja origem seja de recursos vinculados, deverão ser utilizados em ações prioritárias do Governo Estadual, no Órgão da vinculação de origem, com exceção do disposto no § 2º deste artigo.

**Art. 30** Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, repassados ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, para cumprimento da programação apresentada no Anexo III desta Lei, ficam excluídos da exigência contida no art. 6º da Lei

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 12/09/2012

Presidente



MENSAGEM  
Nº 062/2012

Curitiba, 27 de setembro de 2012.

Excelentíssimo Senhor Presidente  
Excelentíssimos Senhores Deputados

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 08 OUT. 2012

1º Secretário

Tenho a honra de submeter à consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa, o Anteprojeto de Lei que estima a receita e fixa a despesa do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2013, em conformidade com a Constituição do Estado do Paraná, a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei Estadual nº 17.219, de 09 de julho de 2012, que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2013, e demais normas legais, que regem a matéria.

As propostas orçamentárias dos Órgãos/Unidades do Estado foram compatibilizadas com as orientações e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2013, bem como, com o Plano Plurianual 2012 - 2015, para atender aos anseios da população paranaense, correspondentes ao exercício de 2013.

O presente Anteprojeto de Lei compreende: os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista Independentes, de acordo com o artigo 133, parágrafo 6º da Constituição Estadual.

O Anteprojeto de Lei compõe-se de: Exposição Justificativa que apresenta informações sobre a situação financeira do Estado, os Anexos contendo resumos sobre a Estimativa de Receita e a Fixação da Despesa, o Programa de Trabalho do Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta, o Orçamento de Investimento das Empresas Independentes, o Programa de Obras para o exercício e o demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
N/CAPITAL

Na previsão da receita foram excluídos os valores decorrentes de diferimento ou de benefícios fiscais concedidos a contribuintes de impostos estaduais, conforme determina o art. 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e o Art. 45, inciso II, da Lei nº 17.219, de 09 de julho de 2012, que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013.

Atendendo ao disposto na Lei Complementar Federal nº 141/2012, que regulamentou a Emenda Constitucional nº29, foram excluídos das despesas consideradas Ações em Saúde, alocadas no FUNSAÚDE, os valores do "Programa do Leite" e da "Atenção à Saúde do Adolescente".

O Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, estará à disposição, dessa egrégia Assembleia Legislativa, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossas Excelências as expressões de minha mais alta consideração e apreço.



CARLOS ALBERTO RICH  
Governador do Estado





**PARANÁ**

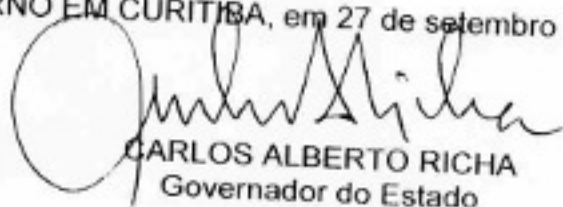
GOVERNO DO ESTADO  
do Estado de

Estadual nº 7.811, de 29 de dezembro de 1983, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de dezembro de 1983.

**Art. 31** Os recursos destinados à execução de ações voltadas à área de saúde, estão alocados na Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com as determinações contidas na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000 e demais normas vigentes.

**Art. 32** Esta Lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 27 de setembro de 2012.

  
CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado



**COMISSÃO DE ORÇAMENTO**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 492/12**

Trata-se de Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2013, oriundo da mensagem do Poder Executivo nº 62/12.

Ao Projeto de Lei original foram apresentadas 1.582 emendas, sendo 1.250 à despesa, 191 ao conteúdo programático e 27 ao texto da Lei.

Foram acolhidas, segundo critérios estabelecidos por este relator, as emendas individuais à despesa tecnicamente corretas até o limite de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) para todas as áreas. As emendas coletivas totalizaram 114.

Os critérios foram erigidos com base em dados técnicos e legais. Tais elementos mereceram acatamento por parte deste Relator com vistas a tornar efetiva e concreta a implementação do conteúdo das proposições dos Senhores Deputados.

As emendas à despesa perfizeram um montante de R\$ 54.936.030,00 (cinquenta e quatro milhões, novecentos e trinta e seis mil e trinta reais), sendo atendidas por cancelamentos, na mesma importância, apontados por esta Comissão em dotação consignada na proposta do Executivo, preservando ao máximo o valor original.

Salienta-se que naquele montante não estão inclusas emendas coletivas pactuadas nas diversas reuniões da Comissão. As emendas coletivas perfizeram um total de R\$ 270.666.000,00 (duzentos e setenta milhões, seiscentos e sessenta e seis mil reais), as quais poderão ser pagas se houver excesso de receita com impostos ou de superávit financeiro apurados em balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

É de se notar que ao acatar 1.243 emendas à despesa, 190 ao conteúdo programático e 27 ao texto da Lei, respeitou-se a prerrogativa constitucional dos Senhores Deputados de acompanhamento e fiscalização da peça orçamentária.

# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

**Centro Legislativo Presidente Anibal Khury**

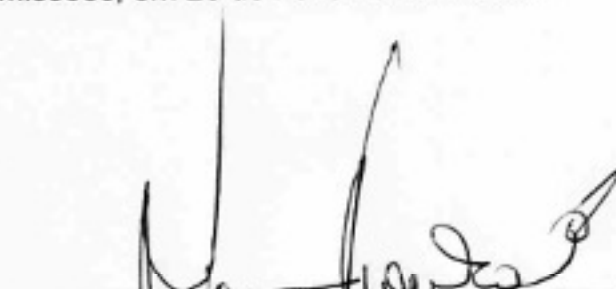
---

constitucional dos Senhores Deputados de acompanhamento e fiscalização da peça orçamentária.

Na Emenda Substitutiva Geral, este Relator entendeu por bem alterar o artigo 13 do texto original, o que trata das autorizações para Abertura de Créditos e Ajustes de Grupo de Fontes, de Modalidade de Aplicação e Obras. As alterações visam restringir as delegações concedidas ao Poder Executivo, respeitando-se a competência parlamentar para a plena realização do ideal democrático através do respeito ao princípio da representação popular, o que só acontecerá através da apresentação de emendas, e se concretizará pelo acatamento das mesmas obedecendo-se à técnica peculiar do processo classificatório.

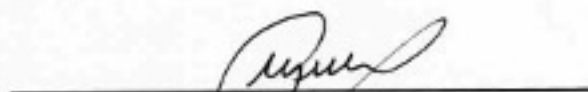
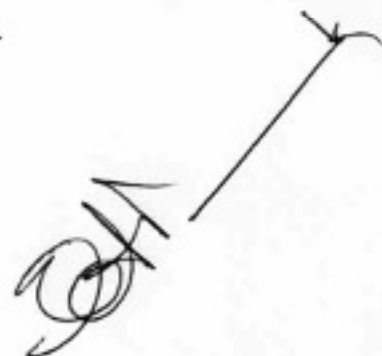
Assim, somos **FAVORÁVEIS À APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, nos termos da Emenda Substitutiva Geral apresentada em anexo.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 2012.



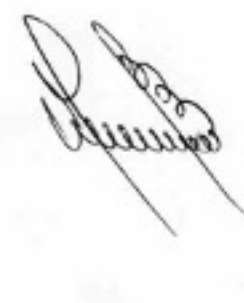
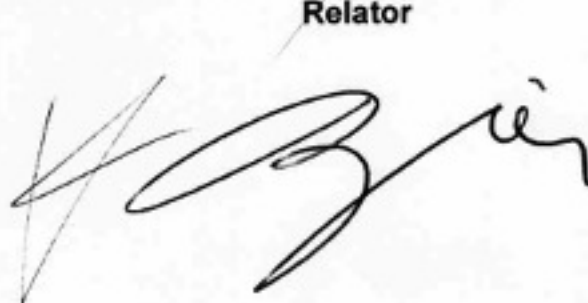
---

**DEPUTADO NEREU MOURA**  
Presidente



---

**DEPUTADO ELIO RUSCH**  
Relator





**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO**

**SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 492/12**

**SÚMULA:** Estima a Receita e Fixa a Despesa  
para o exercício financeiro de 2013.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**SEÇÃO I**

**DAS DISPOSIÇÕES COMUNS**

**Art. 1º** Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2013, compreendendo:

- I - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;
- II - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

**SEÇÃO II**

**DA ESTIMATIVA DA RECEITA**

**Art. 2º** A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$ 41.750.520.790,00 (quarenta e um bilhões, setecentos e cinquenta milhões, quinhentos e vinte mil, setecentos e noventa reais), e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, no valor de R\$ 3.713.653.440,00 (três bilhões, setecentos e treze milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e quarenta reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista em R\$ 38.036.867.350,00 (trinta e oito bilhões, trinta e seis milhões oitocentos e sessenta e sete mil, trezentos e cinquenta reais).



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY**

**Parágrafo único.** A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos e o ingresso de Outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o art. 45 da Lei Estadual nº 17.219, 09 de julho de 2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias-2013) e a Legislação Estadual nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

EM R\$ 1,00

<b>1</b>	<b>RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO BRUTAS</b>	<b>R\$</b>	<b>36.646.672.410</b>
1.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	33.260.324.620
1.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	3.386.347.790
<b>2.</b>	<b>RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO LÍQUIDAS</b>	<b>R\$</b>	<b>32.933.018.970</b>
2.1.	RECEITAS CORRENTES – BRUTA	R\$	33.260.324.620
2.2.	DEDUÇÕES PARA O FUNDEB (-)	R\$	3.713.653.440
2.3.	RECEITAS CORRENTES – LÍQUIDAS PARA A FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	29.546.671.180
2.4.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	3.386.347.790
<b>3.</b>	<b>RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, ÓRGÃOS DE REGIME ESPECIAL, FUNDOS, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DEPENDENTES (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS DO TESOUREO ESTADUAL)</b>	<b>R\$</b>	<b>2.381.490.340</b>
3.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	1.985.739.840
3.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	395.750.500
<b>4.</b>	<b>RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, PARA O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS DO TESOUREO ESTADUAL)</b>	<b>R\$</b>	<b>2.722.358.040</b>
4.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	1.875.317.260
4.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	847.040.780
<b>5.</b>	<b>TOTAL DA RECEITA BRUTA</b>	<b>R\$</b>	<b>41.750.520.790</b>
<b>6.</b>	<b>TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA PARA FIXAÇÃO DA DESPESA</b>	<b>R\$</b>	<b>38.036.867.350</b>
6.1	RECEITAS CORRENTES – BRUTA	R\$	37.121.381.720
1.2	DEDUÇÕES PARA O FUNDEB (-)	R\$	3.713.653.440
1.3	RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	33.407.728.280
1.4	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	4.629.139.070



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY**

**Art. 3º** A previsão de Receitas do Tesouro inclui os efeitos financeiros da alteração na legislação tributária, de acordo com a legislação vigente.

**§ 1º** As despesas condicionadas à aprovação da respectiva alteração na legislação são identificadas por fonte específica nos Quadros de Detalhamento de Despesa.

**§ 2º** Na estimativa da Receita foram excluídos os valores referentes ao diferimento ou à benefícios fiscais, concedidos aos contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**SEÇÃO III**  
**DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 4º** Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, discriminados no Anexo III, estimam a Receita Líquida em R\$ 35.314.509.310,00 (trinta e cinco bilhões, trezentos e quatorze milhões, quinhentos e nove mil, trezentos e dez reais), e fixam a Despesa em igual valor.

**Art. 5º** O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferências do Estado, está estimado em R\$ 3.346.410.240,00 (três bilhões, trezentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e dez mil, duzentos e quarenta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta Lei.

**Art. 6º** Os Resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de Outras Fontes, constam do Anexo II, integrante desta Lei.





**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY**

**Art. 7º** As despesas referentes ao pagamento da Dívida Pública Externa e Interna constam do Anexo III desta Lei, especificadas pelas dotações: 3101.28843999.083 – Encargos Gerais da Dívida Pública Interna e 3101.28844999.084 – Encargos Gerais da Dívida Pública Externa.

**Art. 8º** A Reserva de Contingência consta do Anexo III desta Lei, na dotação 2501.99999999.900 – Reserva de Contingência, no montante de R\$ 68.930.510,00 (sessenta e oito milhões, novecentos e trinta mil, quinhentos e dez reais),

**Art. 9º** O Programa de Obras custeado com recursos do Tesouro e de Outras Fontes está detalhado no Anexo V desta Lei.

**Art. 10.** O Anexo de Vinculações de que trata o artigo 18, inciso VIII, da Lei Estadual nº 17.219, de 09 de julho de 2012 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, está apresentado no Anexo VI desta Lei.

**SEÇÃO IV**

**DAS CORREÇÕES DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 11.** Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado estabelecidos a preços de 30 de junho de 2012, serão atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2012, de acordo com o estabelecido no artigo. 6º da Lei Estadual nº 17.219, de 09 de julho de 2012.

**§ 1º** O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, até 20 (vinte) dias após a correção a que se refere o *caput* deste artigo, as informações sobre o índice utilizado e os valores dos totais por Órgãos, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY**

§ 2º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado, mais as Transferências Federais.

**Art. 12.** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder trimestralmente, a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembleia Legislativa.

§ 1º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado, mais as transferências federais.

§ 2º Os valores decorrentes da aplicação do *caput* deste artigo poderão ser centralizados, em seu todo ou em parte, na Reserva de Contingência e o retorno para as programações, mediante créditos suplementares, não será computado nas autorizações especificadas no artigo 13 desta Lei.

§ 3º No prazo de 15 (quinze) dias após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais utilizados na aplicação deste artigo.

**SEÇÃO V**

**DAS AUTORIZAÇÕES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS E AJUSTES DE GRUPO DE FONTES, DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO E OBRAS**

**Art. 13.** Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe a:

I - abrir créditos suplementares para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, com o pagamento da Dívida Pública, com as Transferências Constitucionais aos Municípios, com Sentenças Judiciais e PASEP, utilizando como



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY**

recurso as formas previstas no § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - abrir créditos suplementares até o limite de 2% (dois por cento), decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em programas aprovados por esta Lei, utilizando como recurso as formas previstas no § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III - abrir créditos suplementares, nos termos dos incisos I, II, III e IV do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para cumprimento de Convênios, Acordos Nacionais e com Agentes Financeiros Internacionais, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor anual dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados;

IV - abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento), do valor global da receita fixada para o exercício de 2013, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, de acordo com o disposto no artigo 38 da Lei Estadual nº 17.219, de 09 de julho de 2012 – Lei de Diretrizes Orçamentárias–2013;

V - proceder até o limite de 10% (dez por cento) das dotações definidas neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de Grupos de Fontes e de Fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei. Não serão computados neste limite os créditos suplementares abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo;

VI - alterar as Modalidades de Aplicação, definidas neste Orçamento, por ato da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei;



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY**

**VII -** Alterar o Programa de Obras, orçado nesta Lei em nível de Projetos/ Atividades Orçamentárias, até o limite de 10% (dez por cento), por Unidades Orçamentárias, custeado com Recursos do Tesouro e de Outras Fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos incisos I, II, III e IV deste artigo.

**Art. 14.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à implantação do Fundo Estadual de Cultura, se for alterado o art. 230 da Constituição Estadual.

**Art. 15.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à implementação do Fundo Estadual do Idoso, após a revisão de sua legislação.

**Art. 16.** Ficam os Poderes Legislativo e Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público autorizados a procederem ajustes nos seus Orçamentos, nos termos da Lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

**Art. 17.** Fica automaticamente ajustado o Anexo de Vinculações, em decorrência das alterações orçamentárias procedidas com base nas autorizações contidas nesta Lei.

**Art. 18.** O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa do Estado, até o décimo quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo 13 desta Lei.

**Art. 19.** Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelo estado de Santa Catarina e pelos municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador.





## **SEÇÃO VI**

### **DAS CENTRALIZAÇÕES DE RECURSOS**

**Art. 20.** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a centralização das dotações orçamentárias alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender as situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, bem como, proceder as suas eventuais descentralizações.

**Art. 21.** Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar recursos do Fundo Paraná, mediante a abertura de atividades específicas, através de respectivos créditos adicionais, desde que tal descentralização seja previamente autorizada pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

**Art. 22.** Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar os recursos dos Programas Especiais, orçados nesta Lei na Administração Geral do Estado – Recursos Sob Supervisão da SEPL, mediante a abertura de projetos específicos nas Unidades Orçamentárias executoras, por meio de créditos especiais, por ocasião da formalização dos contratos de acordo com o parágrafo único do art. 48 da Lei nº 17.219, de 09 de julho de 2012.

## **SEÇÃO VII**

### **DA EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO**

**Art. 23.** O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, Capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, atendendo somente às disposições constitucionais do artigo 100 e do artigo 97 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional nº 62, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta Lei.





**SEÇÃO VIII**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 24.** A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado, os Quadros de Detalhamento de Despesa especificando por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no artigo 11 desta Lei.

**Art. 25.** Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta Lei.

**Art. 26.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, decorrentes de transformações aprovadas por lei.

**Art. 27.** O saldo financeiro, incluindo sua remuneração, verificado em 31.12.2012, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado, impreterivelmente, até 31.01.2013.

**Art. 28.** As Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, do Poder Executivo, compreendendo as Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas Dependentes e Fundos, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 30 (trinta) dias após o encerramento do Balanço Geral do Estado de 2012, 80% (oitenta por cento) dos respectivos Superávits Financeiros apurados em seus Balanços Patrimoniais do exercício de 2012, conforme disposto no art. 36 da Lei nº 17.219, de 09 de julho de 2012.



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY**

**§ 1º** Ficam excluídas das exigências do contido no *caput* deste artigo as seguintes Unidades Orçamentárias: Instituições de Ensino Superior vinculadas à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Fundos Estaduais e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA.

**§ 2º** Os recursos obtidos em decorrência da aplicação do disposto no *caput* deste artigo, cuja origem seja de recursos vinculados, deverão ser utilizados em ações prioritárias do Governo Estadual, no Órgão da vinculação de origem, com exceção do disposto no § 1º deste artigo.

**Art. 29.** Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, repassados ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, para cumprimento da programação apresentada no Anexo III desta Lei, ficam excluídos da exigência contida no artigo 6º da Lei Estadual nº 7.811, de 29 de dezembro de 1983, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de dezembro de 1983.

**Art. 30.** Os recursos destinados à execução de ações voltadas à área de saúde, estão alocados na Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com as determinações contidas na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000 e demais normas vigentes.

**Art. 31.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento de 2013 a cargo da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, Programa Gestão de Projetos, Restauração e Construção de Obras do Sistema Multimodal de Transporte – DER, projeto/atividade 4305, o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para construção do contorno norte - trecho BR 158 (Coronel Vivida) PR 158 (Vitorino), BR158-PR493-Independência-Vitorino (trevo), no município de Pato Branco, extensão de 21.300 km, utilizando como fonte de recursos o cancelamento o mesmo valor na dotação 2501.99999999.900, fonte 107.



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY**

**Art. 32.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2013, na programação da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, dotação 5560.08243174.221 – Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, reforço de dotação orçamentária para preservação e recuperação de toxicômanos e alcoólatras e subvenção de institutos e entidades de combate às drogas, o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 33.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2013, o valor de R\$ 1.968.800,00 (hum milhão, novecentos e sessenta e oito mil e oitocentos reais) para manutenção do escritório do CODESUL - Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul, proveniente do excesso de arrecadação da receita de impostos ou Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

**Art. 34.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento de 2013, reforço de dotação para a Secretaria De Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, o valor de R\$ 31.196.984,00 (trinta e um milhão, cento e noventa e seis mil e novecentos e oitenta e quatro reais) proveniente do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

**Art. 35.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento de 2013, reforço de dotação para a Secretaria de Estado do Turismo, o valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY**

Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

**Art. 36.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2013, na programação da Casa Civil, dotação 1381.17511214.802 - Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR – Saneamento Rural, reforço de dotação para Saneamento Rural, o valor de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

**Art. 37.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2013, na programação da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, reforço de dotação para aplicar na estrutura do departamento de direitos humanos e cidadania (DEDIHC), o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em balanço, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

**Art. 38.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias antes da execução orçamentária, no orçamento de 2013, na Programação da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - Gabinete do Secretário, projeto atividade 4032; Natureza de Despesa 45906100 - Fonte 147 o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Utilizando como fonte de recursos para cancelamento o mesmo valor, natureza de despesa 44503500 - Fonte 147.

**Art. 39.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias antes da execução orçamentária, no orçamento de 2013, na Programação da Administração Geral do Estado – Recursos sob supervisão da SEPL – Programações Especiais, Regionais e Multisetoriais, projeto atividade 3015; Natureza de Despesa 45906100 - Fonte 142, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil





**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY**

reais). Utilizando como fonte de recursos para cancelamento o mesmo valor, natureza de despesa 44903900 - Fonte 142.

**Art. 40.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias antes da execução orçamentária, no orçamento de 2013, na Programação da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – Diretoria Geral, projeto atividade 4042; Natureza de Despesa 45906100 - Fonte 142, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Utilizando como fonte de recursos para cancelamento o mesmo valor, natureza de despesa 44905200 - Fonte 142.

**Art. 41.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias antes da execução orçamentária, no orçamento de 2013, na Programação da Secretaria de Estado da Fazenda – Fundo de Reequipamento do Fisco - FUNREFISCO, projeto atividade 4055; Natureza de Despesa 45906100 - Fonte 128, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Utilizando como fonte de recursos para cancelamento o mesmo valor, natureza de despesa 44905200 - Fonte 128.

**Art. 42.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias antes da execução orçamentária, no orçamento de 2013, na Programação da Secretaria de Estado da Saúde – Fundo Estadual de Saúde - FUNSAUDE, projeto atividade 4163; Natureza de Despesa 45906100 - Fonte 100, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Utilizando como fonte de recursos para cancelamento o mesmo valor, natureza de despesa 44905200 - Fonte 100.

**Art. 43.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias antes da execução orçamentária, no orçamento de 2013, na Programação da Secretaria de Estado da Justiça Cidadania e Direitos Humanos - Departamento de Execução Penal - DEPEN, projeto atividade 4183; Natureza de Despesa 45906100 - Fonte 148, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Utilizando como fonte de recursos para cancelamento o mesmo valor, natureza de despesa 44905200 - Fonte 148.





**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY**

**Art. 44.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias antes da execução orçamentária, no orçamento de 2013, na Programação da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – Diretoria Geral, projeto atividade 4214; Natureza de Despesa 45906100 - Fonte 109, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Utilizando como fonte de recursos para cancelamento o mesmo valor, natureza de despesa 44905200 - Fonte 109.

**Art. 45.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias antes da execução orçamentária, no orçamento de 2013, na Programação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – Departamento de Estrada de Rodagem - DER, projeto atividade 4305; Natureza de Despesa 45906100 - Fonte 104, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Utilizando como fonte de recursos para cancelamento o mesmo valor, natureza de despesa 44903900 - Fonte 104.

**Art. 46.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias antes da execução orçamentária, no orçamento de 2013, na Programação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, projeto atividade 4312; Natureza de Despesa 45906100 - Fonte 258, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Utilizando como fonte de recursos para cancelamento o mesmo valor, natureza de despesa 44905200 - Fonte 258.

**Art. 47.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias antes da execução orçamentária, no orçamento de 2013, para incorporar no Orçamento da Procuradoria Geral do Estado, Unidade 1901 – Procuradoria Geral do Estado, atividade 1901.03092404.028 – Representação Judicial e Extrajudicial e Gestão Administrativa, o elemento 4490.51 – Obras e Instalações, referentes a obra 01 – Reforma da Sede da procuradoria Geral do Estado, no valor de R\$ 182.340,00 (cento e oitenta e dois mil, trezentos e quarenta reais), com cancelamento de recursos da mesma atividade, sendo R\$ 91.170,00



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY**

(noventa e um mil, cento e setenta reais) do subelemento de despesa 3390.14 – Diárias – Pessoal Civil e o restante do subelemento de despesa 3390.33 – Passagens e Despesas de Locomoção.

**Art. 48.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2013, na programação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, reforço de dotação orçamentária para aquisição de calcário, objetivando o manejo e correção do solo, o valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 49.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2013, na programação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, dotação 650220601044.257 – Políticas de Apoio a Agricultura Familiar, reforço de dotação orçamentária para calçamento de pedras irregulares de Estradas Rurais do Estado, o valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 50.** Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para consignar, no Orçamento do exercício de 2012, recursos no valor de R\$ 270.666.000,00 (duzentos e setenta milhões, seiscentos e sessenta e seis mil reais), para atendimento das programações estabelecidas no Anexo X desta Lei, utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2012, efetivada durante o exercício de 2013, bem como do excesso de arrecadação da receita com impostos, conforme disposto no Inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.



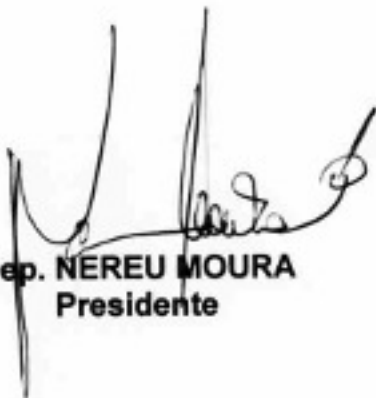
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY**

**Art. 51.** Passam a integrar a presente Lei os Anexos VII, VIII, IX e X.


**Parágrafo único.** As alterações decorrentes dos Anexos VII e VIII deverão ser implementadas no prazo de 30 dias, a partir da sua publicação.

**Art. 52.** Esta Lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2013.





Sala das Comissões, em 20 de novembro de 2012.



**Dep. NEREU MOURA**  
Presidente



**Dep. ELIO RUSCH**  
Relator





**PROJETO DE LEI 568/12**

Súmula: Altera o art. 2º da Lei nº 14.262, de 22 de dezembro de 2003.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art.1º.** O art. 2º da nº Lei 14.262, de 22 de dezembro de 2003, passa a ter a seguinte redação.

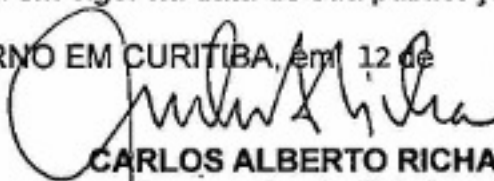
"Art. 2º O imóvel de que trata o art. 1º desta lei deverá ser utilizado em programas habitacionais de interesse social, especialmente no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, do Governo Federal.

§ 1º. Fica autorizada a COHAPAR a vender o imóvel ao FAR – Fundo de Arrendamento Residencial, administrado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, desde que se mantenha a finalidade prevista no "caput" deste artigo.

§ 2º. Havendo desvirtuamento da finalidade estipulada, execução de programas habitacionais de interesse social, a presente doação tornar-se-á sem efeito, retornando o imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná."

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 12 de novembro de 2012.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

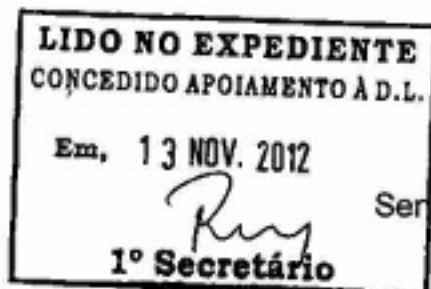


**PARANÁ**

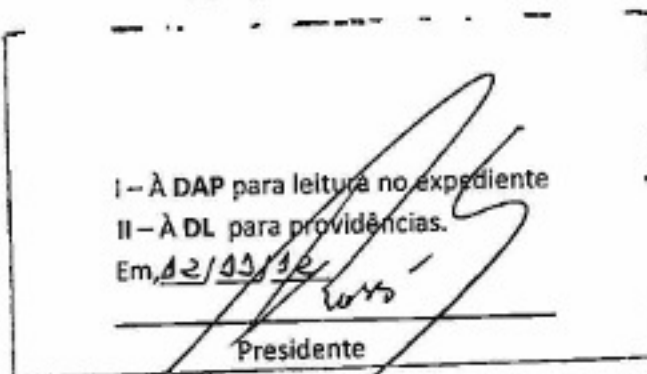
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

MENSAGEM  
Nº 070 /2012

Curitiba, 12 de novembro de 2012.



Senhor Presidente,



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao artigo 2º da Lei Estadual nº 14.262, de 22 de dezembro de 2003, conforme especifica.

A Lei Estadual nº 14.262/2003 autorizou o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR imóvel, de sua propriedade, situado no Município de Araucária, no lugar denominado “Capela Velha”, com área total de 100.456,28 m², objeto da matrícula nº 25.328 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araucária.

Contudo, para viabilizar o aporte financeiro necessário para cumprir os objetivos da referida lei, o empreendimento será realizado com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida e, por força das regras deste programa, é necessário que o imóvel seja vendido ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, administrado pela Caixa Econômica Federal, sob pena de se inviabilizar todo o projeto habitacional.

Logo, para possibilitar a utilização do imóvel dentro da finalidade especificada na lei de doação, proponho seja alterada a referida lei 14.262/2003, especificamente o seu art. 2º, o qual passará a permitir que o empreendimento seja executado no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida e também permitirá a venda do imóvel ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, visto que este é um requisito para o aporte financeiro da contrapartida federal no desenvolvimento do projeto.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 11.745.409-6

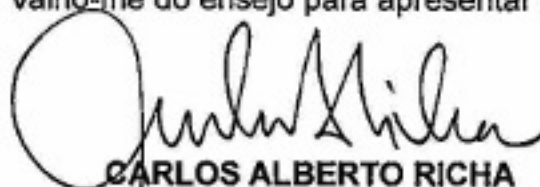




Diante do exposto, encaminho a essa Casa Anteprojeto de Lei que altera o conteúdo da Lei Estadual nº 14.262/2003, isto para que a mesma permita a realização do empreendimento e o atendimento da finalidade precípua da referida lei.

E, por se tratar de projeto de relevante interesse social, entendo justificável e necessária a aprovação do Anteprojeto de Lei ora enviado para apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência minhas considerações.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 568/12**

**Projeto de Lei nº 568/12**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 70/2012**

**Súmula:** Altera o art. 2º da Lei nº 14.262, de 22 de dezembro de 2003.

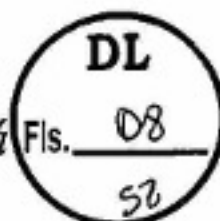
**EMENTA:** ALTERAÇÃO DA LEI Nº 14.262/03 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR À COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR, O IMÓVEL QUE ESPECIFICA, SITUADO NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, DESTINADO À CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTs. 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTs. 10 E 65 DA CE. ART. 17 DA LEI Nº 8.666/93. LC Nº 95/98. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 070/2012, visa alterar o art. 2º da Lei nº 14.262, de 22 de dezembro de 2003. A Lei referida autorizou o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR imóvel, de sua propriedade, situado no Município de Araucária, no lugar denominado "Capela Velha", com área total de 100.456,28 m², objeto da matrícula nº 25.328 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araucária.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

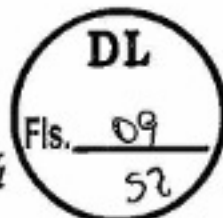
Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifos nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



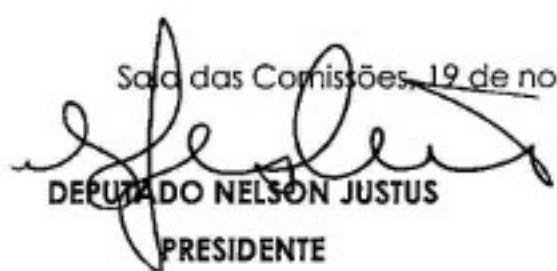
*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*







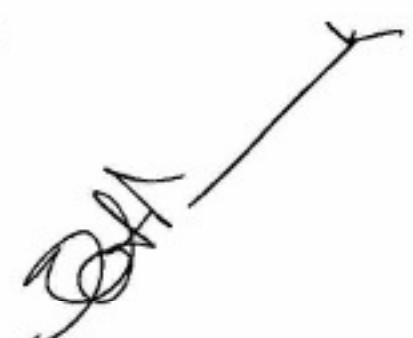
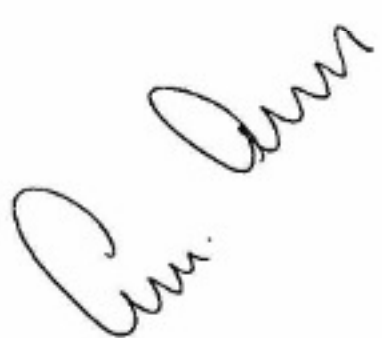
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ELIO RUSCH**  
**RELATOR**

  
  
  
  
  
  
**APROVADO**

Unanime 19.11.12





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 568/12**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 070/12 que altera o art. 2º da Lei nº 14.262, de 22 de dezembro de 2003.

Esclarecendo que, a Lei supracitada autorizou o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, o imóvel de sua propriedade, situado no Município de Araucária, na localidade de nome “Capela Velha”, com área de 100.456,28 m², matrícula nº 25.328 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araucária.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Elio Rusch e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida à análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstaculizar à normal tramitação processual legislativa.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seu art. 65 ressalta que, a iniciativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado, e ainda que, a proposta em tela, está em consonância com o preceituado no art. 10 do mesmo Diploma Legal.

Isto posto, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



DL  
Fls. 15  
57

É o parecer.

Sala das Comissões, 20/11/12

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO WALDYR ROGÉRIO  
RELATOR



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 568/2012

Projeto de Lei nº 568/2012

Autor: Poder Executivo – mensagem 070/12

Súmula: Altera o art 2º da lei 14263/2003  
(doação de imóvel situado no município de  
Araucária).

### I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 568/12, de autoria do Poder Executivo altera o art 2º da lei 14263/2003.

### II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 568/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva autorizar a COHAPAR a vender o imóvel ao Fundo de Arrendamento Residencial, administrado pela Caixa Econômica Federal, desde que se mantenha com a finalidade de ser utilizado em programas habitacionais.

A lei estadual 14262/2003 autorizou o Executivo a doar a COHAPAR o imóvel de sua propriedade, situado no município de Araucária. Contudo, para viabilizar o aporte financeiro necessário para cumprir os objetivos da referida lei, o empreendimento será realizado com recursos do programa minha casa minha vida e, por força das regras deste programa, é necessário que o imóvel seja vendido ao Fundo de Arrendamento Residencial, sob pena de inviabilizar todo o projeto habitacional.

Cumprе a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos”*, nos termos do disposto no Art. 33-F do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Esta proposta, ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, evidenciando de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para que possa seguir sua tramitação.

### III – CONCLUSÕES

DL  
Fls. 18  
ST

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

É evidente destacar o benefício que tal proposta estará gerando a população, é um trabalho pelo bem comum que após esta análise realizada, passa a ter apoio dos membros desta comissão.

### IV – VOTO DO RELATOR

O presente projeto de lei visa alterar o art. 2º da lei 14262/2003 (doação de imóvel situado no município de Araucária), autorizando a COHAPAR a vender o imóvel ao FAR – Fundo de Arrendamento Residencial, administrado pela Caixa Econômica Federal, desde que se mantenha com a finalidade de ser utilizado em programas habitacionais de interesse social, especialmente no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, do Governo Federal.

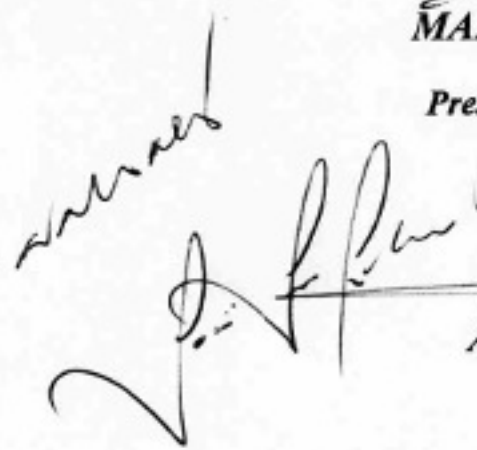
Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 568/12, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.*

*Sala das Comissões em 20 de novembro de 2012.*

  
**MARCELO RANGEL**

*Presidente da Comissão*

  
**Adelino Ribeiro**

*Relator*